

**revista
vernáculo**

nº 30, 2º sem./2012

Revista Vernáculo

Número 30, 2º sem/2012

Dossiê África

Organizador

Hector Rolando Guerra Hernandez

Editor

Alysson de Avila Costa

Capa

Larissa Urquiza Perez de Moraes

Créditos da Imagem

Obra sem título de Malangatana Valente-Ngwenya, datada de 1999.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo editorial

Alysson de Avila Costa, Bruna Boni Hess, Francielle de Souza,
Frederico Custodio Pinheiro da Silva, Hilton Costa, Larissa Urquiza
Perez de Moraes, Leonardo Brandão Barleta, Monah Nascimento
Pereira

Conselho consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNIOESTE-PR)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)
André Akamine Ribas (UFPR)	Fagner Carniel (UEM-PR)
André Luiz Cavazzani (Universidade Positivo – PR)	Lennita Oliveira Ruggi (UFPR)
Bruno de Macedo Zorek (UNICAMP-SP)	Lise Fernanda Sedrez (UFRJ)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Lorena Avellar de Muniagurria (USP)
Carlos Eduardo Suprinyak (UFMG)	Marcelo Fronza (UFMT)
Caue Kruger (PUC-PR)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Elaine Cristina Senko (UFPR)	Rodrigo Turin (UNIRIO – RJ)
Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Tiago Luis Gil (UnB)

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

SUMÁRIO

Dossiê

ENTENDENDO A(S) HISTÓRIA(S) DA ÁFRICA. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO A UM CONTINENTE APARENTEMENTE CONHECIDO Hector Guerra Hernandez	6
--	---

UMA FLOR NO DESERTO: A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO (2011-2012) Juan Alexis Acevedo Navarrete	11
--	----

O PESADELO DE DARWIN: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE AS RELAÇÕES NORTE-SUL DESDE O LAGO VITÓRIA – TANZÂNIA Juliane Bernardes da Silva	41
--	----

“PARA CADA PROBLEMA AFRICANO, EXISTE UMA SOLUÇÃO BRASILEIRA”? UMA ANÁLISE DOS MEGAPROJETOS BRASILEIROS EM MOÇAMBIQUE Daniela Pessoa de Goes Calmon	66
---	----

OCUPAÇÃO E ESCRAVIDÃO EM MOÇAMBIQUE DO SÉCULO XIX Francielly Giachini Barbosa.....	112
---	-----

"RAÇA E IMPÉRIO NO IMAGINÁRIO COLONIAL. COLONIAS ALEMÃS EM TERRITÓRIO AFRICANO" Bárbara Caramuru	138
---	-----

MOBILIDADE COMPULSÓRIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE
JOVENS MOÇAMBICANOS NA “ESCOLA DA AMIZADE” DE
STASSFURT - REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

Igor Viana Müller162

Artigos

A CONDIÇÃO DA ZONA ATLÂNTICA NA HINTERLAND DE
LUANDA, (c.1840-c. 1860).

Felipe Pires Vilas Bôas183

JULIO VERNE E A VOLT AO MUNDO EM OITENTA DIAS. UMA
REFLEXÃO SOBRE O ORIENTALISMO NA LITERATURA
OITOCENTISTA

Eduardo José de Araújo

Maybel Sulamita

Willian Funke214

Dossiê

**ENTENDENDO A(S) HISTÓRIA(S) DA ÁFRICA. UMA
PRIMEIRA APROXIMAÇÃO A UM CONTINENTE
APARENTEMENTE CONHECIDO.**

Hector Guerra Hernandez¹

“Africa”, assim sem preâmbulo ou introdução, para muitos dos que nos últimos 15 anos dedicamos nossa atividade acadêmica na reflexão interdisciplinar deste enorme continente, não existiria para além de uma problemática conceitualização. A meu ver, entender a África como uma realidade e, portanto, como múltiplas e complexas realidades, nos obriga invariavelmente a renegar política e epistemologicamente este conceito e assumi-lo talvez, ou apenas, como uma expressão geográfica. Não é objeto nesta breve apresentação aprofundar este assunto. Certamente nos últimos 40 anos, a reflexão historiográfica em torno ao continente viveu um incremento considerável a nível internacional e, pelo menos nos últimos dez anos, também no Brasil.

Por outro lado, incentivar a reflexão acadêmica e histórica em torno ao continente africano sobretudo quando a referente área nem

¹ Professor de História da África na Universidade Federal do Paraná.

sequer aparece como subárea da História na plataforma *lattes*, se torna consequentemente um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade. É precisamente neste sentido último que proponho visitar esta coletânea. A oportunidade de se confrontar com a diversidade de aspectos que podem ser abrangidos no caminho da compreensão de uma historicidade multifacetada, polivalente, pluriversal e não necessariamente atrelada a um cronologicismo canônico limitador. Desta forma, pode-se enxergar as histórias deste continente a partir de eventos localizados em sua maioria no século XXI (embora haja vários deles localizados nos séculos XIX e XX), como um esforço de reflexão historiográfica de parte de alunos e alunas que são confrontados pela primeira vez com a temática.

Juan Navarrete, aluno de intercâmbio procedente da Universidade de Playa Ancha no Chile, aborda os recentes eventos acontecidos no norte do continente, especificamente no Egito e que foram rotulados como “primavera árabe”. Neste trabalho, o autor debruça-se sobre a convergência de diversos fatores que teriam desencadeado o que ele chama de “processo revolucionário” que acabou com governo autoritário de Hosni Mubarak, procurando corroborar e questionar esta hipótese mediante o estudo de diversos historiadores, o uso de índices internacionais e artigos de imprensa árabe e

internacional. Juliane Bernardes, aluna do terceiro período do bacharelado de História da Universidade Federal do Paraná, nos apresenta uma análise sobre o documentário *Darwin's Nightmare*. Nele a autora nos atenta, desde uma perspectiva histórica, para o embricamento da questão econômica na Tanzânia, entre pagar a dívida externa e promover o bem-estar da sociedade local em torno do Lago Vitória. A partir da introdução e desenvolvimento de uma espécie de peixe chamada Perca do Nilo dentro do lago e sua exportação para Europa, a autora realiza uma analogia do ditado popular “do mais forte subjugar o mais fraco”, discutindo o documentário e as conjunturas sociais e econômicas vivenciadas pelo país da costa oriental africana. Por sua vez, Daniela Calmon, aluna do último ano de direito da mesma universidade, partindo dos novos projetos de investimentos realizados pelo governo brasileiro, especificamente em Moçambique, busca entender as condições para implementação do programa de cooperação ProSavana entre Brasil, Moçambique e Japão e para a construção da mina de carvão de Moatize pela Vale, empresa multinacional brasileira, analisando as condições macroeconômicas e o fenômeno de reprimarização e nova disputa por recursos naturais do continente africano.

Francielly Barbosa, aluna do último ano do bacharelado de História da UFPR, discute questões relacionadas à ocupação e ao tráfico de escravos em Moçambique ao longo do século XIX, se baseando em uma comparação entre a ocupação dos povos Nguni no sul de Moçambique, no começo do século XIX e a ocupação portuguesa no final do mesmo século. Esta comparação busca refletir sobre as consequências destas ocupações para os povos locais, levando em consideração as similitudes e diferenças que estas ocupações teriam carregado para a formação do Estado Moçambicano. Barbara Caramuru, aluna do sétimo período do mesmo curso, dentro do contexto da colonização tardia do continente, analisa a emergência de Karl Peters, agente colonial que defendeu e aplicou a teoria racialista e imperialista na “África alemã”. Fundamentada no marco teórico levistraussiano (raça e história), a autora discute alguns conceitos vinculados ao darwinismo social, que legitimou no período estudado as práticas coloniais europeias, situando-a em uma posição de “supremacia” em função de um suposto patrimônio genético herdado. Finalmente, Igor Müller, aluno formado do curso de Comunicação Social da mesma Universidade, a partir de relatos de educadores e professores, assim como de outros colaboradores, todos eles redigidos pelos funcionários do Ministério de Segurança (“Stasi”) das delegacias

de Magdeburg na República Democrática Alemã, debruça-se sobre os constrangimentos corporais e subjetivos, bem como os legislativos, territoriais e semânticos, que acometeram os alunos moçambicanos enviados para formação técnico-científica (instauração do “homem novo”) na “Escola da Amizade”, em Stassfurt, como diretriz dos projetos ideológico-nacionais empreendidos entre este país europeu e a República Popular de Moçambique, durante seu período socialista.

Os artigos de Juan Navarrete, Juliane Bernardes e Francielly Barbosa são o resultado de trabalhos de conclusão na disciplina de Tópicos Especiais em História da África. O texto de Barbara Caramuru é o resultado de um trabalho de finalização da disciplina de História Contemporânea. O texto de Igor Müller corresponde ao primeiro estágio de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC) que finalizará em agosto de 2014. Finalmente, O texto de Daniela Calmon corresponde a uma reflexão inicial, a qual dará forma ao seu trabalho de conclusão de curso (TCC) em direito em 2014. Cada um destes artigos passaram por um processo de discussão sobre minha orientação, a qual, por sua vez, tentou deixar liberdade suficiente para os questionamentos, dúvidas e propostas heurísticas de cada um e uma dos/as alunos/as. Espero que esta seja a primeira de uma série de outras produções sobre o tema.

UMA FLOR NO DESERTO: A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO (2011-2012)

*Juan Alexis Acevedo Navarrete*¹

Resumo: Egito durante o ano de 2011 viu-se sacudido por uma onda de protestos que derrocaram a um regime de 30 anos. O presente trabalho tem por objetivo analisar este problema histórico, compreender as principais causas, assinalar alguns fatos cruciais do desenvolvimento dos protestos e finalmente refletir sobre a situação atual do país africano. A convergência de diversos fatores desencadeou um processo revolucionário, tais como a situação econômica, a corrupção, a tecnologia e o governo autoritário de Hosni Mubarak. Isto se corrobora mediante o estudo de diversos historiadores, o uso de índices internacionais, e artigos de imprensa árabe e internacional.

Palavras chaves: primavera árabe – Juventude egípcia - protestos - Regime autoritário.

Resumen: Egipto durante el año de 2011 se ha visto sacudido por una oleada de protestas que derrocaron a un régimen de 30 años. El presente trabajo tiene por objetivo analizar este problema histórico, dilucidar las principales causas, señalar algunos hechos cruciales del desarrollo de las protestas y finalmente reflexionar sobre la situación actual del país africano. La convergencia de diversos factores desencadenaron un proceso revolucionario, tales como la situación económica, la corrupción, la tecnología y el gobierno autoritario de Hosni Mubarak. Esto se corrobora mediante el estudio de diversos historiadores, el uso de índices internacionales, y artículos de prensa árabe e internacional.

Palabras Claves: primavera árabe – Juventud egipcia – protestas – Régimen autoritario.

¹ Universidade De Playa Ancha, Facultade De Humanidades, Departamento Do Historia, Pedagogía En Historia E Geografía. Valparaíso, Chile

Introdução

“La juventud árabe ha demostrado tener unas esperanzas e ideales que no difieren de las de otros jóvenes que contribuyeron a la transición democrática en Europa Oriental, América Latina y Asia”. (Rashid Khalidi).

Egito durante ano de 2011 viu-se sacudido por uma onda de protestos que derrocaram a um regime há mais de 30 anos. O presente trabalho tem por objetivo analisar este evento, compreender as principais causas, apontar para alguns fatos cruciais do desenvolvimento dos protestos e finalmente refletir sobre a situação atual do país africano. A hipótese da investigação diz relação com o caráter das causas, pois a convergência de fatores, como a população jovem, os meios tecnológicos, as repressões de um governo impopular e autoritário, a corrupção, e os problemas econômicos, sobretudo o desemprego nas camadas jovens da sociedade, serão em soma os detonantes das revoltas no país do norte de África.

Para dar sustento a nosso estudo, utilizaram-se diversos artigos de historiadores, como também artigos de imprensa escrita, tanto de meios egípcios como internacionais. O desenvolvimento da questão começa com uma análise do contexto histórico do Egito, no qual se propõem alguns antecedentes relevantes para compreender o presente.

Posteriormente, analisam-se as causas antes descritas, as quais são cotejadas com outras percepções da problemática, como é a postura de Andrey V. Korotayev². Os acontecimentos do dia 25 de Janeiro de 2011 foram o começo dos protestos que finalizaram com a queda de Hosni Mubarak no dia 11 de Fevereiro de 2011. Comparam-se artigos de jornais, entre diários a favor do regime e outros meios privados, os quais mostram um discurso diferenciado dos acontecimentos.

Desenvolvimento

“No tememos que nos maten, nos hieran, nos detengan o nos torturen. Ya no hay miedo. La gente quiere vivir con dignidad. Así que no vamos a parar”³.

A Primavera Árabe, como conceito alude às diversas manifestações sociais ocorridas a começos do ano 2011, desencadeando uma crise política em diversos estados da órbita árabe, fundamentalmente ao norte de África.

² Andrey V. Korotayev é um antropólogo, economista, historiador, e sociólogo Russo. Dentro de suas principais obras relacionam-se com a teoria do sistema mundial e as dinâmicas sociais e econômicas.

³Extrato de depoimento. Ahmed Harara, dentista que resultou ferido em um olho por impactos de perdigones durante as manifestações de Egito o 28 de janeiro de 2011 e depois no outro, o 19 de novembro de 2011, pelo que ficou cego. Fonte: Relatório 2012 anistia internacional. O estado dos direitos Humanos no mundo.

A análise historiográfica mostra o conceito, por meios de diversos acontecimentos, de tal modo que em 1848 aconteceu a “Primavera dos Povos”:

En la historia del mundo moderno se han dado muchas revoluciones mayores, y desde luego buen número de ellas con mucho más éxito. Sin embargo, ninguna se extendió con tanta rapidez y amplitud, pues ésta se propagó como un incendio a través de fronteras, países e incluso océanos⁴

Por outro lado, vemos que os processos democráticos que ocorreram em diversas partes do mundo, não incidiram no mundo árabe. Seria esse um ponto importante dos levantes populares na Tunísia e posteriormente no Egito, exigia-se: maiores liberdades e reformas políticas nos sistemas de governos de características autoritárias. Bárbara Azaola Piazza já no ano 2005⁵, distinguiu que os diversos atores políticos assinalavam que a situação egípcia estava colapsada pela falta de liberdade e pelo autoritarismo. Em consequência de tal situação, deu-se a circulação de um discurso que sintetizava a

⁴ HOBBSBAWM, Eric. La era del capital 1848-1875, Editorial crítica, 2007, pág. 22.

⁵ Licenciada em Filosofia e Letras, especialidade: Filología Árabe e Islã. Departamento de Estudos Árabes e Islâmicos da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autônoma de Madri.

situação: o “Kifaya”, que em português quer dizer “Basta”, ou “Ao sha’b yurid isqat ao nizam.” (“O povo quer que caia o regime.”)

Eric Hobsbawm em sua entrevista à BBC realizada a fins de 2011 assinalou o seguinte:

Me recuerda a 1848, otra revolución autoimpulsada que comenzó en un solo país y después se extendió por todo el continente en poco tiempo... Lo que los une es un descontento común y unas fuerzas de movilización comunes: una clase media modernizadora, más que todo joven, estudiantes y, sobre todo, una tecnología que hace que hoy sea mucho más fácil movilizar protestas⁶

Para compreender parte da história do Egito, e o contexto no qual se desenvolveram os protestos da Primavera Árabe, é relevante analisar os enunciados propostos por José Luis das Heras García. Devemos ir a 1882, momento no qual Egito passou a ser uma colônia britânica, o que durou até 1923, momento onde se estabeleceu uma “independência vigiada”. A independência de fato só viria em 19 de Outubro de 1954. Depois da experiência colonial, abriu-se um processo revolucionário que descreditou ao Rei Faruq, dando origem ao

⁶ Entrevista de BBC Mundo, “Eric Hobsbawm: 2011 “me recuerda a 1848”. ([em linha] Disponível em: http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/12/111229_primavera_arabe_hobsbawn_r_evolucion_pea.shtml?print=1 [2013, Setembro])

governo de Gamal Abdel Nasser durante a década de 1950. Posteriormente, Egito terá grande relevância no mundo, sobretudo em um contexto de guerra fria, alinhado no bloco da União Soviética até a morte de Nasser em 1970. O período seguinte esteve a cargo de Anwar o-Sadat, quem deu um giro na relação com a URSS e passou a estreitar as relações com Estados Unidos. No começo da década de 1980 o líder foi assassinado, deixando no poder a Hosni Mubarak. Este último governou o Egito por quase 30 anos:

Obsesionado, como se ha subrayado, por la seguridad y la estabilidad. La ley de Emergencia, decretada tras el asesinato de Sadat, le ha convertido en un dictador de facto (que ha sufrido diversos atentados resultando, en ocasiones, herido leve) aunque su alianza con EE.UU y el turismo le hayan permitido mantener una fachada de aceptabilidad bajo la etiqueta de “líder moderado”; con el tiempo, como hemos tenido ocasión de leer, el humor egipcio ha trocado su título de “Rais” (presidente) por el de Faraón.⁷

Dito isto, é apropriado observar alguns antecedentes das convulsões egípcias de 2011, sobretudo no marco das liberdades políticas e individuais do povo. Nader Fergancy assinala que para o 2005, se levantaram diversos movimentos que exigiam reformas

⁷ DE LAS HERAS, José Luis, *Egipto: democracia de papel*, 2011 pág. 5.

radicais ao governo de Mubarak, sendo um precedente para o que ocorreria 6 anos mais tarde. Em definitivo, as aspirações populares recusavam o “prolongamento” do presidente para um quinto período (cada mandato presidencial era seis anos) e não aceitavam uma eventual sucessão de cunho. Para isso, os cidadãos puxaram por uma emenda constitucional que promovesse a concorrência pela administração do Estado, entre diversos candidatos e que deviam ser eleitos por uma votação direta, somado a uma fiscalização de tribunais. Pedia-se que o presidente não pudesse ser reeleito mais de duas vezes consecutivas. A resposta do governo egípcio foi favorável às reformas políticas.

Sin embargo, existen pruebas fehacientes de que su intención de compromiso con la reforma no es del todo sincera, o eso parece, ya que la conducta real de la autoridad gobernante no se corresponde con dichas intenciones. Ejemplos de esta conducta incluyen la introducción de iniciativas de reforma que se limitan a recorrer la mínima distancia posible en la preparación de una agenda reformista que constituiría un cambio serio hacia una sociedad de libertad y buen gobierno... Mientras tanto, las autoridades de los Estados que afirman estar implementando la reforma siguen cometiendo violaciones flagrantes de los derechos de aquellos que la reclaman. De hecho, la afirmación de estar implementando la reforma no parece ser nada más que un

velo con el que disimular la perpetuación de las actuales estructuras de opresión.⁸

A situação era de uma bomba relógio, um processo que estouraria à medida que as partes e as engrenagens da história fossem se conjugando, é um momento em que a história se acelera e desencadeia diversas mudanças nas estruturas que tinham estado quietas por mais de 30 anos.

O fenômeno possui uma explicação múltipla, sendo a história egípcia um deles. São variados os fatores que nos ajudam a compreender a queda de um regime despótico, em matéria de semanas, tais como, a situação econômica, a demografia, o autoritarismo político, a corrupção, as condições sociais adversas e a confiança de uma nova geração de jovens. A isso, se lhe deve agregar, os meios de comunicação que têm jogado um papel transcendente, tal como o tem enunciado Eric Hobsbawm e Rashid Khalidi, as redes sociais têm facilitado a organização e têm posto a Egito na maioria dos titulares e artigos de imprensa internacional. Assim mesmo, a situação em Tunísia, permitiu a emanção do movimento para Egito durante o mês de Janeiro em 2011.

⁸ FERGANY, Nader, La “primavera de la reforma árabe” aún debe florecer, Med2006, editores IEMed, pág. 65.

Rashid Khalidi, em seu artigo “Las revoluciones tunecina y egipcia”, ilustra os acontecimentos, assinalando a importância da revolução, pois o cataloga como um “momento histórico”. Somado a isso, realça a atitude da juventude árabe acuando o seguinte:

La juventud árabe muestra tener unas esperanzas y unos ideales que no difieren de los albergados por los jóvenes que contribuyeron a las transiciones democráticas de Europa Oriental, América Latina y Asia meridional, sudoriental y oriental⁹.

Sem dúvida, a juventude egípcia, cansada dos abusos, a corrupção e o desprezo dos governantes para com o povo, pode ter feito este levantamento. Nas palavras do autor:

han desatado la energía, el dinamismo y la inteligencia de la joven generación del mundo árabe, contenida hasta ese momento por un sistema que la trató con desprecio y que concentró principalmente el poder en manos de una generación mucho mayor¹⁰.

⁹ KHALID, Rashid, Las revoluciones tunecina y egipcia, Revista Vanguardia Dossier nº 39, Abril-Junio 2011. Pág. 17

¹⁰ KHALIDI, Rashid, Las revoluciones tunecina y egipcia, Revista Vanguardia Dossier nº 39, Abril-Junio 2011. Pág. 18

Os jovens seriam os atores principais, pois conquistaram uma confiança e uma segurança que tem traspassado as fronteiras de seu país. Esta troca gerações da população permite uma onda de ideias e vontades, já que a maioria dos atores, tinham menos de 30 anos, em consequência, tinham vivido sob um regime autoritário e não conheceram uma época em que o governo não estivesse em mãos de oficiais militares ou soberanos absolutos.

Por exemplo, para Khalidi, Rashid uma das causas diretas da primavera árabe egípcia, foi atitude do governo, pois:

Uno de los peores rasgos de ese mosaico de regímenes autoritarios fue el desprecio de los gobernantes hacia sus pueblos. El pueblo, según sostenían esos dirigentes, era demasiado inmaduro para tomar decisiones, elegir a sus representantes o distribuir excedentes sociales o ayuda extranjera. Todo eso y muchas otras cosas eran realizadas en su nombre por quienes eran mejores que ellos, sus gobernantes. Todo aquel que desafiara los límites trazados por quienes detentaban el poder, ya fuera el jefe de Estado o el policía de la calle, se arriesgaba a ser objeto de una brutalidad desenfadada.¹¹

O ambiente não era propício para protestos de nenhum tipo, algo demonstrado, depois da morte de um jovem chamado Jalid Said, quem

¹¹KHALIDI, Rashid, Las revoluciones tunecina y egipcia, Revista Vanguardia Dossier nº 39, Abril-Junio 2011. Pág. 19

havia gravado, em Alexandria, a corrupção policial em junho de 2010. A consequência de seu ato foi a pena máxima, já que os oficiais ao surpreendê-lo, deram-lhe morte mediante golpes a plena luz do dia. Esta constante de violações à dignidade dos cidadãos teria sido uma das causas das revoltas.

O contexto de Tunis, também influenciou nas revoltas egípcias, já que outro jovem (Mohamed Buazizi) reagiu e se imolou em frente à sociedade, inspirando a organização desta e a difusão dos ideais ao resto das nações árabes, em especial a Egito.

Os meios de comunicação como a imprensa, também tentaram explicar a caótica situação em Egito. Causas de ordem econômica e social, como a pobreza, a alta nos preços de alimentos, entre outras coisas. Meios como o “Ao Arabiya News”, dispôs o seguinte em sua edição da terça-feira 25 de janeiro de 2011: “Milhares de manifestantes saem às ruas em Egito”. Dentro do desenvolvimento da notícia, adverte-se: *“Los crecientes precios de los alimentos, la pobreza, el desempleo y el autoritarismo que sofoca las protestas públicas de forma rápida y brutalmente a menudo”*.¹²

A explicação é similar noutro médio, a BBC. Ao assinalar que Egito é:

¹²Diario Al Arabiya News, 25 de Janeiro 2011. ([em linha] Disponível em:<http://www.alarabiya.net/articles/2011/01/25/134920.html>. [2013, Setembro])

un país que tiene muchos de los mismos problemas sociales y políticos que provocaron disturbios en Túnez – el aumento de precio de los alimentos, el alto desempleo y el enojo ante la corrupción oficial...Hay frustraciones profundas en la sociedad egipcia...los egipcios están casi tan desilusionados con la oposición como lo están con el gobierno.¹³

Para outros autores, as causas são notadamente de ordem econômica, tais como Juan Moscoso, em seu artigo “Ante a primavera árabe”, no qual assinala que os cidadãos egípcios “perderam o medo a se manifestar”. Somado a isso, fala das necessárias reformas políticas e econômicas, em onde diz: “*no hay que olvidar que algunas de las principales protestas tuvieron un origen económico*”.¹⁴

Conquanto, até aqui parecem claras estas causas, devem ser contrastado com outras perspectivas. A análise, que precisamos é feita pelo historiador Andrey V. Korotayev, que sustenta que os jornais, ao tratar o conflito egípcio, não têm sido cautelosos quanto as suas causas, sobretudo nas de ordem econômico. É por isso, que falam que Egito, durante a época de Mubarak, experimentava um crescimento econômico sustentado (tal como se aprecia no gráfico 1), e não um estancamento

¹³Noticia BBC Mundo, 25 de enero de 2011. ([em linha] Disponível em: http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/01/110125_egipto_cairo_revueltas_jrg.sht ml. [2013, Septiembre])

¹⁴MOSCOSO, Juan, Ante la primavera árabe, Revista Escritura pública nº 69, 2011. Pág. 45

econômico. Os julgamentos do autor: “*Evidently, during Mubarak’s reign (1981–2011) the Egyptian economy was developing rather dynamically*”.¹⁵

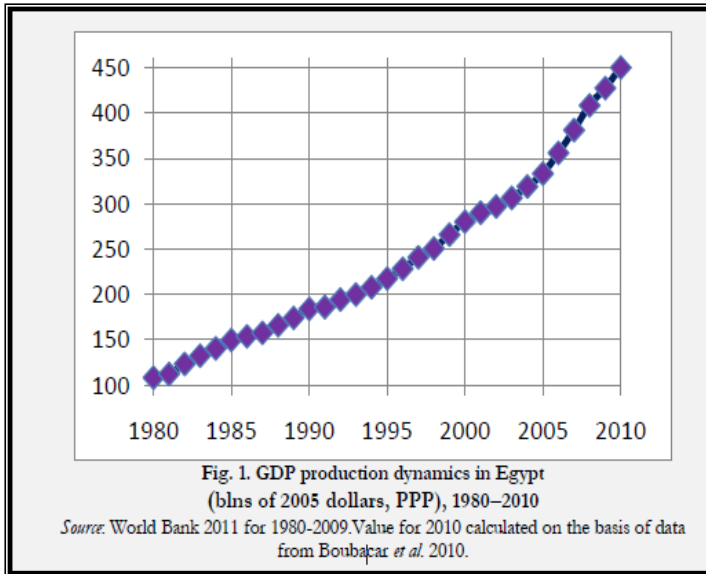


Grafico 1. Fuente: Egyptian Revolution: A Demographic Structural Analysis

Assim mesmo, Korotayev, assinala que o desemprego em Egito, não era extremo nos meses dantes da revolução, senão que mais bem se mantinha controlado, e inclusive estava por embaixo de taxas de

¹⁵KOROTAYEV Andrey, Egyptian revolution: a Demographic Structural Analysis, Revista Entelequia, sección Mundo contemporáneo. Primavera 2011.

desemprego de países como Portugal, Colômbia ou inclusive França, entre outros casos. (Veja-se gráfico 2)

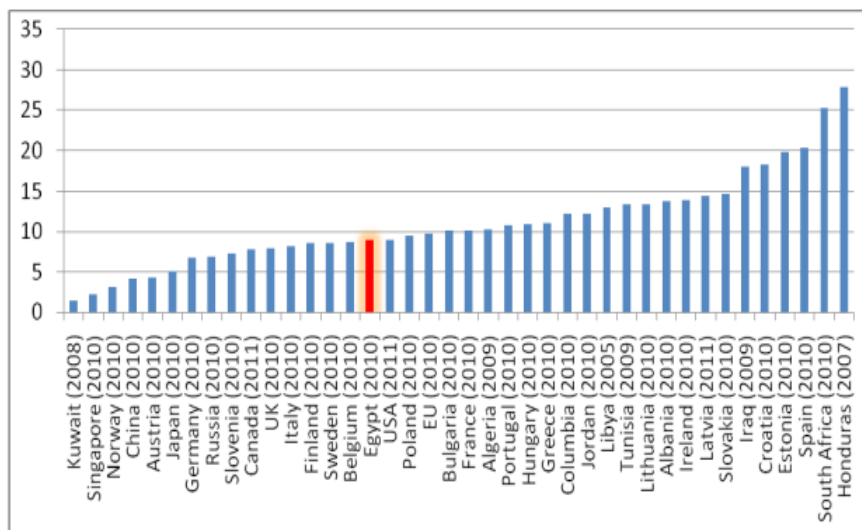


Fig. 7. Unemployment level in some countries, %, 2010¹²

Gráfico 2. Fonte: Egyptian Revolution: A Demographic Structural Analysis.

O problema a seu ver estaria arraigado noutras causas, sobretudo no desemprego, nas camadas jovens da sociedade. Os quais como se assinalou foram os principais atores dos protestos. Contudo, é necessário avaliar as causas da Primavera Árabe em Egito, é por isso que devemos analisar, por exemplo, o caso da corrupção.

A corrupção segundo o Índice de Percepção da Corrupção 2010, Egito, encontra-se com um índice de 3.1, dentro de uma escala de 0 a

10, onde 0 significa um país altamente corrupto, enquanto 10, quer dizer uma zona com pouca corrupção. É preciso enunciar, que o México possui o mesmo resultado, e que o Egito se encontrava no nível de países como Argentina, Venezuela, Paraguai, Rússia, entre outros. Isso obriga-nos a perguntar, se a corrupção é a causa principal dos distúrbios. A resposta é negativa, pois a convergência de diversos fatores são os detonantes. Países piores que Egito, no que diz respeito à corrupção, não se encaminharam para processos revolucionários. Em uma análise, comparado com o ano de 2011, adverte-se que Egito teve aumento seus níveis de corrupção, baixando de 3.1 a 2.9, o qual nos abre a outras possibilidades de estudo que veremos mais adiante na situação atual de Egito.

Existem ademais propostas que reconhecem a existência das mesmas causas que provocaram os protestos árabes, noutros países, mas que não têm desatado em processos similares. É desta forma que resulta apropriada citar algumas palavras de Rickard Sandell, que informa o seguinte:

La situación demográfica cambiante por la que atraviesan casi todos los países árabes en este momento de su historia constituye una precondition específica para la región, que magnifica el efecto de los problemas económicos presentes en cada uno de los países árabes, y por consiguiente hace estallar con más facilidad el

descontento latente en esta parte del mundo en este momento de su historia¹⁶

A transição demográfica de Egito, para um maior número de pessoas entre os 20 e 30 anos, apresenta um desafio para os administradores do Estado, pois a não ser assim, Sandell assinala que existiriam importantes disputas em dito território.

Tendo exposto as principais causas, deve ser dado passo ao conflito em si. Para isso analisaremos diversos artigos de imprensa que nos ajudam a compreender o episódio. Somado a isto, é necessário fazer uma comparação entre os jornais e canais informativos que se encontravam a favor do presidente e aqueles que analisavam de forma crítica os distúrbios, apegando-se à veracidade dos fatos.

O meio de comunicação “Global Voices”, no dia terça-feira 25 de Janeiro de 2011 publicou o seguinte:

Los manifestantes salieron a las calles de El Cairo y muchas otras ciudades de Egipto el martes 25 de enero, que coincide con una fiesta nacional, “El Día de la Policía”, para protestar contra el régimen autocrático de 30 años del Presidente Muhammad Hosni Mubarak...los manifestantes utilizaron redes sociales como Facebook y Twitter para coordinar sus acciones. En la noche, las redes

¹⁶SANDELL, Rickard, La “primavera árabe”: ¿una primavera demográfica?, Cuadernos de pensamiento político nº 33. 2012, pág. 64

de noticias hablaron de decenas de miles de egipcios acampando en la plaza principal de El Cairo, El-Tahrir, y las manifestaciones van a continuar el miércoles (...) Muchos observadores resaltaron la falta de cobertura de las protestas por las principales redes de noticias. La cobertura de Aljazeera fue particularmente escasa. Los periodistas ciudadanos han estado alimentando a los internautas con vídeos desde el interior de la manifestación¹⁷

A BBC mundo, no mesmo dia publicou:

Miles de personas se unieron a los disturbios tras una campaña convocada a través de las redes sociales, lo que llevó horas más tarde a las autoridades egipcias a bloquear el sitio de Twitter (...) En Washington, la Casa Blanca instó al presidente Hosni Mubarak a resolver esta crisis por medios no violentos. "El gobierno egipcio tiene una importante oportunidad de responder a las aspiraciones del pueblo egipcio y buscar reformas políticas, económicas y sociales que permitan mejorar sus vidas", aseguró en un comunicado" (...) Los inconformes marcharon por El Cairo y otras áreas coreando consignas contra el gobierno, luego de que algunos activistas pidieron un "Un día de revuelta" a través de un mensaje en Facebook.¹⁸

¹⁷Global Voices, Egipto: las protestas del 25 de enero en videos. ([em linha] Disponível em: <http://es.globalvoicesonline.org/2011/01/26/egipto-las-protestas-del-25-de-enero-en-videos/>[2013, Setembro])

¹⁸Noticia BBC Mundo, 25 de enero de 2011. ([em linha] Disponível em: http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/01/110125_egipto_cairo_revueltas_jrg.shtml[2013, Setembro])

As notícias ilustram o gênesis dos 18 dias de protestos posteriores. Em esse dia a sociedade perdeu o medo do regime. No primeiro enunciado, adverte-se a importância da informação proporcionada pelos cidadãos, os vídeos, fotos etc. A diferença do segundo enunciado, em onde se dá uma análise com repercussões internacionais, ao incluir os comentários do governo Estadunidense. Em ambos os textos, se realça a importância das redes sociais de internet, as quais como se têm assinalado, têm sido fundamentais durante o processo.

Para o caso dos jornais egípcios, analisaremos dois em particular, o primeiro é *Ao Ahram*, um diário partidário do governo. O segundo é um diário privado, mas não de oposição, cujo nome é *A o-Masry A o-youm*. A seguir ilustram-se alguns titulares do dia 26 de janeiro de 2011.

O meio *Ao ahram* expôs o seguinte:

El portavoz del Ministerio de Exteriores: las manifestaciones no son un nuevo fenómeno” (...) Algunos manifestantes tiran piedras a las fuerzas de seguridad que les intenta dispersar con mangueras de agua y bombas lacrimógenas. Intentos de atacar a la policía cuyo papel ha sido limitado a asegurar a los manifestantes que expresan libremente su opinión. Instrucciones del

Ministro de Interior de no atacar a los manifestantes pacíficos.¹⁹

No caso da o- Masry A o-youm, no mesmo dia publica-se:

Alarma: Miles de personas se manifiestan contra la pobreza, el paro, la subida de los precios y la corrupción, pidiendo la dimisión del gobierno (...)Al Baradei: La salida de los egipcios a las calles es el comienzo de un proceso histórico... la cultura del miedo se ha roto (...)Agredidos 6 periodistas de Al-Masry Al-Youm durante los acontecimientos.²⁰

Como vemos, as diferenças estão à vista, já que, no caso de “Ao ahram”, se tenta baixar o perfil às manifestações, enquanto no segundo meio cataloga-as como um fato histórico. De igual forma, “Ao ahram”, enquadra-se com o labor policial, aludindo que têm resguardado aos manifestantes, ademais o meio realça as declarações dos órgãos do governo. A diferença do anterior, o diário privado, quantifica aos manifestantes, e assinala as principais causas pelas que se mobilizam, mostrando assim a relevância do descontentamento egípcio. Conjuntamente, assinala que existe feridos, algo não que se ignora no primeiro caso.

¹⁹Idem.

²⁰Idem.

Relatar a cronologia dos acontecimentos seria ambicioso, no entanto daremos um salto ao dia 11 de fevereiro de 2011, momento no qual se retira do poder Mubarak. Este fato foi uma notícia de alcances mundiais, é assim, por exemplo, que o diário “O Universo” de Equador relata o seguinte:

Hosni Mubarak deja la presidencia de Egipto”. Luego desarrolla el titular; “El presidente egipcio, Hosni Mubarak, ha renunciado a su puesto, vencido al final por una ola histórica de 18 días de manifestaciones prodemocráticas en las que participaron cientos de miles de personas, y entregará el poder a las Fuerzas Armadas, anunció hoy el vicepresidente Omar Suleimán (...) El anuncio fue recibido con gritos de júbilo en la plaza de Tahrir, centro neurálgico de las protestas de las últimas semanas, mientras se escuchaban bocinazos y disparos al aire en la ciudad de 18 millones de habitantes. "El pueblo derrocó al presidente", coreaba la multitud frente al palacio presidencial.²¹

Os egípcios desencadearam a derrocada de um governo, o saldo destas manifestações foi alto:

²¹Diario El universo, día 11 de febrero de 2011. ([em linha] Disponível em: <http://www.eluniverso.com/2011/02/11/1/1361/hosni-mubarak-familia-dejan-cairo.html>. [2013, Setembro])

Al menos 840 personas fueron víctimas de homicidio o murieron en relación con las protestas, y más de 6.000 resultaron heridas. Miles de personas fueron recluidas y muchas sufrieron torturas o abusos²²

Este é um dos lamentáveis custos de um processo revolucionário. Após a queda do presidente, foi o Conselho Supremo das Forças Armadas, quem assumiu o poder, com a promessa de celebrar em meados de 2012 eleições presidenciais. Efetivamente, no dia 24 de junho do ano de 2012, desenvolveram-se as eleições presidenciais, das quais resultou eleito Mohammed Mursi, membro do movimento Irmãos Muçulmanos, partido opositor a Mubarak e que tinha sido suprimido pelo ex-presidente. Contudo, vemos que existem desafios presentes para a sociedade egípcia, já que manter uma estabilidade democrática é uma tarefa árdua. Assim o reflete Khalidi na seguinte cita:

Las tareas más difíciles están aún por delante. No fue fácil derrocar a un tirano desconectado de la ciudadanía y a su codiciosa familia, ya sea en Túnez o en El Cairo. Construir un sistema democrático que funcione será mucho más arduo. Mucho más lo será aún que un sistema democrático, en caso de que pueda crearse, no quede dominado por los plutócratas que abundan en el mundo

²² Fuente: Informe 2012 amnistía internacional. El estado de los derechos Humanos en el mundo.

árabe ni por intereses poderosos y arraigados, como los militares. Por último, será una tarea de proporciones descomunales para cualquier nuevo régimen democrático popular alcanzar la justicia social y el rápido crecimiento económico necesario para proporcionar buenos trabajos, viviendas decentes, educación de calidad, las muy necesarias infraestructuras e igualdad de oportunidades.²³

Finalmente, é necessário falar do futuro de Egito, sobretudo agora que se encontra em mãos de Mohammed Mursi, um islamista. Isso propõe duas arestas a analisar. A primeira diz relação com a secularização egípcia e em segundo lugar com o processo legal de um estado, isto é a criação de uma constituição. Quanto ao processo de secularização, no dia 30 de novembro de 2012, publicou-se uma notícia com o seguinte titular: “Comissão adota em Egito projeto de Constituição; a oposição manifesta-se” e em cujo desenvolvimento se propõe:

El proyecto señala que los "principios de la sharia" son "la fuente principal de la legislación", una formulación muy consensual en Egipto, que no convierte a los preceptos de la ley islámica en la única fuente del derecho. Eso sí, el proyecto añade una nueva disposición según la cual los principios de la "sharia" deben interpretarse según la doctrina sunita, una cláusula criticada por las iglesias cristianas y los opositores no islamistas. El proyecto de Carta Magna acuerda también al Estado un papel de

²³ KHALIDI, Rashid, Las revoluciones tunecina y egipcia, Revista Vanguardia Dossier nº 39, Abril-Junio 2011. Pág.18

"protección de la moralidad", y prohíbe "el insulto a las personas" y los "profetas", disposiciones que según algunos abrirán la puerta a la censura (...)La oposición liberal y laica, así como la iglesia copta, boicotearon los trabajos de la comisión, acusándola de dar la prioridad a las ideas de los islamistas(...)Se está dando "un golpe de Estado contra la democracia". "La legitimidad del régimen se está erosionando rápidamente"²⁴

O anterior deixa em manifesto a tendência islâmica do novo governo, e somada a isto, o descontentamento que isso provoca dentro da comunidade egípcia. Deve ser agregado que:

La precipitada adopción de este proyecto, que se había estancado durante meses, tuvo lugar en plena crisis política provocada por un decreto adoptado la semana pasada, por el cual Mursi se adjudicaba prerrogativas excepcionales, sobre todo respecto al poder judicial.²⁵

Assim, vemos que a situação atual de Egípcio, também não é o mais auspicioso, como o aclara Fawaz A. Gerges, em seu artigo “O futuro de Egito”, enunciando:

²⁴Fuente: Radio Nederland, La emisora internacional holandesa. ([em linha] Disponível em: <http://www.rnw.nl/espanol/bulletin/egipto-adopta-el-proyecto-de-constitucion-en-plena-crisis-politica>. [2013, Setembro])

²⁵Idem.

La brecha entre lo laico y lo religioso constituye la fractura fundamental en la política egipcia, un foso que pone en peligro la transición del autoritarismo al pluralismo”²⁶. De igual forma, Ignacio Álvarez-Ossorio, plantea “El hecho de que las revueltas no hayan abierto un proceso de secularización como muchos esperaban, sino que hayan allanado el camino para la conquista del poder por parte de los islamistas ha llevado a muchos a lanzar la voz de alarma por la supuesta existencia de una agenda oculta por parte de los movimientos islamistas.”²⁷

Esta situação vislumbrada por diferentes autores, ainda que no último caso, existe um grau de alarmismo, dará que falar durante as próximas semanas, mais ainda quando já ocorreram protestos na contramão da nova constituição egípcia. O futuro, deste problema histórico, está aberto às diferentes ações que tomem os cidadãos e o novo governo, no entanto uma coisa é certa, nos encontramos em frente a uma flor de primavera que está sendo açoitada por um inverno tormentoso.

²⁶GERGES, F, El futuro de Egipto, La vanguardia articulos. 2011. ([em linha] Disponível em: <http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20111123/54239202290/fawaz-gerges-el-futuro-de-egipto-1.html>. [2013, Setembro])

²⁷ALVAREZ-OSSORIO, Ignacio. Primavera democrática árabe: ¿otoño islamista? Ceipaz, Cambio de ciclo: crisis, resistencias y respuestas globales. Anuario 2012-2013. pág. 108

Reflexões finais

“Ya hemos obtenido todo lo que queremos. Parece que el nuevo gobierno está bien. Tengo miedo de que estalle una guerra civil si las cosas empeoren”. Anónimo.²⁸

As raízes das manifestações egípcias são a aglomeração dos fatores trabalhados no desenvolvimento da investigação, pois de não ser assim, e ao analisar as causas por se sozinhas, tivéssemos tido acontecimentos similares em muitos outros países.

Os acontecimentos de Janeiro têm deixado à porta aberta a novas situações que ainda não têm sido reparadas na sociedade. A diferenciação entre religiões, e a chegada de um governo islamista, somado às necessidades de uma população jovem que se encontra ansiosa de um país mais igualitário e com maiores oportunidades, apresentam desafios enormes para Mohammed Mursi.

Existe uma alta percentagem da sociedade que está cansada e temerosa das novas circunstâncias na que se encontra a administração do país, sobretudo, quando se cria uma nova constituição. À medida que

²⁸Fuente: Hosny, Yasmin, “Los discursos mediáticos nacionales de la revolución egipcia del 25 de enero y su repercusión en internet. Consideraciones discursivas e ideológicas”. Universidad de El Cairo. Egipto. Revista electrónica de estudios filológicos. pág. 53

se discutiu a nova carta magna, desenvolveram-se novos protestos, criando um ambiente delicado, que tem a muitas pessoas expectantes aos acontecimentos. Os custos, da revolução de princípios de 2011 foram centenas de vítimas, é por isso o receio dos cidadãos egípcios diante uma futura guerra civil.

A necessidade de estabilidade egípcia é transcendental para a região do Oriente Médio, pois o poderio militar e as alianças estratégicas são parte da história egípcia, é por isso que sua histórica liderança se encontra em dúvida:

Egipto se halla más habituado que el resto de países árabes a desempeñar el papel de líder. Sucede, sin embargo, que en esta ocasión hacer el papel de líder excede sus posibilidades económicas²⁹

O anterior abre-nos possibilidades a novas investigações futuras, deixando em manifesto que hoje a situação egípcia não é a mais auspiciosa.

²⁹ABURISH, Said. ¿liderazgo árabe? Revista de prensa “Tribuna libre”. 2012. ([em linha] Disponível em: <http://www.almendron.com/tribuna/liderazgo-arabe/>. [2013, Setembro])

Bibliografia

ABURISH, Said. ¿liderazgo árabe? **Revista de prensa “Tribuna libre”**. España, Marzo, 2012.

ALVAREZ-OSSORIO, Igancio. Primavera democrática árabe: ¿otoño islamista? **Ceipaz, Cambio de ciclo: crisis, resistencias y respuestas globales**. Anuario 2012-2013.

PIAZZA, Bárbara Azaola. Egipto ante la sucesión de Mubarak: oposición política y emergencia de nuevos actores, **Documento de trabalho do Primeiro Congresso do Foro de Pesquisadores do Mundo Árabe e Muçulmano (FIMAM)**, Barcelona, 17-19 de março de 2004. Em site do FIMAM.

DE LAS HERAS, José Luis. Egipto: democracia de papel, **Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento**. Santa Catarina, Brasil. Março 2011.

FERGANY, Nader. La “primavera de la reforma árabe” aún debe florecer, **Med2006**, editores IEMed.

GERGES, F, El futuro de Egipto, **La vanguardia artículos**. Barcelona, Noviembre, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **La era del capital 1848-1875**, Editorial crítica, Buenos Aires. 2007

HOSNY, Yasmin, “Los discursos mediáticos nacionales de la revolución egipcia del 25 de enero y su repercusión en internet. Consideraciones discursivas e ideológicas”. Universidad de El Cairo. Egipto. **Revista electrónica de estudios filológicos**.

ÍNDICE DE PERCEPCIÓN DE LA CORRUPCIÓN 2010.

ÍNDICE DE PERCEPCIÓN DE LA CORRUPCIÓN 2011.

INFORME 2012 AMNISTÍA INTERNACIONAL. El estado de los derechos Humanos en el mundo

KHALIDI, Rashid, Las revoluciones tunecina y egipcia, **Revista Vanguardia Dossier** nº 39, Abril-Junio 2011.

KOROTAYEV Andrey, Egyptian revolution: a Demographic Structural Analysis, **Revista Entelequia, sección Mundo contemporáneo**. Primavera 2011.

MOSCOSO, Juan, Ante la primavera árabe, **Revista Escritura pública** nº 69, 2011.

SANDELL, Rickard, La “primavera árabe”: ¿una primavera demográfica?, **Cuadernos de pensamiento político** nº 33. 2012.

Referencias eletrônicas

<http://www.lavanguardia.com/internacional/20110401/54258834341/2011-la-revuelta-arabe.html>

<http://www.rnw.nl/espanol/bulletin/egipto-adopta-el-proyecto-de-constituci%C3%B3n-en-plena-crisis-pol%C3%ADtica>

<http://www.almendron.com/tribuna/liderazgo-arabe/>

<http://www.radical.es/historico/informacion.php?iinfo=21367>

<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20111123/54239202290/fawaz-gerges-el-futuro-de-egipto-1.html>

<http://actualidad.rt.com/themes/view/44199-Primavera-%C3%81rabe?page=9>

http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/12/111229_primavera_arab_e_hobsbawn_revolucion_pea.shtml?print=1

http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/01/110125_egipto_cairo_re_vueltas_jrg.shtml

<http://www.letraslibres.com/revista/reportaje/egipto-el-largo-camino-de-la-revolucion>

<http://blog.rtve.es/desdeisrael/2012/01/egipto-25-de-enero-la-revoluci%C3%B3n-de-la-dignidad.html>

<http://www.letraslibres.com/revista/reportaje/egipto-el-largo-camino-de-la-revolucion>

<http://www.um.es/tonosdigital/znum21/secciones/monotonos-egipto.htm>

<http://es.globalvoicesonline.org/2011/01/26/egipto-las-protestas-del-25-de-enero-en-videos/>

<http://www.revistadelibros.com/articulos/la-mujer-egipcia>

<http://www.rnw.nl/espanol/bulletin/egipto-adopta-el-proyecto-de-constituci%C3%B3n-en-plena-crisis-pol%C3%ADtica>

<http://es.globalvoicesonline.org/2011/01/26/egipto-las-protestas-del-25-de-enero-en-videos/>

<http://www.alarabiya.net/articles/2011/01/25/134920.html>

<http://www.eluniverso.com/2011/02/11/1/1361/hosni-mubarak-familia-dejan-cairo.htm>

O PESADELO DE DARWIN: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE AS RELAÇÕES NORTE-SUL DESDE O LAGO VITÓRIA – TANZÂNIA.¹

Juliane Bernardes da Silva²

Resumo: A questão econômica nos países do chamado Terceiro Mundo ou subdesenvolvidos se encontra num entrelaçamento entre pagar a dívida externa e prover o bem estar da sociedade local. Entretanto, diversos são os interesses que convergem para práticas de exploração econômica, e pouco interesse com a desigualdade social gerada. É a partir desse cenário de exploração de capital e contrabando de armas que o documentário *Darwin's Nightmare* é produzido; através da introdução e desenvolvimento de uma espécie de peixe chamada Perca do Nilo e sua exportação para Europa, toda uma população ao redor do Lago Vitória se vê subjugada e explorada, me utilizando dessa analogia do mais forte subjugar o mais fraco, me propus a discutir o documentário e as conjunturas sociais e econômicas vivenciadas na Tanzânia.

Palavras chave: Tanzânia, neoliberalismo, economia, exclusão social.

Resumen: La cuestión económica en los países del llamado Tercer Mundo o subdesarrollados se encuentra en un imbricamento entre pagar la deuda externa y proveer el bien estar de la sociedad local. Sin embargo, diversos son los intereses que convergen para prácticas de explotación económica, y poco interés con la desigualdad social generada. Es a partir de este escenario de explotación de capital y contrabando de armas que el documental *Darwin's Nightmare* es producido; mediante la introducción y desarrollo de una especie de pez llamada Pierda del Nilo y su exportación para Europa, toda una población alrededor del Lago Victoria se ve subjugada y explorada, utilizándome de esa analogía del más fuerte subjugar el más

¹Este texto foi produzido como trabalho de fim de curso para matéria Tópicos Especiais em África, ministrada pelo Professor Hector Guerra Hernandez.

²Aluna da graduação em História na Universidade Federal do Paraná. É bolsista no projeto de extensão “Escravidão e formação do Estado brasileiro nas fontes judiciais do Paraná (1822-1888): descrição de documentos e ampliação de instrumentos de pesquisa”.

débil, me propuse a discutir el documental y las coyunturas sociales y económicas vivenciadas en Tanzania.

Palabras clave: Tanzania, neoliberalismo, economía, exclusión social.

Breve história da formação da Tanzânia

A Tanzânia é um dos maiores países do continente africano. Com 886.000 km² aproximadamente, faz divisa com o Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi, Zâmbia, Malawi, e Moçambique, seu litoral é banhado pelo Oceano Índico, onde possui três ilhas; além do Lago Vitória, Lago Niassa e Lago Tanganica banharem o território. Atualmente, a população da Tanzânia é de 47.879.000 habitantes, com uma variação de 157 grupos étnicos catalogados.

O território da Tanzânia como se configura hoje é resultado de um acordo depois de um conflito em que uniu Zanzibar, – uma das ilhas costeiras e importante entreposto comercial entre o continente africano, Ásia e Europa – e Tanganica, formando assim a Tanzânia. Antes da chegada e ocupação dos colonizadores europeus, os árabes detinham grande influência, entre os séculos IX e XII, realizando casamentos, controlando as rotas de caravanas para o interior do continente e as rotas comerciais marítimas ao longo da costa oriental³. Quando os

³ Worldmark Encyclopedia of the Nations, Twelfth Edition, Africa Vol. 2. States of America, 2006, pp .683

europeus se estabeleceram, em meados do século XV, a prática comercial já estava estabelecida e a escravidão também fazia parte dessa sociedade.

A colonização da região ocorreu entre alemães e britânicos no final do século XVIII. Depois de acordos firmados, o sultão de Zanzibar perdeu o controle sobre a região e o território foi dividido em 1890. Tanganica, Ruanda e Burundi ficaram sob domínio alemão, Zanzibar e Pemba sob controle inglês, cada qual estabelecendo nas respectivas regiões companhias a fim de explorar o território⁴.

A ocupação efetiva do território se deu depois de conflitos entre os militares alemães e os líderes locais. Em 1907 ocorreu a revolta de Maji-Maji, uma das mais expressivas rebeliões, na qual um líder espiritual reuniu diversos clãs e fez frente às forças alemãs - que, como qualquer outro país imperialista em território africano, usava da força para explorar os recursos naturais e explorava também a mão de obra local. Entretanto, os colonizadores saíram vencedores⁵. Depois dessa revolta, que deixou 250.000 mortos devido à fome e ao próprio conflito, instaurou-se um governo civil, e como governador foi escolhido o

⁴ Idem.

⁵ Idem.

Conde Albrecht von Rechenberg, que procurou estabilizar as relações entre os colonos africanos⁶.

Após a Primeira Guerra Mundial e a derrota alemã, os britânicos passaram a ocupar toda a Tanganica por meio de uma espécie de mandato, que foi expedido pela Liga das Nações a partir de 1920, e a política de administração indireta, já implementada em outras colônias, foi também empregada nessa região. Mas a condição de exploração não diminuiu e a situação continuava insatisfatória para a população africana. Depois da participação de contingentes africanos, tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial, as elites e a população local passaram a cobrar das autoridades sua independência⁷.

Assim como em outras colônias, Tanganica tinha certa representatividade política, mesmo que com expressão menor do que a dos colonizadores. Entretanto, o movimento pan-africanista⁸ e o fim da Segunda Guerra fortaleceram os líderes políticos locais. De acordo com

⁶ Encyclopedia of Twentieth-Century African History. New York, London: Routledge, 2002, pp. 542.

⁷ Op. cit., loc. Cit.

⁸ O movimento pan-africanista surgiu entre os séculos XVIII e XIX entre os representantes negros dos países americanos. O objetivo destes era lutar contra o racismo, dominação e exploração branca sobre os negros. A participação de expressão africana no pan-africanismo se deu a partir de 1945 no Congresso Pan-africano que ocorreu em Manchester, sendo a principal reivindicação a descolonização de todo o território africano. (De acordo com o discutido em aula durante o curso de História da África HH117, 1º semestre de 2013).

Michael Twaddle, o principal motivo de descontentamento “foi a ingerência maciça dos britânicos na política agrícola africana que desencadeou a primeira grande onda de protestos locais contra a potência colonial”⁹. Sendo assim, esse descontentamento fortaleceu as relações entre as populações locais que procuraram formar associações a fim de lutar por melhores condições sociais e econômicas, já que as políticas coloniais, principalmente a agrícola, estavam provocando diferenciações muito amplas.

A organização entre as reivindicações urbanas e camponesas ocorreu através da TAA (Tanganika African Association), que buscou unificar as reivindicações e consequentemente se fortaleceu politicamente. Em 7 de julho de 1954, o que era a TAA se transformou no partido União Nacional Africana do Tanganica - TANU, fundado por Julius Nyerere¹⁰. Este usou a diplomacia e, por meio da ONU, procurou estabelecer a independência de Tanganica, que desde 1946 passou a ser um protetorado inglês “sob tutela da ONU”, condição que desagradou os ingleses. A força partidária do TANU ficou evidente em 1960, quando conquistou 70 das 71 cadeiras do Conselho Legislativo, e

⁹ TWADDLE, Michael. A África Oriental. In. MAZRUI, A.A. *História Geral da África vol. VIII – África desde 1935*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1991, pp. 274

¹⁰ Ibidem, pp. 275.

em dezembro de 1961 conquistou sua independência e Nyerere, com claras tendências socialistas, foi escolhido como presidente¹¹.

Zanzibar depois de diversos conflitos internos que visavam o estabelecimento de um governo, em 26 de abril de 1964 foi unificado com a Tanganica, e, em outubro do mesmo ano, de República Unida de Tanganica e Zanzibar, passou a se chamar Tanzânia, mas não sem conflitos internos. Entretanto, mesmo depois da unificação, Zanzibar continuou a ter um governo independente do continente¹².

Tanzânia pós-colonial

Depois de conquistada a independência, os problemas de política interna e externa se mostraram notáveis. Para além do apoio aos países vizinhos, como Moçambique, Rodésia do Sul e África do Sul, que buscavam também libertar-se do jugo colonial, as relações entre a Comunidade do Leste Africano – Quênia, Uganda e Tanzânia – foram abaladas devido diferenças políticas. As fronteiras entre Tanzânia e Uganda foram fechadas e houve conflito militar direto entre 30 de

¹¹ Ibidem, pp. 277.

¹² Worldmark Encyclopedia of the Nations, Twelfth Edition, Africa Vol. 2. 2006, pp. 683.

outubro de 1978 até 1982¹³, quando o governo ugandense de Idi Amin foi derrubado. Este conflito ocorreu após a tentativa de anexação do território de Kagera, pertencente à Tanzânia, pelo governo de Uganda. Idi Amin após ser derrotado foi exilado na Líbia, depois Arábia Saudita, aonde veio a falecer¹⁴.

A política interna também sofreu alguns reveses. Depois de reeleito em 1980, Nyerere enfrentou desgastes. Primeiramente com a tentativa frustrada de um golpe militar em 1983, além dos conflitos políticos entre Zanzibar e o continente que eram corriqueiros. Após forte pressão, o presidente Aboud Jumbe, que reivindicava mais autonomia para a ilha, renunciou ao cargo de presidente de Zanzibar e de vice-presidente da Tanzânia, e em seu lugar foi eleito Ali Hassan Mwinyi em 1984. E em novembro de 1985 Mwinyi foi eleito presidente, e em 1990 foi reeleito¹⁵.

A organização partidária da Tanzânia, assim como em qualquer país, não poderia deixar de ser conflituosa. Primeiramente a consolidação de um sistema multipartidário foi lenta; e, mesmo depois de estabelecida nova organização, as divergências entre os partidos são defrontados de forma violenta.

¹³ Idem.

¹⁴ New Encyclopedia of Africa. Vol. I. States of America, 2008, pp. 262.

¹⁵ Op. cit. p.684. et. seq.

Antes da independência havia mais de um partido, tanto em Tanganica como em Zanzibar. Em 1977 os partidos ASP (Afro-Shirazi Party) de Zanzibar e o TANU foram unificados, criando o CCM (Chama Cha Mapinduzi) e tornando-se os partidos mais influentes da ilha e do continente. As eleições para a Assembleia Nacional eram internas, mas não sem competitividade. Como apresentado anteriormente, Nyerere foi o primeiro presidente eleito e depois Mwinyi ocupou a presidência, ambos eleitos para presidência do Partido e presidente do país¹⁶.

Num primeiro momento o CCM, sob a liderança de Nyerere (1994-1995), buscava igualdade social, autoconfiança, cooperação econômica com outros países africanos e desenvolvimento da economia, em especial a economia rural a fim de fortalecer os camponeses¹⁷. Porém, a partir de 1980 o partido começa a se tornar a favor de uma economia liberal, e práticas pró-mercado começam a ser adotadas e, concomitantemente, o CCM, mesmo que ainda muito forte e influente, começa a se desgastar e se divide regionalmente. Em 1992 a Tanzânia volta a ser multipartidária, mas o CCM ainda é maioria e sua influencia nas eleições é contundente¹⁸.

¹⁶ Ibidem, pp. 686.

¹⁷ Op. cit., loc. Cit.

¹⁸ Op. cit. p.684. et. seq.

A primeira tensão entre os partidos se deu nas eleições de 1995, quando o CCM ganhou as eleições do CUF (Frente Cívica Unida) em Zanzibar. O CCM foi acusado de fraude nas eleições, alguns integrantes do CUF foram presos e, apesar de tentar boicotar o reconhecimento do candidato eleito, Salmir Amour e os demais eleitos para deputados foram reconhecidos. Os conflitos eleitorais são constantes e mesmo com cerca de doze partidos, o CCM permanece com maioria na Assembleia, sempre elegendo seu candidato a presidência¹⁹.

O Lago Vitória

Um dos Grandes Lagos, o Vitória, está localizado na África Oriental é partilhado por Uganda, Quênia e Tanzânia, e possui 68.870 km², sendo o maior lago africano. Em 1858 o britânico John Henning Speke, em expedição na região, em busca da origem do rio Nilo, encontrou o lago e o batizou de Vitória em homenagem à rainha Vitória, acreditando ser este a nascente do Nilo.

Por abranger uma vasta região, a pesca no Lago Vitória historicamente foi importante para a subsistência da população local. Entretanto, a pesca comercial provocou diversas transformações. A

¹⁹ Idem.

implementação de novos utensílios, como a rede, ocupou o lugar de técnicas utilizadas pela população local, o que, além de diminuir o espaço dos pescadores locais, a quantidade de peixes decaiu e consequentemente um meio importante de subsistência foi de alguma forma afetado. Outro problema foi à introdução da espécie de peixe Perca do Nilo, que transformou a economia e toda a sociedade local.

A Perca do Nilo foi introduzida no Lago Vitória em 1950, com objetivo único de aumentar a produção e exportação de peixe, essa espécie foi escolhida por poder pesar até 200 kg. Esse peixe fomentou o comércio pesqueiro na região; entretanto, por ser uma espécie predadora, os demais peixes do Lago foram dizimados pela perca, ou seja, a população local foi obrigada a se alimentar dessa espécie de peixe, e o ecossistema foi alterado, afinal a perca dizimou as espécies nativas. Foi também inserida no lago uma espécie de vegetal aquático para tornar o ambiente mais belo, devido ao turismo e à pesca esportiva desenvolvida na região. Por fim, a construção de barragens para hidroelétricas também está alterando o nível da água em alguns pontos do lago²⁰.

²⁰ ALVES, Breno Souza. **Lago Vitória: exemplo da falta de conhecimento científico.** Disponível em <<http://scienceblogs.com.br/discutindoecologia/2008/12/lago-vitoria-exemplo-da-falta-de-conhecimento-cientifico/>> acesso em: 24/07/2013.

O Pesadelo de Darwin

A partir desse contexto conturbado – liberalismo econômico, divergências partidárias, problemas sociais – que o documentário *Darwin's Nightmare - O Pesadelo de Darwin* - aborda a pesca no Lago Vitória e suas consequências.

O documentário foi produzido em 2004 pelo austríaco Hubert Sauper. O filme tem duração de 107 min. e a narração é realizada por Sauper. Recebeu prêmios entre 2004 e 2006, entre os quais se destacam o de melhor documentário no European Film Academy em 2004, no Festival Internacional de Viena também em 2004, no Festival de Cinema de Sydney no ano de 2005, além da indicação ao Oscar de melhor documentário em 2006.

Logo na primeira cena do filme um avião sobrevoa o Lago Vitória, sendo essa cena repetida várias vezes, se tornando muito significativa durante todo documentário, isto porque no decorrer das entrevistas. Além das questões relacionadas à pesca indiscriminada e exclusão social, foram abordadas questões referentes ao envio de armas aos países vizinhos à Tanzânia através do aeroporto de Muansa. O contrabando de armas se esconde atrás da exportação de peixes, isso porque os aviões, supostamente, chegam carregados com armas e

voltam para Europa com a Perca do Nilo. Essa informação é tratada a todo o momento no documentário. Enquanto a grande maioria dos entrevistados afirma, com certa hesitação, que os aviões chegam vazios, outros afirmam chegar com ajuda humanitária e talvez com armamentos, e há um que afirma enfaticamente o envio de armas para a África pela Tanzânia.

Como citado anteriormente, no decorrer do documentário são abordadas diversas questões sociais que envolvem a economia pesqueira. Optamos por abordar algumas delas, sendo essas a prostituição, o HIV, as crianças de rua e o destino dos peixes.

A prostituição fica evidente já nas primeiras cenas, e alguns fatores favorecem essa prática: um deles é a presença dos pilotos, mas a pobreza é apontada como a causa principal que levaria diversas mulheres a se prostituir. O documentarista questiona esta prática, ao que os entrevistados respondem que são as contingências que levam diversas mulheres a se prostituir, isso porque muitas não têm família, trabalho ou outro meio de sustento.

Eliza é uma das prostitutas entrevistadas, conta que seus pais estão mortos e que não há outra forma de sobreviver, mas que mesmo diante dessas circunstâncias tem o sonho de estudar e melhorar de vida – outros entrevistados também apontam a necessidade de estudar para

tentar sair da pobreza. Ela e outras moças se relacionam com os pilotos, e algumas afirmam que existe o risco de maus tratos por parte desses homens, entretanto, são eles que oferecem bebida e alimento, além do dinheiro. Numa das últimas cenas, Sauper em conversa com algumas dessas moças, informa ao espectador que Eliza foi morta por um cliente australiano.

Outro exemplo apresentado pelo diretor são as mulheres que vivem nas aldeias de pescadores, cujos esposos em algum momento saíram do interior onde eram agricultores, e se dirigiram ao Lago para trabalhar na pesca, e, devido ao HIV ou acidentes de trabalho, acabaram morrendo. Devido à falta de recursos, essas mulheres também se deslocam até o Lago, e por falta de opção acabam se tornando prostitutas, ficando tão expostas aos perigos da AIDS ou da violência física quanto às prostitutas que se relacionam com os pilotos.

A prostituição geralmente leva a contrair o vírus HIV, sendo os mais afetados pela doença os pescadores e as prostitutas. Sauper ao retratar uma comunidade de pescadores destaca a constante presença de prostitutas, bem como a prevenção quase nula contra o vírus. O padre da ilha de Quilimilile diz que uma média de 45 a 50 pescadores morrem a cada seis meses, devido à AIDS ou à pobreza, embora a pesca seja

abundante, ela é destinada a exportação, e o trabalho do pescador é visivelmente desvalorizado e mal pago.

O filme retrata constantemente uma reação em cadeia de acontecimentos. Uma das cenas mais impactantes do documentário é quando diversas crianças de rua brigam entre si por uma porção mínima de alimento. Tais crianças são órfãs ou foram abandonadas pelos pais. A orfandade e o abandono seriam motivados pela pobreza e incapacidade econômica dos pais em criar seus filhos. Além disto, ter-se-iam os casos em que enquanto os pais estão trabalhando, as crianças ficam na rua e expostas aos mais diversos perigos. Sauper entrevistou várias dessas crianças, a maioria meninos, que dizem não ter pra onde ir: aqueles cujos pais são pescadores e passam a maior parte do tempo trabalhando ficam na rua – aparentemente por não existir um programa de educação eficiente –, e aqueles que são órfãos permanecem nas ruas devido à falta de assistência social. Um menino mais velho afirma que as que mais sofrem por viver nas ruas são as meninas, pois além de toda privação por estar na rua, ainda corre o risco de serem abusada sexualmente. Outro assunto abordado é a drogadição entre essas crianças e adolescentes, o que os torna ainda mais vulneráveis.

Por fim a destinação dos peixes: a produção de Perca do Nilo é enorme e extremamente rentável. Entretanto, como apontado acima, a

produção é para exportação e a renda gerada é distribuída entre a população de forma desigual, vide as condições precárias em que vivem os pescadores. Em um dado momento um empresário indiano, proprietário de uma das empresas exportadoras da Perca, diz que a comunidade ao redor do Lago depende da pesca para sua sobrevivência. As empresas geram inúmeros empregos, e o fluxo da exportação é grande: segundo esse mesmo empresário, uma média de 500 toneladas de peixe são exportadas por dia. Apesar de ele estar certo ao dizer que as empresas são importantes, as imagens demonstram a pobreza que circunda a região, a falta de infraestrutura urbana e a fragilidade social existente além da oferta de empregos. As partes do peixe que não são exportadas, ou seja, os restos são defumados e vendidos para a população. A imagem do local onde ocorre esse processo é angustiante, além da falta de higiene e as condições de trabalho são desumanas. O contraste entre riqueza e pobreza é notório.

Outra questão importante relacionada à exportação do peixe é referente aos aviões e seu carregamento, como já mencionado. Nas filmagens, a maioria dos entrevistados é unânime em dizer que os aviões chegam vazios e partem com o carregamento de peixe, porém há evidências de que existe o transporte de armas para o continente africano, e estas são usadas pelas guerrilhas ou pelo exército de países

vizinhos a Tanzânia. Ao perguntar às prostitutas se sabem se algum tipo de armamento é transportado por seus clientes elas riem. Um adolescente ex-morador de rua, que atualmente é pintor, relata que já ocorreram apreensões de cargas com armamentos, e que a imprensa relatou o ocorrido, mas o presidente do país não deu muitos esclarecimentos. No fim do documentário um repórter é enfático ao dizer que existe um contrabando de armas, e que entram no continente pela Tanzânia, e afirma que são os países europeus que as enviam, e que a mortandade de africanos gera riqueza para europeus. Usando suas próprias palavras: “é tudo negócio”.

A pesca no Lago Vitória é sim de extrema importância para a economia, mas é também uma cortina para esconder negócios escusos cujos responsáveis não querem ser relacionados, pois o envio de alimentos e medicamento a quem necessita é mais prodigioso que o envio de armas e financiamentos para as guerras.

O desenvolvimento e o seu custo

O liberalismo econômico nos países da África, assim como em todos do dito Terceiro Mundo, acarretou um processo de privatizações constantes e endividamentos impagáveis. Inicialmente, os empréstimos

concedidos a esses países foram feitos a juros baixos, e devido ao desgaste da moeda norte americana somado com uma taxa de crescimento anual favorável, as dívidas poderiam ser pagas concomitantemente ao desenvolvimento do terceiro mundo. Porém o crescimento desses países não era visto com bons olhos pelas potências e uma nova política de juros bem mais altos foi introduzida, criando a necessidade da realização de novos empréstimos a fim de saldarem os antigos.

Essa temática é abordada por Patrick Bond, no livro *A pilhagem na África*, no qual o autor argumenta que as variações do PIB, os empréstimos internacionais e as falsas doações para ajuda humanitária afligem e tornam os países do Terceiro Mundo mais dependentes e endividados²¹. Diversos são os interesses em volta dos empréstimos e ajudas – envio de alimento ou investimentos – e, segundo Bond, cada liberação de empréstimos ou amortização da dívida externa vem carregada de contrapartidas que o país beneficiário deve arcar entre as quais está a liberação de mercado e possibilidades de privatização de serviços essenciais, como água, luz e educação²².

²¹ BOND, Patrick. *A pilhagem da África, A economia da exploração*. Trad. BLAJBERG, Salomon; BLAJBERG, Jennifer Dunjwa; LARA, Flavio Wanderlei. Rio de Janeiro, 2007, p.15-17.

²² Ibidem, pp. 31-86.

Com a taxa de juros em alta, a economia se estrutura a fim de pagar seus dividendos devido a grande pressão exercida e porque, caso os países emergentes ou subdesenvolvidos não consigam pagar anualmente o que foi previsto da dívida, diversos bancos mundiais poderiam quebrar e uma possível crise financeira se instauraria. Sendo assim, medidas de contenção de gastos públicos são adotadas: a abertura da economia para estabelecimento de empresas privadas e internacionais, a ausência de subsídios para agricultores é imposta, a monocultura é adotada e a necessidade de importar o que não se produz é inevitável. O controle do país passa para empresas privadas e às grandes instituições financeiras mundiais, pois ao reservar dinheiro público a fim de pagar a dívida, o orçamento para investir em questões públicas básicas é desnivelado, o que acarreta em privatizações do serviço público e, conseqüente, a exclusão social. Ao transferir obrigações do governo para empresas privadas, o maior prejudicado é a população, que em sua maioria é pobre e não consegue acesso a serviços básicos, apesar de existir políticas para educação, saúde e seguro social. Diante da desigualdade social se instaura a violência, promovida pelo Estado ou pela população.

Jean e John Comaroff no livro *Violencia y ley en La poscolonia: una reflexión sobre las complicidades Norte-Sur*, abordam como a lei

está inserida no imaginário social e como ela passou a influenciar as relações entre a sociedade e os governos, e como a violência entre estes é entendida e praticada²³. Primeiramente, a desigualdade gera violência a partir do momento em que não se consegue obter os produtos que são comercializados ou não se tem acesso a direitos básicos, apresentando-se então questionamentos e atos violentos. As oportunidades de se corromper num estado liberalista e obter ganhos maiores são constantes e amplamente difundidos. Isso se reflete no fato de que a grande maioria das empresas privadas só conseguiu se estabelecer em território africano mediante pagamento de propina: o próprio Sauper relata que teve que pagar propina a diversos policiais para conseguir passar por determinados locais.

Dentro de um quadro de desigualdade se cria meios de sobrevivência, que infelizmente perpassam o campo da violência, sendo essa mesma motivada por grandes investidores estrangeiros, e também utilizada para exemplificar a ingerência africana sobre seus territórios. Jean e John Camaroff afirmam que esse quadro de corrupção e violência é importante para desviar a atenção de problemas sociais causados pelo neoliberalismo e que, embora o continente africano seja tido como incapaz ou frágil para tratar de seus problemas, estes são os

²³ COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. *Violencia y ley en La poscolonia: una reflexión sobre las complicidades Norte-Sur*. Madrid: Katz, 2009, pp. 63.

mesmos enfrentados em todo o mundo, mas é na África que se encontram os produtos, meios e condições para a exploração de mercado²⁴.

Considerações finais

O nome do documentário é bem sugestivo: ao relacionar Darwin, a primeira coisa que vem a cabeça é a seleção natural e adaptação ao meio. Partindo desse pressuposto, podemos formular a pergunta: quem se adapta e quem é o mais forte no contexto do Lago Vitória? A população miserável se adapta ao meio, sobrevive como consegue, enquanto a perca do Nilo – que é tida como uma espécie predadora, inserida em um ambiente que a forçou a se adaptar –, os empresários, o governo e contrabandistas de armamentos são os selecionados pelo meio e aqueles que subjagam os demais em benefício próprio. Essa é a lei do mercado, fatura mais quem se adapta melhor as contingências do momento.

Ao adotar uma política neoliberal, a partir dos anos 80 a Tanzânia possibilitou a entrada de diversas empresas para explorar seu território, e como diz um entrevistado do documentário:

²⁴ Idem.

“Deus criou o mundo mas deu uma quantidade limitada de matéria prima. A humanidade luta por esta matéria prima. Antigamente brigavam por causa do território na África. Agora é por causa da matéria prima na Terra. Quem pode receber e quem não? Isto é a lei da selva”

Sendo assim, as possibilidades de se avançar no campo social em um país onde interesses de grandes potências estão em jogo são difíceis, mas não impossíveis, desde que se deseje a mudança. Os interesses do homem não são distintos de país para país, todos querem o poder, e quando o tem, querem mais, para acumular bens materiais e financeiros, nem que para isso outros sejam massacrados.

Assim como o desenvolvimento da Perca é predatório, as políticas econômicas também o são. Além de criar uma polarização mundial em torno de distribuição de renda, programas de auxílio humanitário vêm carregados de consequências deficitárias; os governos de países desenvolvidos se desvinculam da responsabilidade de acabar com a pobreza com uma ajuda ínfima e carregada de condições; os governos locais, por falta de opção, por ingerência ou ainda, por ganhos diretos com as políticas neoliberais, transformam a população pobre refém de um sistema que a exclui e marginaliza cada vez mais. Tudo isso porque a lei do mais forte prevalece.

Aquela imagem de pobreza e savana deu lugar a uma reflexão de como os discursos do homem se repetem com o tempo. A África sempre foi considerada incapaz de se autogerir, e, apesar das independências, o discurso se repete: se antes a escravidão era o problema, agora a corrupção e a falta de tecnologia são prerrogativas para a ocupação de território e exploração de mão de obra.

Ao fazer uma busca rápida na internet com as palavras chave – Tanzânia e pesca –, é possível encontrar os mais diversos sites de jornais internacionais reportando a ajuda de países europeus para economia tanzaniana ou ugandense, seja por meio financeiro ou de envio de alimentos para assistência humanitária. Mas aí cabem questionamentos que o documentário e a bibliografia utilizada proporcionaram: mais dinheiro para um maior endividamento e maior dependência, ou simples assistencialismo? Envio de alimentos para os que passam fome e vivem na miséria ou envio de armas escondidas no avião para continuar alimentando a predação que a perca simboliza? Evidente que os dois lados – potências econômicas e governantes africanos – ganham com essa política, mas a que custo? Políticas econômicas que realmente visem à redução da pobreza e da desigualdade social são necessárias, mas sem o que Bond chama de ajuda fictícia – aquelas que são mascaradas com interesses

econômicos²⁵. A procura por soluções para que essas questões sejam resolvidas necessita de um questionamento profundo do paradigma desenvolvimentista dominante, do contrário, muitas populações continuarão condenadas a reproduzir o mesmo processo predatório que tornou a perca do Nilo no triste símbolo do capitalismo contemporâneo nas margens do Lago Vitoria.

Referências Bibliográficas

ALVES, Breno Souza. **Lago Vitória: exemplo da falta de conhecimento científico.** Disponível em <<http://scienceblogs.com.br/discutindoecologia/2008/12/lago-vitoria-exemplo-da-falta-de-conhecimento-cientifico/>> acesso em: 24/07/2013.

África Num Mundo Globalizado. Caderno de Textos de Apoio. Ciclos Intergrados de Cinema, Debates e Colóquios na FEUC. Coimbra, 2005-2006.

BOND, Patrick. **A Pilhagem da África, A Economia da Exploração.** Trad. BLAJBERG, Salomon; BLAJBERG, Jennifer Dunjwa; LARA, Flavio Wanderlei. Rio de Janeiro, 2007.

²⁵BOND, Patrick. op. cit., loc. cit.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. **Violencia y ley em La poscolonia: uma reflexão sobre las complicidades Norte-Sur.** Madrid: Katz, 2009.

LAKE VICTORIA. In. Encyclopedia of African History and Culture. Vol. I. Ancient Africa (Prehistory to 500 ce). New York: The Learning Source Ltd, 2001, pp. 250-251.

Tanzania. In. Encyclopedia of Twentieth-Century African History. New York, London: Routledge, 2002, pp. 542-544.

TANZANIA. In. Worldmark Enciclopedia of the Nations, Twelfth Edition, Africa, Vol. 2. States of America, 2006, pp.679-694.

THE COLONIAL SCRAMBLE FOR AFRICA. In. New Encyclopedia of Africa. Vol. I. States of America, 2008, pp. 262.

TWADDLE, Michael. A África Oriental. In. MAZRUI, A.A. **História Geral da África vol. VIII – África desde 1935.** São Paulo: Ática/UNESCO, 1991, pp. 274-277.

Dados demográficos e etnológicos da Tanzânia. Disponível em < <http://joshuaproject.net/international/pt/countries.php>> acesso em: 17/07/2013.

Dados sobre as expedições ao Lago Vitória. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/speke_john_hanning.shtml> acesso em 28/09/2013.

Dados sobre as premiações que o documentário recebeu. Disponível em <http://agal-gz.org/blogues/index.php/aesmorga/2007/01/26/ciclo_de_cinema_ambientalista_lo_pesadel> acesso em: 25/07/2013.

“PARA CADA PROBLEMA AFRICANO, EXISTE UMA SOLUÇÃO BRASILEIRA”? UMA ANÁLISE DOS MEGAPROJETOS BRASILEIROS EM MOÇAMBIQUE

*Daniela Pessoa de Goes Calmon*¹

RESUMO: O artigo busca entender quais as condições existentes para que hoje estejam ocorrendo transformações em Moçambique que favorecem a exportação de produtos primários. Essas transformações são apresentadas pelos agentes proponentes como propostas de desenvolvimento e modernização e frequentemente são frutos de parcerias com governos dos chamados países emergentes (principalmente Brasil e China) ou da atuação de suas empresas. Dentre essas propostas, busca-se entender em particular as condições para a implementação de dois megaprojetos com forte participação brasileira: o programa de cooperação ProSavana entre Brasil, Moçambique e Japão e a construção da mina de carvão de Moatize pela Vale, empresa multinacional brasileira. Para esse propósito, são analisadas as condições macroeconômicas e o fenômeno de reprimarização e nova disputa por recursos naturais do continente africano, as condições favoráveis em Moçambique e o novo papel assumido pelo Brasil a nível internacional, para então abordar especificamente o ProSavana e a mina de Moatize.

Palavras-chave: Moçambique, cooperação Sul-Sul, reprimarização, agronegócio, mineração de carvão.

ABSTRACT The article aims to understand what the conditions are for the current transformations in Mozambique that favor the exportation of primary products. These transformations are presented by the propelling agents as development and modernization proposals and are frequently the product of partnerships with governments of countries referred to as “emergent” (mainly Brazil and China) or the operations of companies from these countries. Among these proposals, we aim to understand in particular the conditions for the implementation of two massive projects

¹ Estudante de graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orientação nesse artigo pelo professor do Departamento de História da UFPR Hector Rolando Guerra Hernandez.

with strong Brazilian participation: the cooperation program “Pro-Savana” between Brazil, Mozambique and Japan and the construction of the Moatize coal mine by Vale, a multinational Brazilian company. For this purpose, we analyze the macroeconomic conditions and the phenomenon of reprimarization and new scramble for African natural resources, the favorable conditions in Mozambique and the new role taken up by Brazil on an international level, before approaching Pro-Savana and the Moatize mine specifically.

Key words: Mozambique, South-south cooperation, reprimarization, agribusiness, coal mining.

Introdução

Nos últimos anos, diversas transformações têm sido pensadas e projetadas para Moçambique: algumas já estão sendo efetivamente implementadas; outras estão ainda em fase inicial de discussão. Essas mudanças ocupam um espectro amplo entre negócios privados e políticas de governo, envolvendo frequentemente uma mistura dos dois, mas têm em comum alguns elementos: crescentemente têm participação ou mesmo um papel central dos chamados países emergentes², principalmente da China e do Brasil; têm pretensões de *integrar Moçambique mais na economia mundial através de exportações de produtos primários* e buscar a *modernização do país*; e refletem simultaneamente processos globais de novas tendências de acumulação

² Essa denominação, assim como a sigla BRICS, é recente e passível de diversos questionamentos. Para uma discussão sobre a inserção dos chamados países emergentes ou BRICS na ordem mundial, ver Capítulo 2 de GARCIA, 2012.

do capital e uma conjuntura interna favorável a essas mudanças.

Escolhemos para esse artigo focar em dois megaprojetos que ligam Brasil e Moçambique:

1 - A construção e a operação de uma mina em Moatize pela empresa VALE, (construção iniciada em 2008, operante desde 2011), ou seja, uma atuação de uma empresa multinacional brasileira autorizada pelo governo moçambicano - que tem uma pequena participação nos lucros.

2 - O programa de cooperação ProSavana, destinado a reestruturar a agricultura do norte do país, em fase inicial de implementação e gerado a partir de um acordo de 2011 entre Moçambique, Brasil e Japão.

Esses projetos são visivelmente diferentes entre si, mas também acreditamos que:

a) inserem-se ambos dentro dos mesmos processos globais;

b) estão ambos ligados ao modo de utilização da terra e recursos, e à possível expropriação de quem ocupa os territórios atingidos no momento;

c) dependem de condições semelhantes para que possam estar ocorrendo agora.

O objetivo principal desse artigo é justamente compreender quais são essas condições, isto é, *quais são as condições, locais e globais, para que essas transformações estejam ocorrendo agora*, não pretendendo esgotá-las, mas focar principalmente no que diferencia o cenário atual de períodos anteriores. Iniciaremos, então, perquirindo sobre o contexto global e a inserção do continente africano na economia mundial, assim como sobre as tendências recentes mundiais em relação à agricultura, que são relevantes principalmente para compreender o ProSavana; e em seguida, investigaremos as condições internas moçambicanas e principalmente a disponibilidade do Estado moçambicano para tais empreendimentos. Na quarta seção, iremos abordar, sem querer aprofundar-nos excessivamente sobre a questão, o que possibilita que o Brasil, um país tradicionalmente considerado periférico (mas hoje cada vez mais qualificado como “emergente”), esteja ocupando um papel tão relevante nessas duas transformações e, por fim, analisaremos especificamente o mega-projeto de mineração de Moatize e o ProSavana à luz disso tudo, tangenciando possíveis consequências e a relação que esses empreendimentos denotam com o território e as territorialidades moçambicanos.

Contexto ampliado

Segundo Patrick Bond (2008, p. 83), a crescente integração da África à economia mundial continua a gerar para o continente não riqueza, mas o escoamento de riqueza³. Historicamente, as economias africanas construíram-se enquanto economias dependentes periféricas (AMIN, 1972, p. 118). No período mercantilista - séculos XVII e XVIII -, de acordo com Samir Amin (1972, pp. 109-110), a África subsaariana cumpriu o papel de “periferia da periferia”, isto é, supriu a demanda de trabalho escravo para as *plantations* das Américas (essa sendo a periferia que garantiu a acumulação monetária necessária naquele momento à burguesia no centro, na Europa ocidental). A real integração do continente ao sistema capitalista deu-se a partir do século XIX, em que:

The old periphery – America of the plantations – and its periphery – Africa of the slave trade – had to give way to a new periphery. The function of the new periphery was

³ A mesma observação já tinha sido feita por Kwame Nkrumah em 1965, notando que as independências dos países africanos não tinham significado o fim das relações coloniais (agora sob forma de “neocolonialismo”): “A África é um paradoxo que ilustra e coloca em evidência o colonialismo. Sua terra é rica e no entanto os produtos que vêm do seu solo e do seu subsolo continuam a enriquecer, não predominantemente os africanos, mas grupos e indivíduos que trabalham para o empobrecimento da África.” (NKRUH, 1967, p. 1)

to provide products which would tend to reduce the value of constant capital and that of variable capital used at the centre: raw materials and agricultural produce. (AMIN, 1972, p. 113)⁴

É com a ocupação colonial (e o capital já em sua fase monopolista) que se torna possível explorar realmente os recursos naturais africanos e a força de trabalho barata. A partir daí, delineiam-se o que Amin (1972) chama de três “macrorregiões” do período colonial que cumprem predominantemente funções diferentes: a *África da reserva de trabalho*, no sul e leste do continente (destinando força de trabalho principalmente para a extração de minérios na África do Sul e Rodésia e para a agricultura de diferentes regiões), a *África da economia colonial*, correspondente à África ocidental tradicional (baseada na troca de *commodities* agrícolas fornecidas pela sociedade periférica pelos produtos de uma indústria capitalista central – a chamada *économie de traite*), e a *África das companhias concessionárias*, na bacia do Rio Congo. A divisão nessas macrorregiões continua válida como ferramenta para a compreensão

⁴ Tradução livre: “A velha periferia – América das *plantations* – e a sua periferia – África do tráfico escravo - tiveram que dar lugar a uma nova periferia. A função da nova periferia era fornecer produtos que tenderiam a reduzir o valor do capital constante e do capital variável usados no centro: matérias-primas e produtos agrícolas.”

atual da África, mas devemos atentar também para como novos processos históricos, dinâmicas, atores, e a descoberta e demanda de novas e diferentes matérias-primas (como minérios especificamente necessários aos aparelhos tecnológicos desenvolvidos nas últimas décadas) também favoreceram transformações no papel econômico cumprido pelos países africanos na economia global.

A tendência de espoliação da África não foi quebrada, porém, e hoje parece novamente intensificada – diversos autores falam em uma nova corrida pela África ou uma nova disputa por seus recursos ocorrendo a nível global. Minérios, petróleo, terra, produtos agrícolas, madeira: tudo é disputado, numa corrida na qual agora participam não só as tradicionais potências europeias e os Estados Unidos, mas também países emergentes, como Brasil, China, Índia e a própria África do Sul, que tem uma situação bastante particular dentro do continente africano. As razões para essa nova corrida são complexas e decifrá-las escapa ao escopo desse artigo – os debates sobre imperialismo, neocolonialismo, os papéis de centro e periferia, dependência e os mecanismos de acumulação do capital continuam vivos e controvertidos, com diversos autores sustentando inclusive a necessidade de novas teses sobre o imperialismo. Uma possibilidade de interpretação desse processo estaria no conceito de “acumulação por espoliação” de David Harvey. Segundo

o autor (2004), não devemos compreender aquilo que normalmente chamamos dentro do marxismo de acumulação “primitiva” ou “originária” (aquela baseada geralmente na depredação, fraude ou violência) como apenas uma etapa inicial do capitalismo, que possibilitou sua consolidação, ou como algo exterior ao sistema capitalista, como postulou Rosa Luxemburgo, embora ela já tenha sido capaz de ver que a acumulação do capital era dual. A acumulação por espoliação é atual e liga-se a processos como:

mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade –comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; (...) o sistema de crédito (...). (HARVEY, 2004, p. 109)

Esses processos continuam “claramente presentes na geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2004, p. 109). A acumulação pela reprodução ampliada do capital (pela exploração do trabalho vivo na produção) e a acumulação por espoliação coexistiriam, portanto, na análise de Harvey, mas haveria momentos históricos de predominância

de uma ou de outra, e os sinais agora apontam para a reintensificação daquela: “O equilíbrio entre acumulação por espoliação e reprodução ampliada já se voltou a favor da primeira e é difícil imaginar que esta tendência faça outra coisa que se aprofundar, transformando-se no emblema daquilo que é o novo imperialismo...” (HARVEY, 2004, p. 119). Essa parece uma explicação plausível para atuais processos de espoliação e privatização de bens na África.

A África continua a cumprir, nesse cenário, o papel de periferia descrito por Amin, em que a exportação de matérias-primas e produtos primários é justamente um dos mecanismos principais que permitem uma *troca desigual* e o escoamento de riqueza apontado por Bond (2007, 2008)⁵. As políticas neoliberais implementadas nos anos 80 e 90 (que voltaremos a abordar adiante, especificamente em relação a Moçambique) favoreceram a “reprimarização” das economias africanas. Herrera, ao abordar os obstáculos ao pleno desenvolvimento da agricultura africana e razões para a atual crise dos alimentos, inclui:

⁵ Existem diversos mecanismos de transferência de riqueza dos países periféricos para os países centrais. Outro digno de nota são os juros das dívidas externas dos países periféricos, as quais cresceram exponencialmente a partir dos anos 1970. “O caso latino-americano é emblemático: se, em 1975, a dívida externa de nossos países era estimada em 300 bilhões de dólares, em 2005 ela chegava a 730 bilhões – apesar de, nos mesmos trinta anos, nossos países terem pago um total de 1 trilhão de dólares.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 246).

la crises de la deuda externa em las naciones subdesarrolladas durante el decênio de 1980-1989 y la entronización de las políticas económicas neoliberales, que trajeron como consecuencia significativas obstáculos al desarrollo de su sector agrícola y su reorientación hacia los cultivos para la exportación, lo que provoco um proceso de reprimarización de estas naciones hasta de estrechamiento de sus estructuras econômicas. (HERRERA, 2011, p. 307)⁶

Moyo e Yeros (2008, p. 24) notam como a reação neoliberal a partir dos anos 70, ao contrário de discursos desenvolvimentistas anteriores que tendem a enfatizar a integração dos mercados nacionais nas suas próprias condições, exige a integração do nacional no global e mesmo coloca-a como solução para os problemas nacionais. Bond aponta no mesmo sentido e critica a armadilha da dependência de exportação de *commodities* em que as economias africanas caíram, incentivadas pelo neoliberalismo:

The most important myth of neoliberal economics is that production for export inexorably creates prosperity. In reality, ‘unequal exchange’ in trade – including the rising

⁶ Tradução livre: “... a crise da dívida externa nas nações subdesenvolvidas durante o decênio de 1980-1989 e a entronização das políticas econômicas neoliberais, que trouxeram como consequência significativos obstáculos ao desenvolvimento de seu setor agrícola e sua reorientação para os cultivos de exportação, o que provocou um processo de reprimarização destas nações e até mesmo o estreitamento de suas estruturas econômicas.”

African trade deficit with South Africa – is another route for the extraction of superprofits from Africa. The continent's share of world trade declined over the past quarter century, but the volume of exports increased. (...) Overall, primary exports of natural resources accounted for nearly 80% of African exports in 2000, compared to 31% for all developing countries and 16% for the advanced capitalist economies. (BOND, 2008, pp. 88-89)⁷

Entre esses recursos, sem dúvida o petróleo, o gás natural e os minérios que servem também como combustíveis fósseis ou alimentam as indústrias dos países centrais e emergentes ocupam um papel muito importante – Bond (2008, p. 89) assinala que 63% das exportações subsaarianas (excluindo a África do Sul) são relacionadas ao petróleo. Não é difícil relacionar a crescente importância da extração e exportação de carvão em Moçambique a essas tendências gerais africanas e a uma demanda tanto dos países do capitalismo avançado, profundamente industrializados, como dos países experimentando rápido crescimento econômico, como a China.

⁷ *Tradução livre:* “O mais importante mito da economia neoliberal é que a produção para exportação inevitavelmente cria prosperidade. Em realidade, a “troca desigual” no comércio – incluindo o crescente déficit comercial africano com a África do Sul – é outra rota para extração de superlucros da África. A porção do continente no comércio mundial declinou no último quarto de século, mas o volume de exportações aumentou. (...) No todo, exportações primárias de recursos naturais foram responsáveis por quase 80% das exportações africanas em 2000, comparado a 31% para todos os países em desenvolvimento e 16% para as economias capitalistas avançadas.”

Por fim, devemos analisar as transformações da agricultura a nível mundial e especificamente na África nas últimas décadas para compreender o projeto de cooperação ProSavana à luz delas. A partir dos anos 60-70, o que se convencionou chamar de “Revolução Verde” (um processo de suposta modernização tecnológica, que prometeu – e não cumpriu – uma maior produtividade agrária e autossuficiência alimentar nacional, na verdade servindo para subordinar a periferia às empresas estadunidenses de sementes de alta tecnologia, produtos químicos e equipamentos agrícolas⁸) esteve associado a uma orientação da agricultura em um modelo capitalista monopolístico e agroexportador em diversos países, promovendo a modernização técnica e a expulsão em massa dos camponeses.⁹ Esse processo de expropriação massiva dos camponeses e a efetiva “modernização” do campo¹⁰ ainda não ocorreu em larga escala na África: segundo Bernstein, en la mayor parte del África subsahariana, con excepción de los territorios de los establecimientos (blancos) más extensivos (Kenya,

⁸ Ver MOYO; YEROS, 2008.

⁹ Caso emblemático é o do próprio Brasil: “Entre 1985 e 1996, registraram-se no Brasil pelo menos a expulsão de 5,4 milhões de camponeses e a desapareição de 941.111 pequenas e médias explorações agrícolas.” (ZIEGLER, 2013, p. 257)

¹⁰ É digno de nota que apenas 3,8% dos solos aráveis das África subsaariana estão irrigados e que aí existem apenas 85 mil tratores. O instrumento principal da agricultura continua a ser a enxada de cabo curto e a grande maioria dos camponeses ainda praticam a “agricultura de chuva”. (ZIEGLER, 2013, p. 83).

el sur de Rhodesia, Sudáfrica), los granjeros ‘campesinos’ (incluso los pastores) no fueron desposeídos, aunque sí “estimulados” por varios médios para entrar em la economía monetária (de mercancías) como produtores de bienes agrícolas y/o de fuerza de trabajo. (BERNSTEIN, 2008, p. 82)¹¹

Abre-se a hipótese de que os projetos de cooperação técnica e o envolvimento de empresas estrangeiras na compra de terras e fomento à agricultura na África representem exatamente uma tentativa nesse sentido, de promover uma adequação maior da agricultura africana ao capitalismo global, ou ao menos de tornar a terra mais rentável aos interesses internacionais. Pesquisadores, ONGs e movimentos populares têm denunciado o crescente processo de açambarcamento de terras africanas nos últimos anos, os chamados “land grabs”:

Na África, em 2010, 41 milhões de hectares de terras aráveis foram vendidos, arrendados ou apropriados sem contrapartida por *hedge funds* norte-americanos, bancos europeus e fundos dos Estados Unidos, sul-coreano, singapurense, chinês e outros. (ZIEGLER, 2013, p. 302)

¹¹ Tradução livre: “... na maior parte da África subsaariana, com exceção dos territórios dos estabelecimentos (brancos) mais extensivos (Quênia, o sul da Rodésia, África do Sul), os agricultores “camponeses” (incluindo os pastores) não foram desapropriados, mas sim “estimulados” por diversos meios a entrar na economia monetária (de mercadorias) como produtores de bens agrícolas e/ou de força de trabalho”.

Dois outros fatores recentes têm tido ou ainda terão efeito sobre a questão agrária africana nos próximos anos: a nova demanda mundial por agrocombustíveis, isto é, pela transformação de produtos agrícolas em bioetanóis ou biodieseis, como substitutivos dos combustíveis fósseis, e, ainda, a crescente especulação sobre bens ligados à terra e à produção de alimentos. Quanto ao primeiro fator, é significativo que a produção mundial de agrocombustíveis tenha dobrado entre 2006 a 2011 (ZIEGLER, 2013, p. 244). Diversos projetos para a produção de agrocombustíveis já têm sido implementados na África¹², inclusive em Moçambique. Ainda, não há como se ignorar o potencial impacto da crescente especulação sobre matérias-primas alimentares e sobre tudo que lhe é relacionado: insumos, sementes, adubos, os próprios alimentos e a terra. Segundo Ziegler (2013, p. 281), após a implosão dos mercados financeiros, grandes especuladores (em especial, os *hedge funds* estadunidenses) migraram para os mercados de matérias-primas, principalmente para os mercados agroalimentares. Esse é o outro fator

¹² “Em Angola, o governo anuncia projetos que destinam 500.000 hectares de terras à cultura de agrocarburantes. (...) O governo do Benim propõe-se converter 300.000 a 400.000 hectares de zonas úmidas em plantações de palma oleaginosa no Sul do país. (...) Mas onde se anunciam alguns dos maiores projetos em matéria de agrocarburantes é na República Democrática do Congo. Em julho de 2009, a firma chinesa ZTE Agrobusiness Company Ltd. Divulgou seu projeto de implantar a cultura de palma oleaginosa, para produzir agrocarburantes, em um milhão de hectares. A ZTE já anunciara, em 2007, o investimento de um bilhão de dólares numa plantação de três milhões de hectares.” (ZIEGLER, 2013, pp. 266-268)

que favorece o açambarcamento de terras (já que a terra é um valor rentável e o preço dela nos países em desenvolvimento é em média 30 vezes menos elevado do que nos países do Norte) e a transformação da agricultura africana, favorecendo a implantação de novas monoculturas por trustes agroalimentares em solo africano. (ZIEGLER, 2013, p. 304).

Condições favoráveis em Moçambique

Moçambique é um país africano de colonização portuguesa cuja independência foi conquistada em 1975, após treze anos de luta. Embora os portugueses tenham chegado à costa moçambicana já no fim do século XV e ela tenha sido afetada severamente pela captura e tráfico de escravos nos séculos seguintes, assim como pelo estabelecimento de prazos portugueses ao longo do Rio Zambeze, é com a instalação das companhias concessionárias no fim do século XIX e, mais acentuadamente, com o regime de Salazar (1926-1970) que as políticas coloniais alcançam realmente o interior da região. Sob o regime de Salazar, são implementadas políticas de trabalho compulsório, incentivo e regulamentação do trabalho migratório para as minas da África do Sul e produção agrícola constrangida. Após a Segunda Guerra Mundial, Portugal intensificou seus empreendimentos

coloniais em Moçambique, inclusive através de grandes projetos financiados pelo capital internacional, como a hidrelétrica de Cabora Bassa. Segundo Bernstein (2008, p. 82), Moçambique combinou elementos dos três tipos de economia colonial descritos por Amin (reserva de trabalho, a “*économie de traite*” e a pilhagem das companhias concessionárias), acima citados. Diferentemente de outros processos menos conflituosos de descolonização na África, Portugal opôs-se firmemente à independência de suas colônias e guerras armadas de libertação desenrolaram-se em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Em Moçambique, a luta foi liderada pela FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique – para quem o poder foi transferido após a independência e que hoje ainda é o partido dominante no poder. A FRELIMO adotou oficialmente uma orientação marxista-leninista em 1977 e a partir daí empreendeu a nacionalização das terras e tentou dirigir a economia, além de investir pesadamente na saúde e na educação. (MIDDLETON; MILLER, 2007, p. 610) Na área da agricultura, seu foco era desenvolvê-la e modernizá-la através de grandes fazendas estatais¹³ e tentou-se concentrar os camponeses em

¹³ Essas seguiam o modelo de plantations e seria o espaço privilegiado de modernização e uso de novas tecnologias. Foram criadas mais de 100 fazendas estatais, com mais de 600.000 hectares de terras produtivas. (OAKLAND INSTITUTE, 2011, p. 10).

aldeias comunais e cooperativas¹⁴. Essas medidas estavam ligadas a uma

visão específica sobre a criação de uma nova nação após a obtenção da independência, que ocorreria em 1975. Tratava-se de uma visão grandiosa de modernização construída com base nas raízes e preconceitos do grupo [a classe assimilada sobretudo urbana ou não agrícola que formava a dirigência da FRELIMO], que tendia a ver os camponeses, a grande maioria da nação, como *tabula rasa*, ou seja, algo que podia ser completamente remodelado de acordo com o seus planos para o futuro. (SUMICH, 2008, p. 326)¹⁵

As tentativas de construção da nova nação logo sofreram o forte abalo de uma guerra civil de desestabilização, provocada pela RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana – que foi apoiada primeiramente pelo regime branco da Rodésia do Sul e depois pela África do Sul. A guerra civil durou de 1977 a 1992 e resultou na morte

¹⁴ “Empreenderam-se esforços no sentido de transferir os camponeses dos seus pequenos agregados residenciais dispersos para aldeias comunais centralizadas, que se tornaram ‘cidades no mato’.” (SUMICH, 2008, p. 330).

¹⁵ Segundo Sumich, a ideologia da modernidade da FRELIMO foi reformulada após o colapso de sua versão nacionalista revolucionária, mas continua viva hoje como forma de legitimar as elites (afirmando sua igualdade com o mundo exterior ao mesmo tempo em que justifica a hierarquia e desigualdade interior no país) e numa reafirmação da promessa do progresso, para cuja realização as elites seriam indispensáveis, “as únicas detentoras das competências e capacidades necessárias ao cumprimento dessa promessa”, segundo o discurso. Ibidem, pp. 321-322.

de um milhão de pessoas, no desalojamento de cinco milhões, na destruição da infraestrutura e fortes prejuízos econômicos. (MIDDLETON; MILLER, 2007, p. 610)

Nos anos de 1983 e 1984, frente à crise na economia, a FRELIMO decide mudar sua estratégia econômica e afasta-se progressivamente de sua postura marxista. Em 1984, postula sua candidatura ao FMI e dois anos depois, dá início ao “programa de ajuste estrutural” comandado pelo Banco Mundial e pelo FMI, que vai principalmente promover a transferência de recursos e iniciativas do setor público para o privado sob o mantra do discurso neoliberal então hegemônico. É a FRELIMO, portanto, que vai realizar a privatização de diversos setores da economia e a transição para um capitalismo de mercado liberal. (VISENTINI, 2012, pp. 116-117).

Pitcher (2002, p. 101), baseando-se na análise de Róna-Tas sobre a transição de economias socialistas para o capitalismo, divide esse processo em dois períodos: o primeiro, de 1983 a 1990, representou a erosão do setor estatal, e foi um momento em que indivíduos buscaram ganhos próprios em meio a essa desestruturação; no segundo, de 1990 em diante, existe efetivamente a transição para a propriedade privada e a economia de mercado, e é o Estado que gerencia essa transição, tomando inclusive medidas legislativas e

estabelecendo as condições necessárias para a criação dessa economia. Até 2002, o governo moçambicano tinha vendido cerca de 1000 pequenas, médias e grandes empresas estatais em todos os setores da economia, incluindo indústria, agricultura, construção, energia, transporte e água. (PITCHER, 2002, pp. 126-127) Essa privatização esteve ligada tanto a uma reabertura para entrada de capital estrangeiro quanto ao favorecimento de elites (novas ou velhas) nacionais, principalmente de membros da FRELIMO: “as elites políticas não só usaram o seu acesso ao poder para beneficiarem das privatizações, como também construíram uma base de apoiantes entre as elites do sector privado que lhes permitiu manterem o poder político.” (PITCHER, 2003, p. 808). Quanto ao investimento estrangeiro possibilitado pela privatização, esse se concentrou nas empresas maiores vendidas pelo Estado e em novos projetos de mega-investimento. Pitcher comenta:

As of 1997, foreign investment accounted for about 50 percent of the total equity of the medium to large companies sold by the state, even though foreign investors only purchased 25 companies out of the 115 that were sold. (...) In addition, foreigners have proposed new investments in huge, mega-projects in industry, tourism,

and mineral resources as well as in proposed transport corridors (...) (PITCHER, 2002, p. 147)¹⁶

Argumentamos que o investimento estrangeiro e a dependência da exportação de produtos primários continuam a gerar predominantemente a saída de riqueza do país¹⁷, porém, há também elites que se beneficiam nacionalmente e que favorecem esse tipo de investimento, afinal, quase todo o investimento estrangeiro é feito na forma de *joint-ventures* com participação do Estado ou de investidores nacionais. (PITCHER, 2002, p. 150). Assim, as empresas internacionais buscam alianças domésticas e o capital nacional¹⁸ tem tido um papel

¹⁶ Tradução livre: “Em 1997, investimento estrangeiro era responsável por 50 por cento do capital total das empresas médias a grandes vendidas pelo Estado, ainda que investidores financeiros só tivessem comprado 25 empresas das 115 que foram vendidas. (...) Além disso, estrangeiros têm proposto novos investimentos em imensos mega-projetos em indústria, turismo, e recursos minerais, assim como propostas de corredores de transporte (...)”.

¹⁷ Por exemplo, no mega-projeto de Mozal, o governo fica com apenas 4 milhões dos cerca de 65 milhões de dólares gerados de lucro por ano, e o resto é repatriado. (BELLUCI, 2008, p. 126)

¹⁸ Pitcher identifica quatro grupos de capital doméstico em Moçambique, sendo que quase todos têm algum tipo de conexão com o Estado: a) as companhias poderosas como JFS, Grupo Madal e Grupo Entrepasto, que eram companhias concessionárias coloniais que permaneceram depois da independência; b) empresas que frequentemente estão em Moçambique desde o século XIX ou começo do XX, com investidores cujas origens podem ser traçadas para Portugal, Índia, Paquistão, China e até Grécia; c) novos capitalistas que transitaram da política aos negócios, isto é, são membros que vieram do governo e da política e conseguiram vantagens econômicas pelo clientelismo ou patronato; d) por fim, milhares de indianos e africanos de menor

importante nesses processos. O próprio governo, na onda das privatizações, reconheceu não só a importância do capital estrangeiro (sua participação é frequentemente buscada de maneira ativa pelos oficiais de governo e instituições, pelo oferecimento de incentivos ao investimento, benefícios fiscais e opções atrativas para a repatriação de lucros), como também do fomento ao capital nacional (PITCHER, 2002, pp. 135-136). Como mencionado acima, uma das tendências de participação de empresas e de capital estrangeiro é em mega-projetos, dos quais o mais significativo foi à construção do complexo de fundição de alumínio de Mozal (projeto aprovado pelo governo valendo 1.34 bilhão de dólares), terminado em 2000, com investimento sul-africano, inglês e japonês, e que em 2004 já fornecia dois terços das receitas de exportação (MIDDLETON; MILLER, 2007, p. 610). Outros mega-projetos que vêm sendo discutidos são a duplicação da capacidade de Mozal, a expansão da hidrelétrica de Cabora Bassa, novo projeto hidrelétrico de Mepanga e dois projetos de gás (BELLUCI, 2008, p. 128) – os megaprojetos de mineração na região do Tete com certeza entram nesse leque. Segundo Belluci (2008, pp. 128-129), esses megaprojetos terão um grande impacto no PIB e na balança comercial de Moçambique, mas não na renda nacional e na balança de

capital, donos de lojas, acionistas em indústrias, grandes fazendeiros, etc. (PITCHER, 2002, pp. 154-167)

pagamentos, por causa de repatriação de lucros e dos fluxos financeiros de retorno para pagamento de dívidas - acabam assim sendo uma nova forma de espoliar o povo moçambicano.

Quanto à agricultura, não houve em geral políticas vantajosas para os pequenos agricultores nas últimas décadas. As políticas agrícolas a partir dos anos 80 contribuíram no aumento das desigualdades econômicas e regionais, na medida em que priorizaram grandes empresas e acentuaram a insegurança da posse dos camponeses. (PITCHER, 2002, p. 113)

Nos anos 90, o aprofundamento das políticas de privatização e as tendências internacionais favoreceram o crescimento de grandes companhias privadas. Apesar da onda de privatizações e políticas neoliberais, a terra continuou a ser propriedade do Estado em Moçambique, que pode conceder o seu uso a companhias e indivíduos. A Lei de Terras de 1997 representou um avanço no reconhecimento dos direitos dos camponeses (respeitam-se direitos tradicionais de ocupação e investidores privados devem em tese consultar comunidades locais quando se candidatam para terra e concessões de madeira), mas tendências recentes de concessão de terras pelo governo moçambicano a

estrangeiros são fonte de preocupação¹⁹. Há quem afirme que esse processo tem sido freado. Como indício, apontam que o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário, lançado em 2011, indica a priorização do investimento doméstico e dos pequenos e médios agricultores. Porém, as ações e discursos têm sido contraditórios²⁰, motivando o questionamento por parte das uniões camponesas: iriam projetos como o ProSavana realmente beneficiá-los? Atualmente, cerca de 80% da população moçambicana (estimada em 21 milhões) dedica-se à agricultura, mas pelo menos 35% dos lares do país enfrentam insegurança alimentar crônica (CLEMENTS; FERNANDES, 2012, pp. 10, 13). Nos anos 80 e 90, a agricultura moçambicana foi fortemente prejudicada por uma série de secas e enchentes, além, evidentemente, da guerra civil – em algumas regiões, a produção de alimentos caiu 80% e, em 1992, o déficit de alimentos chegou a 1,3 milhões de toneladas. A produção agrícola tem crescido novamente, mas Moçambique ainda importa mais alimentos do que exporta, com um déficit no comércio de alimentos de US\$ 218 milhões em 2004. (GALL; HOBBY, 2007, pp.

¹⁹ Entre 2004 e 2010, Moçambique concedeu quase 1 milhão de hectares (2,5% da terra arável do país!) a empresas estrangeiras, 73% para florestamento e madeira e 13% para agrocombustíveis e açúcar. (OAKLAND INSTITUTE, 2011, p. 5)

²⁰ Um mês antes do lançamento desse Plano, o ministro moçambicano de agricultura José Pacheco estava no Brasil num seminário de investimentos em que convidou fazendeiros brasileiros experientes para virem a Moçambique replicar o suposto ‘boom’ agrícola que tinham criado no Brasil. (OAKLAND INSTITUTE, 2011, p. 45)

492-493). Não devemos render-nos aos discursos que atribuem as crises de alimentos na África somente a fenômenos naturais (como secas) ou à falta de tecnologia. A insegurança alimentar experimentada em diversos países da África também está vinculada ao impacto das políticas agrícolas das nações desenvolvidas (com fortes subsídios de seus governos), assim como às políticas neoliberais implementadas nos próprios países africanos, trazendo obstáculos ao desenvolvimento do setor agrícola e favorecendo a reorientação para cultivos de exportação (conforme já citado - HERRERA, 2011, p. 307), além da falta de acesso a crédito, aos mercados e de capital para compra de insumos por parte de camponeses.

O papel do Brasil

Nos últimos anos, o Brasil tem assumido uma maior proeminência internacional, tanto enquanto ator político e diplomático como economicamente, pela internacionalização de empresas brasileiras. Segundo o Boston Consulting Group (2013), o país está em terceiro lugar na lista dos países emergentes (atrás da China e da Índia) com treze empresas capazes de desafiar globalmente (são as “global challengers”) as maiores companhias internacionais. Essas são:

Camargo Corrêa, Embraer, Gerdau, Ioschpe-Maxion, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Odebrecht, Brazil Foods, Petrobras, Tigre, Votorantim e WEG, e já a Vale é a única empresa brasileira já considerada consolidada a nível internacional, e não apenas uma desafiadora. Garcia (2012, p. 62) afirma que, a partir de 2003 (isto é, com o início do governo Lula), teria iniciado uma nova fase de expansão do capital com sede no Brasil, favorecida por políticas públicas e de crédito, que tem se traduzido nas novas posturas e papéis assumidos pelo país enquanto economia “emergente”, que busca mais espaço no cenário internacional. Os números refletem essa realidade: em 2007, as 20 maiores multinacionais brasileiras investiram juntas 56 bilhões de dólares no exterior. Setores de destaque têm sido o petróleo, construção e engenharia, metais e mineração, e alimentos. A atuação dessas empresas a nível global e a sua associação com o Estado brasileiro tem gerado um debate sobre se o Brasil poderia estar assumindo um papel ou posição imperialista ou subimperialista no cenário global, em relação a outros países do Sul.²¹

²¹ Ver o debate no Dossiê: Imperialismo brasileiro? da Revista Crítica Marxista nº 36 (2013). São dignas de nota a posição de Virgínia Fontes (detalhada em FONTES, 2010), para quem o Brasil teria passada a integrar o grupo dos países capital-imperialistas, ainda que numa inserção secundária, e a de Mathias Luce, que resgata o conceito de subimperialismo de Ruy Mauro Marini para explicar a posição brasileira.

A internacionalização dessas empresas está ligada de fato a políticas do Estado brasileiro, em especial à política de crédito operacionalizada pelos empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que hoje supera o Banco Mundial em volume de empréstimos (em 2010, o BNDES concedeu 96 bilhões em empréstimos, 3,3x mais do que o Banco Mundial) e promoveu, a partir de 2003, uma linha de crédito específica para internacionalização das empresas brasileiras (GARCIA, 2012, p. 112). A política de governo a nível internacional tem se apoiado no tripé investimento, financiamento e cooperação internacional, e no governo Lula, houve uma reorientação da política externa pros países do Sul:

Com o governo Lula, o país procurou fortalecer as relações com outros países “do Sul”, aprofundando e expandindo políticas de integração regional sul-americana, aproximando-se política e economicamente da China, Índia e Rússia, expandindo as relações com países da África e do Oriente Médio. *Essa maior ênfase nas relações ‘Sul-Sul’ é acompanhada pela crescente expansão internacional de grandes grupos econômicos com sede no Brasil para esses países e regiões.* (GARCIA, 2012, p. 16) (grifos nossos)

Nessa conjuntura, a África ganhou uma importância sem precedentes na política externa brasileira, e tem sido também tanto

objeto de investimentos, financiamentos como projetos de cooperação técnica, em especial nas áreas de agricultura e saúde. Esse crescente interesse nos países africanos pelo Brasil tem sido justificado pelos fins de cooperação Sul-Sul²² e por laços linguísticos e históricos que o unem principalmente aos países de colonização portuguesa e aos locais de onde foram tirados os escravos para envio ao Brasil. Diversas empresas (com destaque para a construção civil) já estão instaladas em países africanos (o caso mais notório é o da Odebrecht em Angola) e, ainda,

segundo a Fundação Dom Cabral, a África desponta hoje como continente alvo para os investimentos brasileiros, com a entrada da Votorantim em cinco países africanos (...); a entrada da Randon na Argélia e Quênia; a Weg iniciou operações no Sudão e na República de Senegal. A Marfrig e Totvs aumentaram sua presença no continente, além da Petrobras e da construtora Odebrecht (...). (GARCIA, 2012, p. 69).

A concessão de créditos do BNDES para projetos na África foi de US\$ 766 milhões em 2009, representando 36% dos desembolsos do Banco em financiamento internacional. (GARCIA; KATO; FONTES,

²² Conforme reiterado por Dilma em sua visita a Adis Adeba em abril desse ano, para os 50 anos da União Africana: “O Brasil quer, não só estabelecer relações comerciais, investir aqui, vender para o país, mas também uma cooperação no padrão Sul-Sul.” (LOURENÇO, 2013)

2013, p. 12).

A VALE é uma das empresas cuja inserção na África tem aumentado. Como já mencionado, a VALE já é uma multinacional consolidada a nível global²³: é a segunda maior empresa de mineração do mundo, e tem presença nas bolsas de São Paulo, Nova York, Madrid e Hong Kong. Segundo Garcia (2012, p. 97):

a África tornou-se um novo território de expansão para a mineradora entre 2003 e 2007, quando adquiriu subsidiárias no Gabão, Moçambique, Angola e África do Sul. A entrada em Moçambique, em 2004, deu início a uma terceira fase de internacionalização. A mina em Moatize é considerada um marco na estratégia de exploração de carvão e uma possível plataforma de expansão para outros países africanos. Para Agnelli [presidente da Vale de 2001 a 2011], estar na África é um vantagem comparativa enorme devido às fontes de recursos naturais ainda intactas. (...) Atividades na África, apesar de apresentadas como um 'mercado natural' para o Brasil (devido a similitudes de língua e história), visam a garantir espaços de exploração na competição com as empresas chinesas, com vistas ao mercado daquele país.

²³ Interessante que a própria expansão da VALE, já nos anos 60 e 70, esteve sempre ligada ao mercado estrangeiro e capital externo: "A descoberta pela U.S. Steel, em 1940, da maior reserva do mundo de minério de ferro no Carajás, forçou a intervenção do governo para que esta entrasse em associação com a VALE que, por sua vez, assumiu o projeto por completo em 1977. Também nesse período, ela se associou à canadense Alcan para produção de bauxita. Entre 1969-79, suas vendas ao exterior cresceram 285%, tornando-se a maior exportadora de minério de ferro do mundo até hoje." (GARCIA, 2012, p. 94)

Outro eixo de atuação brasileira na África é a cooperação técnica e a chamada ajuda para o desenvolvimento. Foi durante os mandatos do governo Lula, que se estenderam de 2003 a 2010, que o Brasil passou de receptor para doador de ajuda internacional e que a cooperação prestada a outros países em desenvolvimento saltou de cerca de US\$ 1,5 milhão em 2003 para mais de US\$ 33 milhões em 2010, levando em conta somente projetos e atividades isoladas da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A África recebeu cerca de 50% dessa ajuda e Moçambique é o principal país receptor de cooperação (15,78%), seguido de Timor Leste e Guiné-Bissau. (GARCIA, 2012, p. 149). Enquanto a atuação de empresas como a VALE e a Odebrecht tem mais claramente uma direção visando vantagens para o Brasil (ou melhor, para suas classes dominantes) e seus impactos sociais e ambientais negativos já têm sido denunciados mais consistentemente, as atuações empreendidas diretamente pelo governo (e entidades estatais, dentre as quais a Embrapa e a Fiocruz têm destaque), pelos projetos de cooperação técnica e auxílio ao desenvolvimento, escondem os possíveis interesses sob discursos de *solidariedade* e mesmo *fraternidade* entre o Brasil e África, ou colocam-se como situações de benefício para todos os partícipes (“win-win”). Porém, é preciso entender que, a cooperação não está cindida

totalmente de interesses comerciais²⁴, e também pode servir como forma de ajuste dos países africanos a demandas da economia global, pela “exportação” ou implementação de certos modelos de desenvolvimento. Exemplo emblemático dessa mistura de interesses é a política brasileira de incentivo internacional à produção e uso de agrocombustíveis, focada no etanol, que se encaixa nas tendências analisadas na seção anterior desse artigo.²⁵ De fato, a agricultura é uma das principais áreas de cooperação do Brasil na África e

abrange, segundo White, ‘todas as facetas’ da aspiração global do Brasil e seus objetivos de política externa, uma vez que alimentos e segurança energética são prioridades na agenda multilateral (...). O deslocamento da produção mundial de alimentos e agrocombustíveis para a África e outros países em desenvolvimento se encaixaria na

²⁴ Um forte indicativo de que o Brasil na verdade quer cada vez associar mais essas políticas está nas declarações recentes da presidente Dilma, sobre o interesse em criar uma nova agência de comércio e desenvolvimento, semelhante às dos países desenvolvidos, que poderia inclusive condicionar o auxílio técnico e financeiro à criação de vantagens comerciais para o Brasil: “Vamos criar uma agência de comércio como todos os grandes países têm. Será uma agência de cooperação, mas também uma agência comercial, com escopo grande.” (PARAGUASSU, 2013)

²⁵ “... uma das principais iniciativas é a ação de Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia, baseada na estruturação de programas de fomento à produção e ao uso de etanol e biodiesel em terceiros países. (...) A Embrapa é um dos principais atores nessa área. Ela vem passando por um processo de internacionalização amplo, com escritórios e laboratórios em todos os cinco continentes. Na África, seu escritório é em Gana, onde possui um dos principais projetos de agrocombustíveis. (...)” (GARCIA, 2012, p. 152)

estratégia brasileira mais ampla de elevar a cooperação e a integração do mercado Sul-Sul. Desse modo, para o autor, a cooperação em agricultura e etanol torna-se ‘uma nova fronteira do engajamento entre o Brasil e o continente africano.’ (GARCIA, 2012, p. 153)

Ainda, é interessante avaliar se as políticas de cooperação brasileiras – e aí o ProSavana estaria incluso – não visam *reproduzir na África um certo modelo de desenvolvimento que vem se consolidando no Brasil*, que continua a pautar largamente sua economia na exportação de *commodities*: como afirma Pierri, receitas de *commodities* continuam a ser a única fonte relevante de superávit na balança de pagamentos do país (PIERRI, 2013, p. 70)²⁶. Emblemática seria então a frase citada por Celso Amorim, ex-ministro das relações exteriores brasileiro: “Para cada problema africano existe uma solução brasileira”²⁷. Os responsáveis pela internacionalização das empresas e por essas políticas de cooperação parecem em geral partir do

²⁶ Interessante, nesse sentido, a análise de Delgado sobre o papel da agroexportação no Brasil: “A política de comércio exterior é alterada ao longo do segundo governo [de Cardoso] e passa a perseguir a estratégia abandonada em 1994: gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo para suprir o déficit da conta-corrente. (...) Outra vez, como ocorrera na primeira crise da dívida em 1992, os setores primário-exportadores são escalados para gerar esse saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. (...)” (DELGADO, 2010, pp. 93-94)

²⁷ Celso Amorim está citando um professor queniano, chamado Calestou Juna. (AMORIM, 2011)

pressuposto que o agronegócio, a intensa extração mineral e a dependência em exportação de *commodities* primárias são soluções, e não problemas. Não duvidamos que sejam soluções *para alguém* – a pergunta a ser feita é se são realmente soluções para as populações que os promotores dos projetos alegam beneficiar e se, justamente, essas populações não deveriam *participar* da construção de soluções para os problemas que enfrentam.

O ProSavana e a mina de Moatize

Com as análises acima, podemos entender que a implantação do ProSavana e a construção da mina de Moatize pela VALE não são eventos isolados: inserem-se dentro de dinâmicas e processos históricos, econômicos, políticos e sociais mais amplos, e são possíveis hoje por causa das condições acima descritas: uma economia mundial para a qual interessa que a África continue a exportar produtos primários, um papel mais proeminente brasileiro a nível internacional e interesse diplomático-comercial do país em estreitar suas relações com os países africanos, abertura do governo moçambicano para a entrada de capital estrangeiro, para a cooperação e para a chamada modernização agrícola, além de interesses do capital nacional.

Como abordado acima, a mina de Moatize insere-se numa tendência de fomento (por investimento direto estrangeiro) a megaprojetos de capital intensivo em segmentos como extração mineral e energia. Com a descoberta de carvão metalúrgico de alta qualidade (a província de Tete tendo uma das maiores reservas de carvão do mundo ainda a serem exploradas, estimada em 23 bilhões de toneladas) e a crescente demanda de China, Índia e Japão, tem havido uma onda de interesse de investidores nas atividades de mineração a despeito das dificuldades moçambicanas de infraestrutura²⁸. Segundo a Human Rights Watch (2013), a liberação de concessões para a mineração na região de Tete e a importância do carvão para a economia moçambicana têm crescido vertiginosamente nos últimos anos: o governo aprovou até outubro de 2012 ao menos 245 concessões de mineração e licenças para exploração na província de Tete, equivalentes a 3,4 milhões de hectares ou 34% da área da província. Se incluísimos os pedidos aguardando aprovação na conta, a quantidade de terra atingida passa para assombrosos 6 milhões de hectares. Além da VALE, três outras grandes empresas estrangeiras já iniciaram suas operações de mineração em Tete: a Rio Tinto (anglo-australiana), a Jindal Steel and Power Limited (indiana) e a Beacon Hill Resources (inglesa). Em 2012, carvão já tinha

²⁸ Há evidências de que as prospecções da mina de Moatize já teriam sido feitas pela República Democrática Alemã nos anos 80.

passado a ser a segunda maior exportação moçambicana, atrás apenas do alumínio. Em 2004, a Vale obteve permissão do governo moçambicano para explorar carvão e em 2007, obteve uma concessão de mineração de 35 anos no distrito de Moatize, província de Tete – a construção da chamada mina de Moatize iniciou em 2008 e a mineração iniciou efetivamente em maio de 2011.

A VALE espera exportar até 11 milhões de toneladas de carvão por ano na primeira fase e aumentar essa meta para 22 milhões de toneladas na segunda fase, com novas possibilidades de expansão ligadas à capacidade de melhoramento da infraestrutura de transporte.²⁹ Nos termos da concessão, o governo moçambicano pode reservar até 25% das cotas do empreendimento e em 2012, o governo adquiriu 5% das cotas e reservou 10% para investidores particulares de Moçambique, confirmando o que apontamos na terceira seção sobre as alianças entre governo, capital nacional e capital internacional. A VALE ainda beneficia-se de imensos incentivos fiscais em sua operação. (MOSCA; SELEMANE, 2011, p. 20) A atuação de

²⁹ Recentemente, a Vale anunciou que, além do ferro de Carajás (PA), o outro grande projeto a que vai dar prioridade nos próximos anos é o negócio de carvão de Moatize, e que para isso prevê a duplicação do projeto com investimentos de US\$ 2 bilhões (previsão de entrada em operação no segundo semestre de 2015) e o investimento na modernização e construção de ferrovia ao longo do corredor Nacala (previsão de investimentos de US\$ 4,4 bilhões e entrada em operação em 2014). (GOÉS; RIBEIRO, 2013)

mineradoras como a Vale tem sido alvo de críticas, em especial por forçarem a remoção de famílias habitantes no local. A construção da mina de Moatize promoveu a remoção de 1365 famílias, que foram reassentadas em um bairro urbano, em um assentamento rural ou receberam assistência para comprar uma nova casa ou compensação financeira. Denúncias têm sido feitas relatando que muitas famílias tiveram suas terras agrícolas reduzidas, substituídas por terras de menor qualidade ou que a alocação de terras prometida ainda não foi realizada, prejudicando a segurança alimentar e o direito à alimentação, além de haver denúncias de fornecimento errático de água, entre outros problemas. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

O ProSavana (*Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique*) é um programa de cooperação em fase inicial que também tem gerado preocupações aos movimentos camponeses quanto à possibilidade de sua expulsão da terra ou de prejuízo à segurança alimentar, na medida em que promove cultivo de *commodities* de exportação e não de alimentos de subsistência. As primeiras notícias em relação a ele, em 2011, anunciavam que o governo de Moçambique estaria cedendo o uso (concessão de 50 anos) de 6 milhões de hectares no norte do país para

fazendeiros brasileiros plantarem soja, algodão e milho³⁰. Depois, esses boatos foram apaziguados e o governo anunciou que não estaria cedendo terras, mas que o ProSavana é um programa de cooperação técnica que vai qualificar e integrar o trabalho dos próprios camponeses (CLEMENTS, FERNANDES, 2012, pp. 17-18). O que se sabe do ProSavana oficialmente (embora uma das grandes críticas é justamente que ele vem sendo desenvolvido e implementado às escuras, sem discussão com a sociedade civil e os camponeses) é que é um programa de cooperação a partir de um acordo e parceria triangular entre Brasil, Japão e Moçambique³¹ que planeja atingir 14 milhões de hectares ao longo do Corredor de Nacala, que perpassa as três províncias mais ao norte de Moçambique (Niassa, Nampula e Zambézia), desenvolvendo e modernizando a agricultura. Segundo a Embrapa, a entidade a frente do projeto pelo lado do Brasil, o ProSavana estrutura-se em três componentes e objetivos:

a) melhorar a capacidade de pesquisa e extensão para o desenvolvimento de agricultura do Corredor de Nacala;

³⁰ Ver, por exemplo, RAFAEL, 2013.

³¹ Curiosamente, apesar do Brasil alegar que seus projetos de cooperação sempre são orientados pela demanda dos países beneficiários, a ideia do ProSavana apareceu num fórum internacional em 2009, numa discussão somente entre Brasil e Japão. *Depois* se identificou Moçambique como o “beneficiário” mais apropriado e o acordo trilateral foi assinado em setembro de 2009. (CHICHAVA et al, 2013, p. 11)

b) implementar projetos-piloto produtivos para pequenos agricultores e agricultores comerciais; e

c) formular um Plano Diretor de integração agro-industrial para o Corredor, com um foco maior de desenvolvimento regional (CHICHAVA et al, 2013, p. 12).

Esses componentes seriam viabilizados por projetos individuais³².

A implementação teve início em 2011 e prevê um cronograma de vinte anos. Sabemos ainda que o ProSavana se inspira no Prodecer, programa de cooperação entre Brasil e Japão iniciados nos anos 70, que foi um dos responsáveis pela transformação do Cerrado brasileiro num pólo de exportação de *commodities*, em especial, da soja e que, ao contrário do prometido, não promoveu a segurança alimentar, mas sim a concentração de terras e a degradação ambiental. (CLEMENTS, FERNANDES, 2012, pp. 2-3, 22). Ao que tudo indica, o ProSavana visa replicar o modelo do capitalismo agrário brasileiro³³, e faz sentido

³² O ProSavana – Projeto de Investigação (iniciado em 2011 e previsto para durar 5 anos – através dele, já foram separados culturas para teste, dentre as quais se encontram, além de cultivos tradicionais camponeses (arroz, cassava, feijão), também soja, algodão e milho, tradicionais *commodities*) o ProSavana – Plano Diretor, e o ProSavana Projeto de Extensão. (CHICHAVA et al, 2013, p. 13)

³³ E com certeza não estão descartadas as possibilidades de entrada do agronegócio estrangeiro, especialmente com as tendências contemporâneas de “land grabs” e o possível envolvimento com a produção de biocombustíveis. Continua a haver indícios

o temor da União Nacional de Camponeses de Moçambique que o programa possa deixar pessoas sem terra e/ou empobrecer comunidades rurais ao torná-las dependentes de investimentos de larga escala (CHICHAVA et al, 2013, p. 15).

Tanto o ProSavana como a mineração pela Vale em Moatize podem alterar significativamente o uso e configuração do território no norte de Moçambique, em especial, as territorialidades das populações camponesas e rurais que habitam a região. A expropriação massiva de camponeses, característica de processos de “acumulação por espoliação” e das formas de modernização agrícola no século XX, é sempre um risco em projetos de desenvolvimento que privilegiam a entrada de capital na agricultura e a exportação de *commodities*. Tanto o ProSavana como a mina de Moatize refletem certas concepções de desenvolvimento, e inclusive parecem integrar-se numa visão mais ampla para o norte do país, como corredor de exportações – não por acaso, a Vale tem investido maciçamente no aperfeiçoamento da ferrovia que cruza o corredor de Nacala.³⁴ Precisamos ficar atentos a

nesse sentido, como eventos e seminários promovendo investimentos do agronegócio em Moçambique, a visita de fazendeiros brasileiros ao país em 2010 e o chamado Fundo de Nacala, fundo associado à FGV para levantar capital para investimento em agronegócio no Corredor de Nacala.

³⁴ “O próprio ProSavana está mirando uma região cuja principal importância econômica estratégica é enquanto corredor de exportação para o escoamento das

todos esses processos em curso – nesse artigo, só foi possível evidenciar perspectivas dos grandes atores envolvidos, impulsionando esses projetos, e analisar as condições em diferentes níveis e esferas que possibilitam esses grandes empreendimentos, mas é preciso também – e assim intentamos fazer em próximas incursões no tema - atentar para as narrativas e visões das populações atingidas por esses projetos.

Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. **Underdevelopment and Dependence in Black Africa: Historical origin.** In: *Journal of Peace Research*. Vol. 9, No. 2. Sage Publications Ltd: 1972, pp. 105-120.

AMORIM, Celso. A África tem sede do Brasil. **Carta Capital**. 28 mai. 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-africa-tem-sede-de-brasil>. Acesso em: 24 set. 2013.

BELLUCI, Beluce. All and nothing: capital's wager in Mozambique. In: LECHINI, Gladys (edit.). **Globalization and the Washington**

operações de mineração brasileiras na encravada província de Tete.” (CHICHAVA et al, 2013, p. 11). Tradução livre. No original: “Prosavana itself is targeting a region whose principal strategic economic importance is as an export corridor for the output of Brazilian mining operations in landlocked Tete Province.”

Consensus: its influence on democracy and development in the south. Buenos Aires : CLACSO, 2008.

BERNSTEIN, Henry. Tierra rural y conflictos agrários en la África subsahariana. In : MOYO, Sam; YERO, Paris (org.). **Recuperando la tierra: el resurgimiento de movimientos rurales en África, Ásia y América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2008.

BOND, Patrick. **A pilhagem na África: a economia da exploração.** Rio de Janeiro : Instituto ComÁfrica, 2007.

BOND, Patrick. The Looting of Africa. In: LECHINI, Gladys (edit.). **Globalization and the Washington Consensus: its influence on democracy and development in the south.** Buenos Aires : CLACSO, 2008.

BOSTON CONSULTING GROUP. **Allies and adversaries: 2013 BCG Global Challengers.** 2013. Disponível em:

https://www.bcgperspectives.com/content/articles/globalization_growth_allies_and_adversaries_2013_bcg_global_challengers/. Acesso em 25 set. 2013.

CHICHAVA et al. **Chinese and Brazilian Cooperation with African agriculture: the case of Mozambique.** Working Paper 49, Future Agricultures, 2009. Disponível em: http://www.future-agricultures.org/research/cbaa/7817-china-and-brazil-in-africa-new-papers#.UkvizD_3cSZ. Acesso em 16 set. 2013.

CLEMENTS & FERNANDES. **Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique.** Paper apresentado no “International Conference on Global Land Grabbing II”. October 17-19, 2012

_____. **CRÍTICA MARXISTA**, edição 36. Campinas, UNICAMP, 2013.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GALL, Timothy; HOBBY, Jennen (edit.). **Worldmark Encyclopedia of the Nations –Volume 2**. Twelfth Edition. Thomson Gale, 2007.

GARCIA, Ana E. Saggiaro. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Rio de Janeiro, PUC, 2012.

GARCIA, Ana E. S. ; KATO, Karina ; FONTES, Camila. **A história contada pela caça ou pelo caçador?** Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. PACS -Rio de Janeiro, Relatório de Pesquisa, 2013.

GOÊS, Francisco; RIBEIRO, Ivo. Vale vai dar prioridade ao ferro de Carajás e ao carvão de Moçambique. **Valor Econômico**. 17 jul. 2013. Disponível em: <http://saladeimprensa.vale.com/pt/noticias/interna.asp?id=22393>. Acesso em: 26 set. 2013.

HARVEY, David. **O “novo imperialismo”: acumulação por espoliação**. Socialist Register, 2004. Disponível em : http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf. Acesso em: 18 set. 2013.

HERRERA, Silvio Baró. Neoliberalismo y crisis alimentaria em África. In: ÁLVAREZ COSTA, María Elena (org). **África Subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales**. Buenos Aires : CLACSO, 2011.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“What is a house without food?”** Mozambique’s Coal Mining Boom and Resettlements. 2013. Disponível em :<http://www.hrw.org/reports/2013/05/23/what-house-without-food>. Acesso em: 16 set. 2013.

LOURENÇO, Luana. Na Etiópia, Dilma defende padrão Sul-Sul de cooperação com a África. **Agência Brasil**. 24 mai. 2013. Disponível em:<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-24/na-etioopia-dilma-defende-padrao-sul-sul-de-cooperacao-com-africa>. Acesso em: 23 set. 2013.

MIDDLETON, John; MILLER, Joseph (org). **New Encyclopedia of Africa** – Volume 3. Gale, 2007.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete: os mega projetos de mineração**. Centro de Integridade Pública, Maputo, 2011. Disponível em :

http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C106_EL%20DORADO%20TETE_Mosca%20e%20Selemane_CIP_2011.pdf. Acesso em: 19 set. 2013;

MOYO, Sam; YEROS, Paris. El Resurgimiento de los Movimientos Rurales bajo el Neoliberalismo. In: MOYO, Sam; YEROS, Paris. **Recuperando la tierra: El resurgimiento de movimientos rurales en África, Ásia y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo : Cortez, 2012.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OAKLAND INSTITUTE. **Understanding land investment deals in Africa: Mozambique**. 2011. Disponível em : <http://www.oaklandinstitute.org/understanding-land-investment-deals-africa-mozambique>. Acesso em: 19 set. 2013.

PARAGUASSU, Lisandra. Dilma quer agência de comércio para fortalecer balança. **O Estado de S. Paulo**. 15 jun. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,dilma-quer-agencia-de->

comercio-para-fortalecer-balanca-,1042690,0.htm. Acesso em: 23 set. 2013.

PIERRI, Francesco Maria. **How Brazil's Agrarian Dynamics Shape Development Cooperation in Africa**. IDS Bulletin Volume 44, Número 4, Julho 2013. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1759-5436.12043/abstract>. Acesso em: 18 set. 2013.

PITCHER, Anne. **Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000**. New York : Cambridge University Press, 2002.

PITCHER, Anne. **Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique**. In: *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, pp. 793-820.

RAFAEL, Adelson. Neocolonialismo brasileiro em Moçambique. **O País**. 24 ago. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46703-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique->. Acesso em: 24 set. 2013.

SUMICH, Janson. **Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana.** In: *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), 2008, pp. 319-345.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas:** Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo : UNESP, 2012.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome.** São Paulo: Cortez, 2013.

OCUPAÇÃO E ESCRAVIDÃO EM MOÇAMBIQUE DO SÉCULO XIX¹

Francielly Giachini Barbosa²

Resumo: Discutir questões relacionadas à ocupação e ao tráfico de escravos em Moçambique ao longo do século XIX é a intenção deste texto. O trabalho faz uma comparação entre a ocupação dos povos Nguni no sul de Moçambique, no começo do século XIX, e a ocupação portuguesa, no final do mesmo século. As consequências destas ocupações para os povos locais também foi levado em conta. Permeado de similitudes e diferenças estas ocupações carregaram traços específicos e marcantes na construção do Estado Moçambicano. Outra discussão presente nesta proposta diz respeito às formas de dependência que estiveram presentes em Moçambique, classificadas nas categorias de escravidão doméstica e a escravidão ligada ao modo de produção capitalista. Também se ressalta a relação da escravidão com o tráfico ultramarino, o qual acirrou esta prática e desestruturou a organização de muitos grupos regionais.

Palavras-Chave: Moçambique; Ocupação; Escravidão.

Abstract: The intention of this text is discuss about the occupation and the slave trade in Mozambique during the nineteenth century. The work will bring a balance between the occupation of the Nguni in southern Mozambique, at the beginning of the nineteenth century, and the Portuguese occupation, at the end of the same century. The consequences of these occupations for the local people will also be taken into account. Permeated the similarities and differences, these occupations carried specific traits and striking in the construction of the Mozambican State. Another discussion present in this proposal concerns the Forms of Dependency that were present in Mozambique, in categories of domestic slavery and slavery linked to the capitalist mode of production.

¹ Este texto é o produto de um trabalho final na disciplina de “Tópicos Especiais em História da África”, ministrada no Departamento de História, pelo Professor Hector Guerra Hernandez

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná.

It also emphasizes the relationship of slavery to trafficking overseas, which intensified this practice and disrupted the organization of many regional groups.

Key-words: Mozambique, Occupation, Slavery.

Introdução

O presente texto tem a pretensão de discutir comparativamente os processos de ocupação da região sul de Moçambique³, feita pelos Nguni, antes da chegada dos colonizadores europeus, com a ocupação efetiva iniciada em 1895 pelos portugueses. Os impactos destas ocupações são o objeto desta análise dando um enfoque especial para as práticas de reprodução doméstica da região, das quais sobressaem a escravidão e a cobrança de tributos.

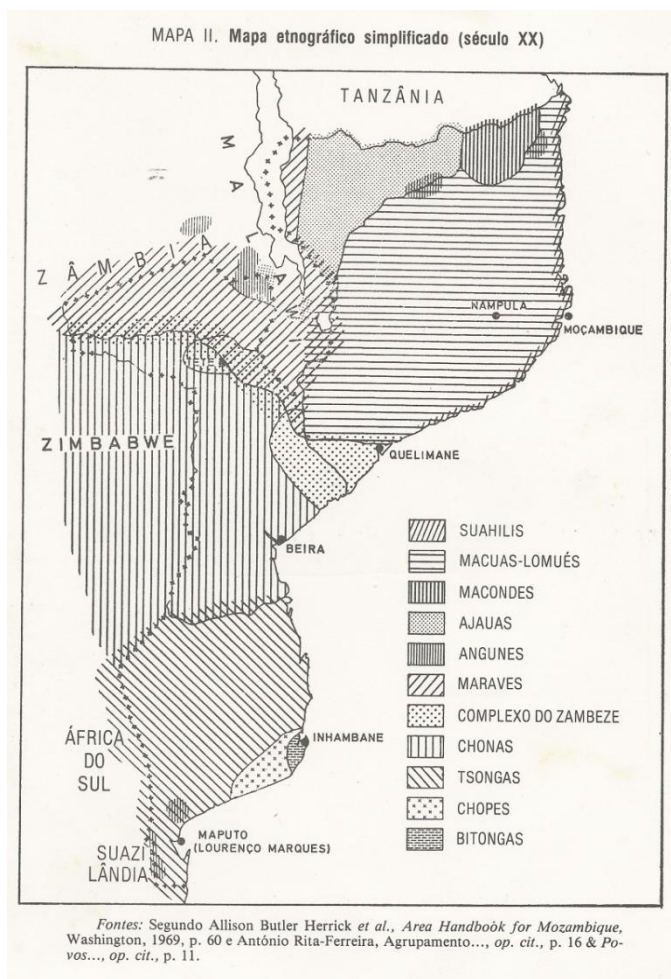
Processos de ocupação: angunizados e colonizados

No Sul de Moçambique o início da ocupação Nguni, povo originário de Natal, se deu na década de 1820. Após rivalidades com os Zulus, o líder Nguni chamado Sochangane (ou Manicusse) iniciou os primeiros ataques com incursões e saques a esta região. Os embates na região continuaram com o enfretamento aos portugueses e outros

³ Limites que relativamente conformam hoje as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane.

grupos inimigos rumo ao norte e oeste, caracterizando o Mfecane⁴. Desta forma, o Estado de Gaza formado por Sochanganane configurou-se territorialmente entre os rios Incomáti e Zambeze.

⁴ O Mfecane foi um movimento de dispersão e expansão Nguni (PÉLISSIER, 1987). O início do Mfecane foi com a Batalha de Gokoli, onde se enfrentaram os exércitos de Chaka Zulu contra os guerreiros de Zwide dos Ndwanwe. Depois de derrotar Zwide, os Ngunis de Chaka continuaram sua migração para o norte e oeste (FRELIMO, 1971).



Rita-Ferreira (1982) afirma que desde o século XVI foram se configurando diversas comunidades dispersas no território conhecido

por Moçambique, entre elas os Macuácuá, Nkuna, Valoi, Hlengwe, Khosa, etc., que após a chegada dos Nguni e de um processo de assimilação tornaram-se hoje conhecidos como Changana. Junod, missionário suíço que defendia teorias de igualdade e a causa dos africanos contra os brancos, também fez um relato pormenorizado dos rituais, configurações familiares, hierarquias de poder, tabus e outros elementos desses grupos, reunindo-os sob o rótulo de Tsonga⁵, a partir de relatos orais e observações etnográficas. É interessante lembrar que os escritos de Junod são baseados em observações feitas após estes grupos terem sido angunizados⁶, ou seja, após terem interagido com elementos da cultura dos invasores Nguni. Rita-Ferreira (1982) também fala de outros dois povos presentes no sul de Moçambique que sentiram modificações em suas estruturas após a presença dos Nguni. Eram eles os Chopes e os Bitongas, localizados principalmente na atual província de Inhambane. Uma parcela dos Bitongas fugiu dos Nguni e buscaram refúgio entre os portugueses que possuíam uma pequena feitoria em Inhambane, na região costeira do seu território, os Chopes ao contrário, resolveram ficar em suas terras, e foram dizimados por Gaza. Em

⁵ Vide: H. Junod, *Uso e Costumes dos Bantus*, Tomo I e II, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1996.

⁶ Para uma visão pormenorizada deste aspecto, vide GUERRA, Hector: *Invasões estrangeiras e formação do estado ao sul de Moçambique*. 2013, no prelo

grande número estes Chopes foram escravizados e vendidos pelos Nguni. Outro povo que também passara por este processo de angunização fora os Tshwa.

Com a morte de Sochangane em 1858, uma instabilidade política tomou conta do reino por conta das disputas em torno da sucessão entre dois irmãos herdeiros. Muzila perseguiu o sucessor Mawewe e o derrotou em 1861, com ajuda logística dos portugueses localizados na feitoria de Lourenço Marques (hoje Maputo). Muzila também empreendeu grandes conquistas e reinou até 1884. O próximo da linhagem foi Ngungunhana, o qual conquistou este espaço matando seus outros quatro irmãos⁷. No reinado desse último há um olhar internacional mais aguçado para as riquezas e localização geopolítica dessa região, principalmente por parte dos ingleses (em particular pelo empresário e dono da British South African Company, Cecil Rhodes). Desta forma Portugal tenta alguns contatos diplomáticos com Gaza visando à exploração do ouro e do marfim, inclusive um tratado de “amizade e cooperação” é produzido, mas por ter suas cláusulas alteradas, tornando a cooperação em vassalagem, é negado em Gaza (LIESEGANG, 1986). Em 1889, devido à instabilidade política e a insegurança alimentar produzida por uma serie de conflitos na região ao

⁷ De acordo com Liesegang (1996) não existe muita informação sobre os outros herdeiros à sucessão de Muzila.

norte do Save, a capital de Gaza foi transferida para o baixo Limpopo, na região de Majacaze⁸. A investida para desestruturar Gaza aumentou por parte dos portugueses, e após várias batalhas⁹ em 1895 Ngungunhana foi capturado e levado para Portugal. Magigwane Khosa, o chefe do exército de Ngungunhana até tentou uma revolta reivindicando a volta do rei¹⁰, mas sem sucesso (PÉLISSER, 1987; NHACALE e MALUANA, 1997; COVANE, 2001).

Rita-Ferreira problematiza o fato de um exército tão grande como o de Ngungunhana (cerca de 15.000 soldados) ter sido derrotado por pouco mais de 1000 homens a serviço da Coroa Portuguesa. Tentando entender o ocorrido, o etnólogo e historiador¹¹ alegou que além da diferença estritamente tecnológica armamentista, a fragmentação entre os chefes de Gaza, os quais estavam descontentes

⁸ Ngungunhana muda com toda sua corte (milhares de Nguni e angunizados) em meados de 1889 devido à fome que assolava a antiga capital no centro do atual Moçambique.

⁹ Primeiro teve a batalha de Magule, onde os portugueses venceram dois chefes de Gaza e incendiaram as residências circunvizinhas. E por fim, após a batalha de Coolela, Chaimite (Manjacaze) ocorreu a prisão de Ngungunhana, que foi levado para Portugal, para logo morrer no exílio nas Ações.

¹⁰ A guerra de Umbuyiseni, as declarações dos revoltosos era “Umbuysene Nkosi”, ou seja, devolvam o rei (NHACALE e MALUANA, 1997).

¹¹ António Rita-Ferreira foi um administrador colonial que ficou em Moçambique até depois da independência, em 1975. Seus trabalhos hoje são uma referência necessária para os estudos sobre a região sul deste país.

com a política aplicada por Ngungunhana, teria ajudado na derrota do chefe Nguni.

Ao voltar o olhar para os períodos de conquista dos Nguni encontra-se a resposta das populações que eram integradas ao reino, bem como as transformações de ordem social, política e econômica na região. Quando chegavam aos povoados, os Nguni resumidamente cobravam tributos, se apropriavam do gado e das mulheres e os rapazes eram incorporados ao seu exército. Não havia devastação, mas a incorporação da população sob tributação e muita pressão político-administrativa, e isto gerava o descontentamento tanto da população quanto dos chefes incorporados (SERRA, 1983; RITA-FERREIRA, 1982). O exército Nguni quando chegava saqueava o que podia, principalmente o alimento disponível. Isto gerou transformação da base alimentar de algumas comunidades que *“deixaram de cultivar arroz ou substituíram o cultivo de milho pelo de meixoeira (...) com a vantagem (...) de não ser apreciada pelos Nguni”* (SERRA, 1983, p.104). Rita-Ferreira (1982) afirma que os guerreiros Nguni eram vistos como uma espécie de praga de gafanhotos. E esta economia baseada na pilhagem gerou rapidamente o esgotamento dos recursos e uma resistência passiva das populações que passaram a produzir menos. Outra resposta da população à pressão Nguni foi que já no reinado de Muzila, alguns

homens começaram a migrar para a África do Sul em busca de trabalho (RITA-FERREIRA, 1982)¹²

Quanto às transformações culturais têm-se registros de que os Macuácuá depois de angunizados até aboliram a circuncisão. Uma das estratégias dos portugueses foi à espionagem nos povoados sob o domínio Nguni, desta forma teriam descoberto o descontentamento de alguns chefes e povoados com a pressão exercida pela administração de Ngungunhana. Assim sendo, uma das táticas dos colonizadores portugueses na ofensiva contra Gaza foi cooptar estes chefes tanto com armas de fogo, quanto com armas políticas (SERRA, 1983, p.98).

A presença portuguesa na costa do sul de Moçambique data ainda do século XV. Mas nos primeiros séculos, a ocupação do território foi tímida e limitada às regiões costeiras (LIESEGANG, 1995). Segundo Pélisser (1987) a presença portuguesa no interior do sul de Moçambique não foi muito influente durante o reino de Gaza, ainda que neste período houvesse incursões portuguesas em busca de marfim no interior (NEVES, 1987) e o envolvimento no pequeno tráfico de escravos (NEWITT, 1997). Foi no final do século XIX, com a derribada de Ngungunhana que começaram a ser implementados mecanismos de

¹² Plantações e algodão no Natal e a partir de 1870 a produção de diamantes na região de Kimberly, nas proximidades do Estado livre de Orange.

dominação que objetivavam uma ocupação militar e administrativa, ainda mais abrangente e eficaz. Segundo Zamparoni (1998) esta ocupação, somada a novas instituições, lançou-se mão de instituições e agentes políticos já presentes na sociedade sulista, sendo assim, usaram ao seu favor “régulos, indunas, interpretes e sipaios” (ZAMPARONI, 1998, p.127). Para a edificação de estradas e construções públicas ou particulares, os colonizadores se valeram do trabalho compelido (chibalo). Nesta dinâmica afirmavam que obrigando os africanos a trabalharem estariam regenerando-os moralmente. Para tanto criaram aportes legais que os permitiam prender e se valer do trabalho, quase gratuito, quase escravo, de homens que não pagassem o imposto de palhota (imposto cobrado por palhota habitada em espécie ou gênero, quando em dinheiro o valor era abusivo e quando em gênero valorando-o com o preço menor que o do mercado), que cometessem crimes ou que estivessem simplesmente desempregados. Apesar de pressões internacionais e mudanças na legislação para que este tipo de exploração cessasse, na prática quase nada mudou, e os moçambicanos continuaram sendo explorados ao longo do século XX, com castigos corporais (cavalo marinho); alimentação precária; abuso de mulheres e crianças; longas jornadas; aprisionamentos de trabalhadores para trabalharem em obras públicas ou particulares sob a alegação de

vadiagem, nem sempre verídica, tanto que se promoviam rusgas noturnas capturando homens e mulheres dentro de suas casas e depois falseavam alegações de vadiagem, etc. (ZAMPARONI, 1998).

Quanto à resposta da população à investida portuguesa de ocupação, já nos primórdios do século XX, pode-se notar que tais práticas foram severamente criticadas pelos jornais “O Africano” e mais tarde “O Brado Africano”¹³ em relação ao trabalho compelido (chibalo), o recrutamento militar compulsório e até mesmo o imposto de palhota. Outras articulações estiveram presentes como a Revolta do Barué, em 1917¹⁴. Muitos homens e suas famílias fugiram para as áreas menos fiscalizadas, ou partiam para o trabalho migratório em outras regiões, particularmente para a África do Sul (ZAMPARONI, 1998). Além de ser uma forma de resistência ao colonialismo, Lubkemann (2004) aponta que o trabalho migratório também permitiu um reajuste nas posições sociais, pois os jovens com seus salários conseguiam maior

¹³ É interessante observar que a redação destes jornais estava a cargo de um contraditório elenco, os quais combatiam com palavras os abusos relacionados ao trabalho forçado, e ao mesmo tempo faziam parte de uma pequena burguesia moçambicana que ocupava cargos de chefia nos mesmos lugares que os homens eram forçados a trabalhar para o governo. Como é o caso de João dos Santos Albasini, editor dos dois jornais e também supervisor da mão de obra africana do porto (PENVENNE, 1993, ZAMPARONI, 1998).

¹⁴ Barué localiza-se no Tete, na região do Zambese, as principais causas da Revolta foram o recrutamento compulsivo da mão-de-obra sem remuneração e de forma abusiva para a construção de estradas.

independência em relação aos mais velhos, principalmente nas decisões relacionadas ao casamento, instituição fundamental para a reprodução social das comunidades.

Em relação às transformações na estrutura social, política e econômica, geradas pelos portugueses, observou-se que com o uso de régulos e seus sipaios na administração colonial houve uma inversão de representações, pois antes estes líderes representavam e defendiam o seu povo, e depois se tornaram agentes do aparelho colonial português (ZAMPARONI, 1998). Uma das transformações da estrutura social e também econômica da população nativa foi o uso das mulheres no trabalho compelido, pois como elas tinham trabalhos específicos na sua comunidade, sua saída gerou uma desestruturação no ciclo reprodutivo doméstico. Outro aspecto de desestruturação foi que com os salários obtidos nos trabalhos migratórios, os homens investiram em “arados, charruas e juntas de bois” (ZAMPARONI, 1998, p.123; PENVENNE, 1993), isto levou a uma nova divisão social do trabalho, pois como o manejo com o gado era uma atividade exclusivamente masculina, foi este quem passou a fazer parte do plantio, função antes feminina. Não só os homens adquiriram novas funções, como também as mulheres, quando seus maridos iam para o trabalho migratório elas tinham que fazer o trabalho deles (COVANE, 2001). Outra transformação na

estrutura social segundo Penvenne (1993) foi que tanto o trabalho compulsório, quanto o recrutamento militar forçado impeliram muitos a migrarem clandestinamente, isto somado às doenças e vícios provocou um grande despovoamento em extensas áreas no sul de Moçambique. A mesma autora também afirma que o chibalo gerou a desfragmentação e falta de solidariedade entre os grupos tradicionais.

Ao se procurar as semelhanças entre as ocupações Nguni e portuguesas pode-se destacar que as duas foram tentativas de centralização de um poder que dominou uma grande variedade de grupos, os quais atacaram. As duas formas organizaram-se militarmente para este intento. Os dois poderes cobraram impostos dos povos dominados. Os dois se valeram dos régulos para a fiscalização local dos seus regulados e cobrança de impostos.

E por fim podem-se pontuar algumas diferenças entre estes dois empreendimentos. Há diferenças evidentes entre estas duas formas de ocupação. Primeiramente porque o Estado de Gaza aplicou, sob um princípio redistributivo, uma política de incorporação e assimilação das populações locais vencidas, a qual permitiu uma mobilidade social continua, enquanto os portugueses optaram por uma política assimilacionista que visava tornar os africanos em sujeitos dependentes e sem direitos garantidos, além de fragmentar suas relações sociais

tradicionais. Por meio do que foi relatado, pode-se perceber que o Estado colonial foi muito mais explorador, no sentido de que, na lógica de acumulação que sustentou sua administração, toda a riqueza que pretendia adquirir em Moçambique era para ser levada para a metrópole. Enfim, o colonialismo português atuou como um elemento agressivo, explorador e desestruturador no sul de Moçambique.

Formas de dependência e escravidão

No período abrangido foi possível identificar duas das principais formas de escravidão encontrada em Moçambique ao longo de sua história passível de ser documentada: o sistema social chamado por alguns autores de escravidão doméstica e o sistema de tráfico ligado ao modo de produção capitalista.

No cativeiro tradicional na região norte de Moçambique no período pré-colonial predominava a escravidão doméstica, a qual era na maioria das vezes apreciada tanto pelo senhor quanto pelo escravo, pois este via nesta uma situação de proteção e refúgio. Capela (2002) traz o exemplo da pesquisa de Rita-Ferreira (1996) na qual descreve que entre os Cheuas de Macanga, os homens escravizados eram muitas vezes eleitos esposos das filhas do senhor e as mulheres escravizadas também

tinham grandes chances de tornarem-se esposas do senhor. Nestes exemplos percebe-se que os cativeiros tradicionais eram integradores e “não implicavam nem mercantilismo nem exclusão definitiva” (CAPELA, 2002, p.14). Meillassoux descreve a reprodução doméstica como aquela em que a comunidade estabelece meios de produção e uso da terra para a subsistência do grupo (1987, p.67). A reprodução seria a preocupação dominante neste sistema social. Para tanto, a mulher exerceria aí um papel fundamental de produção (agrícola) e reprodução (descendentes). Desta forma, para garantir a reprodução estrutural da comunidade doméstica era necessário:

a cooptação de membros nascidos fora da comunidade. A adoção de crianças de uma linhagem por outra, de cativos de guerra, de clientes, de forçados, por vezes o dote de uma esposa ou o rapto de mulheres, as fusões entre famílias debilitadas são os meios para corrigir um equilíbrio sempre precário (MEILLASSOUX, 1987, p.82).

Esta busca pelo elemento de fora que ajuda na produção e reprodução do grupo deu margem para que se estabelecesse um sistema social de escravidão doméstica, na qual segundo Capela (2002, p.13) o escravo era incorporado/integrado ao grupo. A este tipo de escravidão que incorpora o indivíduo a uma linhagem, Watson (1980) chama de

escravidão como instituição aberta. Também a escravatura em Moçambique foi por vezes chamada de simbiótica (CAPELA, 2000), pois muitos homens vendiam a si próprios em troca de tecidos, aguardente, proteção, ou até mesmo o livramento de uma pena de sentença de morte. Este fenómeno ficou conhecido como “corpo vendido” e era recorrente, principalmente, no século XIX. E como afirma Capela (2000) esta era uma situação de refúgio diante da ameaça do desterro ou a morte. Isto fez com que muitos prazeiros¹⁵ se aproveitassem do costume para se apropriarem de homens e mulheres e vendê-los para a exportação. No entanto, esta prática era recorrente dentro do país, sendo que os escravos temiam muito mais o desterro do que a própria morte (CAPELA 2002). Havia também hierarquias neste tipo de escravidão, como os *butacos*, os quais eram uma categoria de escravos que também eram senhores, pois eram proprietários de bens e de homens (CAPELA, 2002; 2000).

Já a escravidão ligada a um modo de produção capitalista, cujo tráfico se avoluma desde finais do século XVIII, está intimamente ligada com o tráfico e estabelece uma relação com o escravo que era

¹⁵ Prazeiros eram os colonos que possuíam os prazos, ou seja, faixas de terra para o cultivo, exploração e que também serviram de acantonamento de escravos. Estes surgiram no século XVII e a posse de terra por era dada por aproximadamente três gerações. A maior parte dos prazos localizava-se no vale do rio Zambeze.

totalmente contrária à de parentesco, pois o escravo neste caso era tido juridicamente como um bem móvel (PATTERSON, 2008). E o maior objetivo visado era o lucro através da apropriação da sua força de trabalho, por isso que em muitos casos, como destaca Meillassoux (1986), o escravo foi privado de ter filhos, pois a alimentação da prole diminuiria os lucros. E dessa forma a manutenção deste tipo de escravidão se dava pela captura sistemática de novos escravos. E isto denota uma diferença discrepante com as formas de cativo doméstico, na qual as mulheres cativas eram utilizadas para a reprodução do grupo que a escravizava. Enquanto na comunidade de reprodução doméstica o escravo produzia para a subsistência do grupo e participava dos benefícios desta produção, na escravidão como modo de produção o uso da força de trabalho do escravo era intenso e em larga escala. Enquanto no sistema de reprodução doméstica havia o convívio com outros sistemas, no modo de produção a escravidão era a base da economia. E neste caso, em vez do escravo ser integrado ele era totalmente excluído de qualquer direito, inclusive de sua própria sexualidade.

Agora o foco da discussão será na relação da escravidão com o tráfico ultramarino de escravos. A princípio, particularmente a partir do

século XVII, os escravos eram vendidos para o Oriente¹⁶, especialmente para as Ilhas do Oceano Indico, nas zonas de plantação principalmente francesas. Nestas Ilhas, a relação foi de trabalho intenso em lavouras e outras funções (cana, café, cravo da Índia, etc.), característica do modo de produção escravocrata. A relação da escravidão com o ultramar era tão forte e lucrativa que mesmo em momentos de proibição continuou. Portugal (1836) e a França (1848) aboliram oficialmente a escravidão em suas colônias. Mas isto não foi obstáculo para o tráfico clandestino por parte de navios franceses, sob a conivência das autoridades portuguesas nos postos administrativos litorâneos. Este tráfico criou uma nova roupagem, aos homens que partiam de Moçambique dava-se o nome de *engagés* (kaporos), os quais exerceram trabalhos exploratórios sob o signo de *libertos*. No entanto as condições com que o tráfico era feito continuaram as mesmas (CAPELA, 2002). Mesmo com proibições e restrições havia uma rede que continuava o tráfico na ilegalidade e escravos eram trocados por bagatelas (MEDEIROS E CAPELA, 1987).

É interessante perceber que houve diferenças na escravidão configurada ao norte do rio Save em relação ao sul. Na região norte do

¹⁶ Antes da chegada dos europeus já havia rotas de comércio estabelecidas entre Moçambique e os árabes, persas e indianos (CAPELA, 2002)

rio Save pode-se destacar as formações sociais dos Macuas-lómuè, Ajauas (Yao), Cheuas-nianjas, Macondes, etc., onde estavam localizados os mais importantes reservatórios de escravos para o tráfico de ultramar. Antes do tráfico, particularmente os Macua-lómuè, eram constituídos por comunidades reprodutivas dispersas, caracterizadas por linhas de sucessão maternas (grupos matrilineares) e casamentos exogâmicos. Estas comunidades tinham nomes diferentes, mas mantinham a crença numa origem comum (nos Montes Namúli). Nas linhagens, elementos exteriores eram incorporados através do penhor, compra, rapto e até mesmo o pedido de cativo (MEDEIROS & CAPELA, 1987). Com o desenrolar constante do tráfico orientado para a exportação nas ilhas do índico, formaram-se as grandes chefaturas, os cativos que antes eram tratados como pessoas (nihimo dos donos) passaram a ser considerados coisas (akanihimo)¹⁷. A busca frenética por escravos para o tráfico fez com que as razias e raptos aumentassem, suscitando levadas de migração e reagrupamentos. Segundo Medeiros e Capela, o tráfico perturbou tanto a caça de escravos que começou a ser feita no *“interior do próprio grupo tribal e da chefatura”* (1987, p.98),

¹⁷ Segundo Medeiros e Capela (1987) o termo nihimo designa a identificação do indivíduo com seu clã matrilinear de origem. É interessante observar que na cosmovisão dos macuas-lómuè um cativo era tratado, tradicionalmente, como uma pessoa que não perdia seu nihimo. Este status se perdeu com o tráfico de escravos.

assim, os próprios parentes eram vendidos, principalmente os sobrinhos, pois ameaçavam o poder dos chefes por causa da sucessão. Estigmas (escarificações) foram usados para marcar os escravos e evitar fugas, mas também para identificar os membros do mesmo grupo. A crueldade e a violência se intensificavam cada vez mais, tanto que de medo *“as mulheres não saíam praticamente das imediações da aldeia, e os homens não se deslocavam jamais senão em grupos, com as suas armas”* (MEDEIROS & CAPELA, 1987, p.108). Finalmente, pode-se notar que na região norte, como consequência do tráfico ultramarino, há uma quebra na fraternidade e solidariedade entre as diversas comunidades de origem. Com o modo de produção escravista estabelecido a demanda por escravos era cada vez maior, e até mesmo as organizações políticas dispersas dos clãs Macua sofreram uma centralização como estratégia de sobrevivência, pois a sociedade havia se dicotomizado entre caçadores e caçados. As migrações e a perda da população também geraram desestruturação econômica, pois faltavam trabalhadores para a produção agrícola doméstica.

Na região sul, pode-se afirmar que houve um tráfico menor do que no norte. Isto porque os Nguni, apesar de terem vendido alguns cativos no começo do reino, mostraram-se depois hostis a esta prática, pois preferiram incorporar os vencidos aos seus exércitos ou como

trabalhadores em suas plantações. O próprio Manicusse proibiu a escravidão comercial, diferente dos Rongas e dos Bitonga, que aderiram à prática da venda exterior de homens. Rita-Ferreira (1982) afirma que no contexto cultural dos “Tsongas” houve um papel relativamente reduzido no comércio de escravos fomentado pelos traficantes europeus e asiáticos. O mesmo autor traz um ponto essencial que diferencia a prática do sul com a do norte, trazendo o dado que nesta região só se escravizava e se vendia o inimigo, enquanto que no norte até parentes eram vendidos.

Por fim, pode-se pensar que os colonos e traficantes subverteram as práticas de reprodução social das comunidades a partir do momento em que se apropriavam de homens que vendiam seu corpo para exportá-los para outros lugares, nos quais em vez de proteção do senhor, integração a um novo clã e até mesmo livramento da morte, eram submetidos à exclusão social e ao tratamento violento e desumano. Como destacou Capela (2000) o escravo colonial moderno foi excluído tanto do seu grupo de origem quanto do grupo que dele se apropria.

Referências

CAPELA, José. Escravidão e tráfico de escravos em Moçambique. IN: **O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique 1733-1904**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2002. P. 11-26.

CAPELA, José. O tráfico de escravos. IN: **O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique 1733-1904**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2002. P. 27-66.

COVANE, L.A. **O trabalho migratório e agricultura no sul de Moçambique**. Ed. Promedia, Maputo, 2001. P.67-124.

GUERRA, H.. **Invasões estrangeiras e formação do estado ao sul de Moçambique**. 2013, no prelo

JUNOD, H. **Uso e Costumes dos Bantus**, Tomo I e II, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1996.

LIESEGANG, G. **A guerra dos reis Vátuas – do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane de Maputo e demais reinos vizinhos contra o Presídio da Baía de Lourenço Marques**.

Documentos. Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo (reimpressão), 1995.

LIESEGANG, G. **Vassalagem ou Tratado de Amizade? : história do acto de vassalagem de Ngungunyane nas relações externas de Gaza.** Estudos. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1986.

LOVEJOY, P. “A África e a Escravidão” In: **A escravidão na África. Uma história das suas transformações.** Ed Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2002, p.11-26.

LUBKEMANN, S.C. “Reduzir o colonialismo à sua real dimensão: a migração internacional entre os moçambicanos do Centro – Sul, 1990-1999. In: CARVALHO, C. & CABRAL, J. D. P. **A persistência da história: passado e contemporaneidade em África.** Ed, ICS, Lisboa, 2004, p.253-306.

MARTINS, J. S. “Escravos e escravatura em Moçambique. Problemas identitários”. **Africana Studia.** Nº3. Ed. Universidade do Porto, 2000. P.33-48.

MEDEIROS, E. & CAPELA, J. “Sistematização do tráfico para as plantações francesas. 1800-1854”. In: **O tráfico de escravos para as ilhas do Índico 1720-1902**. UEM, Maputo, 1987, p.31-44

MEDEIROS, E. & CAPELA, J. “Formas de efeito do tráfico na sociedade de servidão e comércio de escravos no norte de Moçambique”. In: **O tráfico de escravos para as ilhas do Índico 1720-1902**. UEM, Maputo, 1987, p.89-124.

MEDEIROS, E. “Contribuição da diáspora para a formação das identidades culturais nas ilhas do Oceano Índico. In: **Travessias – Revista da Associação de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, nº2/3, 2002, p. 63-86.

MEILLASSOUX, C. “Lucros e acumulação”. In: **Antropologia da Escravidão**. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, p.68-77.

MEILLASSOUX, C. “A reprodução doméstica”. In: **Mulheres, Celeiros & Capital**. Editora Afrontamento, Lisboa, 1987, p.60-87.

NHACALE, Orlando. MALUANA, Castigo. **Magigwane e Mbuysiseni. Alguns subsídeos para a reinterpretação da**

Historiografia da resistência Colonial do Estado de Gaza. Coleção Embondeiro, ARPAC, Maputo, 1997.

NEVES, Diocleciano Fernandes das. ROCHA, Ilídio. **Das Terras do Império Vátua às Praças da República Boer.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987. P.15-40

NEWITT, M. **História de Moçambique.** Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p.140-157.

PATTERSON, O. “A linguagem do poder”. In *Escravidão e morte social*. Edit. Edusp, São Paulo 2008. pp. 39-64

PÉLISSER, R. **História de Moçambique. Formação e Oposição - 1854-1918.** Lisboa, 1987. Vol. I, p.111-125.

PENVENNE, J. **Trabalhadores em Lourenço Marques (1870-1974).** AHM, estudo 9, Maputo1993, p. 13-44.

SERRA, C. Para a história da arte militar moçambicana (1505-1920). **Cadernos Tempo.** Maputo, 1983. PP.83-107.

RITA-FERREIRA, A. **Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique.** Lisboa, Instituto de Investigação Científica

Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, “Estudos, Ensaio e Documentos”, n.º 142, 1982. pp. 185 – 232

RITA-FERREIRA, A. **Presença Luso-asiática e mutações culturais no sul de Moçambique (até c.1900)**. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, “Estudos, Ensaio e Documentos”, n.º 139, 1982. pp. 131 – 182

WATSON, J. Slavery as an Institution: Open and Closed Systems. In: WATSON, J. Ed. **Asian and African systems of Slavery**. Brasil Blackwell, 1980.

ZAMPARONI, W. “O trabalho compelido: formas e dimensões”. In.: **Entre Narros e Mulangos: Colonialismo e paisagem cultural em Lourenço Marques**. c. 1890- c. 1940. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1998, p.87-141.

"RAÇA E IMPÉRIO NO IMAGINÁRIO COLONIAL. COLONIAS ALEMÃS EM TERRITÓRIO AFRICANO"

Bárbara Caramuru

Resumo: Devido ao desenvolvimento industrial interno, consequentes interesses coloniais e de expansão econômica de grupos econômicos, no último terço do século XIX, o chanceler Otto von Bismarck realiza a Conferência de Berlim (1884-1885). Segundo o espírito europeu da época, esta conferência objetivava levar à África "os benefícios da civilização em geral e do comércio em particular". No entanto, o resultado desta conferência foi a divisão indiscriminada do continente, criando fronteiras fictícias, submetendo a vontade dos povos nativos. No contexto desta colonização tardia, emerge Karl Peters, agente colonial que defendeu e aplicou a teoria racialista e imperialista na "África alemã". Esta comunicação almeja analisar a prática colonial racialista de Peters. Fundamentada no marco teórico levistraussiano (raça e história), discuto alguns conceitos vinculados ao darwinismo social, que legitimou no período estudado as práticas coloniais europeias, situando-a em uma posição de "supremacia" em função de um suposto patrimônio genético herdado.

Palavras chave: África, Imperialismo, Racismo

Resumen: Debido al desarrollo industrial interno, consecuentes intereses coloniais y de expansión económica de casas comerciales, en el último tercio del siglo XIX, el canceller Otto von Bismarck realiza la Conferencia de Berlín (1884-1885). Según el espíritu europeo de la época, esta conferencia objetivaba llevar a África "los beneficios de la civilización en general y del comercio en particular". Sin embargo, el resultado de esta conferencia fue la división indiscriminada del continente, creando fronteras ficticias, sometiendo la voluntad de los pueblos nativos. En el contexto de esta colonización tardía, emerge Karl Peters, agente colonial que defendió y aplicó la teoría racialista e imperialista en "África alemana". Esta comunicación se propone analizar la práctica colonial racialista de Peters. Fundamentada en el marco teórico levistraussiano (raza e historia), discuto algunos conceptos vinculados al darwinismo social, que legitimó las prácticas coloniales europeas, situándola en una posición de "supremacia" en función de un supuesto patrimonio genético heredado.

Palabras clave: África, Imperialismo, Racismo

Introdução:

A Alemanha em meados do século XIX havia se tornado uma grande potência. Seu desenvolvimento industrial fez dela o principal país da Europa. Através do chanceler Otto von Bismarck, por via de interesses coloniais e expansão econômica, foi realizada a Conferência de Berlim em 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885. A conferência visava levar a África "os benefícios da civilização em geral e do comércio em particular" (WESSELING, 1998). A Conferência de Berlim, de fato realizou a partilha da África entre as potências imperialistas da Europa isto implicou na composição de uma divisão do continente africano que desrespeitava as fronteiras originais e a vontade dos povos nativos. Isto será um ponto crucial no que tange a história da África.

A formação do Império Colonial Alemão se deu de modo tardio na comparação com a França ou a Inglaterra, por exemplo. A ação colonial alemã foi marcada pela atuação de Karl Peters. Este agente colonial foi o executor da teoria racialista e imperialista alemã na África, que fará dela um laboratório do nazismo.

Este ensaio tem por objetivo analisar a prática colonial e racialista de Peters. Seguindo a sugestão de Marion Brepohl, parte-se da

vida do agente colonial – da sua primeira expedição à África em 1884 até o final de sua atuação no continente quando ele já era conhecido como “Hangpeters” (Peters, o enforcador). (BREPOHL, 2010).

Peters foi um grande propagador do ideário racista, portanto, a análise que se segue partiu da ótica levistraussina na qual temos a discussão dos conceitos "patrimônio genético", "racionalização" e "evolucionismo cultural" dialogando com o uso do conceito de raça vinculado ao darwinismo social, ou seja, raça superior, raça selvagem e raça primitiva. A ideia de superioridade entre os homens, brancos para com os negros africanos, que vem a ser legitimado por um patrimônio genético para justificar as práticas coloniais da Europa, especificamente do agente colonial Karl Peters nas colônias alemãs da África.

O contexto onde atuou Karl Peters é o de uma Europa em meio a uma corrida imperialista que inicialmente se configura como uma dominação indireta sobre a África, porém, devido às ações de França, Portugal e Bélgica, inicia-se uma disputa incisiva pelos territórios com caráter de ocupação. Segundo o autor Uzoigwe (2010) existem várias teorias que tentam justificar esta ocupação. Desde as econômicas, que incluem esta corrida imperialista a partir da ótica que permeia a revolução industrial e a necessidade de expansão a novos mercados, de cunho marxista, apontam para este estágio como etapa final do

capitalismo. As chamadas “teorias psicológicas”, nas quais se encontrariam as de caráter missionário (levar a civilização e tutelar o indivíduo africano), e também as pautadas no darwinismo social e as que salientam uma espécie de “atavismo social” inveterado das sociedades humanas, que viriam a justificar o imperialismo. Temos ainda as teorias chamadas “diplomáticas”, as quais resumidamente apontariam para vários aspetos estritamente políticos da partilha. Basicamente se agrupariam sob três princípios ligados aos processos europeus de construção nacional, seja no sentido da busca pelo prestígio nacional perdido, como seria o caso da França depois de 1871 (BRUNSCHWING, 1974), na busca de um equilíbrio de força em nível europeu (HINSLEY, 1973) e finalmente dentro de uma perspectiva de estratégia global, como seria o caso do Império Britânico (ROBINSON & GALLAGHER, 1953). Esta última estaria avaliada pela suposta emergência de movimentos nacionalistas prematuros nas próprias colônias britânicas, as quais ameaçariam as pretensões de domínio inglês.

Temos, ainda, as teorias diplomáticas. Com as quais procuro dialogar pautando-me novamente em Uzoigwe (2010), elas versam sobre as alianças coloniais que reforçavam chefes locais. Estes acordos utilizavam as lideranças já existentes, forjando acordos de poder em que

tais líderes se sentissem privilegiados. Desta forma, o imperialismo se utilizou das próprias estruturas locais, em muitos casos, para construir sua zona de influência e seu domínio¹. Tal processo foi facilitado por conta das diferenças e conflitos étnicos/identitários, que foram de alguma forma, incentivados com um objetivo central: dividir para dominar.

Ao se comparar as várias teorias que tentam justificar esta ocupação europeia do continente africano destacam-se os muitos aspectos que as diferenciam, no entanto todas detêm como elemento comum o intuito europeu de controlar efetivamente a África. Inglaterra, França, Portugal, possuiriam um intuito de Estado em fazer-se ativo neste território. Aparentemente esta posição seria também a recém-unificada Alemanha. O chanceler Otto von Bismarck, no entanto, não apoiaria de início as ações particulares no empreendimento colonial. O apoio de Bismarck a este tipo de empreendimento, muitos deles com o objetivo da autopromoção, aventureiros, (liga hanseática), como um meio de resolução a pressões políticas internas, veio mais tarde.

¹ Para uma reflexão pormenorizada sobre estes aspectos, vide MAMDANI, Mahmood: *Ciudadano y Súbdito: África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. Editorial Siglo XXI, México 1998

Desta forma, Bismarck, presidiu a Conferência de Berlim na qual o continente africano foi dividido conforme os interesses políticos e econômicos europeus.

Karl Peters: antecedentes

Em meio a esta colonização tardia, com oportunidade de autopromoção e intuito "missionário", ou seja, de caráter civilizador, destacou-se Karl Peters, um agente colonial alemão, nascido na segunda metade do século XIX, um dentre os onze filhos de um pastor protestante, liberal e defensor da unificação da Alemanha. Peters tinha desde criança uma predileção à literatura, sendo sua infância marcada pelo contato com uma produção literária que continha heróis, grandes homens, conquistadores e aventureiros, o que pode ser relacionado à sua dedicação em construir uma trajetória de enaltecimento pessoal e de tentar se aproximar de figuras como Fernando Cortez e Cristóvão Colombo, a quem ele viria a se comparar em sua autobiografia. Ainda jovem, Peters demonstrou uma paixão pela política participando de agremiações no colégio onde estudou, formando-se, posteriormente, em licenciatura na área da história e da geografia. Sua jornada de vida

permeia, além de seu país de origem, a Alemanha, também os Estados Unidos da América, e a Inglaterra.

A influência de seu tio, bem como sua morada temporária junto a ele, na Inglaterra foi fundamental para o contato de Peters com o imperialismo inglês e sua ideologia. Isto será decisivo ao seu propósito de fazer da Alemanha e de si mesmo marcos na política colonizadora e imperialista alemã. O despertar do seu interesse pela África veio por meio da influência de seu pai. Assim, Karl Peters trocara a opção de ser professor universitário por uma empreitada colonial na África Oriental, região onde posteriormente, em 1891, ele viria a se tornar governador.

Sua atuação principal foi como agente colonial alemão, difusor dos conceitos eurocêntricos e racistas que entendem o homem branco como o homem civilizador e de caráter racial superior ao nativo africano. Portanto, ele assumiu o “dever” de atuar como "governante" daquelas terras que, segundo sua perspectiva, seriam sem leis, moral ou dono, apenas tribos incivilizadas. Assim, Peters se via no direito de impor a estes o caráter civilizatório europeu (BREPOHL, 2010. pp. 144-214).

Raça e civilização no ideário europeu do século XIX

Constata-se, especificamente na sociedade colonizadora ocidental europeia do século XIX, o uso do conceito de raça vinculado ao de superioridade biológica, cultural e no que tange a "fenômenos de civilização". Uso aqui um termo de Mauss, que se refere à civilização enquanto *"espécie de meio ambiente moral no qual esta mergulhado um certo número de nações e da qual cada cultura nacional não passa de uma forma particular."* (MAUSS, 1972. pp. 471-477). No período em que a colonização das áreas de domínio alemão na África foi realizada, os ideais racistas já estavam difundidos pela Europa. A historiadora Marion Brepohl afirma que, em 1884, ano da primeira expedição de Peters, o racismo já estava consumado como ideia política (BREPOHL, 2010, p. 161). Sobre a discussão acerca da política racial de Peters, bem como a definição do conceito de raça, partirei do conceito racialista que buscou estabelecer uma relação hierárquica de superioridade entre os homens, usado para justificar a política imperialista da Europa em suas colônias. Segundo Banton:

A terceira idéia, a de raça, prometia em primeiro lugar que cada tipo racial tomaria posse do território que naturalmente lhe fosse mais adequado, mas este conceito deu lugar à crença de que os brancos tinham herdado uma

superioridade que os habilitava a estabelecer o seu poder em todas as regiões do mundo. A previsão também não foi cumprida, quer numa quer noutra forma. (...) o aparecimento de uma base biológica para as teorias raciais desintegrou-se. (BANTON, 1977).

Por meio desta ótica de superioridade racial, a Alemanha, através de Peters atuou nas colônias africanas a partir de uma ideologia de subjugação do indivíduo negro. Segundo Frantz Fanon (FANON, 1986), o imperialismo atuaria como uma política ideológica de inferiorização do indivíduo, submetendo-o psicologicamente a dominação e criando, portanto, uma relação de subjetividade entre o colonizador e o colonizado: a partir do imaginário e do sentimento cria-se uma estrutura de dominação em que o branco, mesmo em minoria, vê-se como líder, como chefe, e o negro, mesmo em grande maioria, “entender-se-ia” como inferior, ora desejando embranquecer, ora entendendo-se em um lugar de inferioridade e submissão. Desta forma, observamos que a política imperialista encontra-se moldada por uma estrutura tão envolvente que, como defende Fanon, não há formas brandas ou pesadas de racismo. Esta estrutura ideológica, para além dos pilares econômicos, cria um imaginário "colonizador" que fez pessoas se deslocarem de seus países de origem para viver uma aventura, obter

um rápido enriquecimento, além de cumprir seu dever de levar a "civilização" ao outro: o selvagem.

Em contrapartida, tal pensamento fez do nativo o "selvagem e incivilizado", que deve conscientizar-se da sua posição num patamar inferior, de seu papel submisso e ainda, em certos casos, da necessidade de se "civilizar" e de "embranquecer", sendo "civilizar" entendido como a adoção de um modelo sociocultural e econômico europeu. Este imperialismo, mesmo que gerado por vias econômicas, torna-se uma estrutura enraizada subjetivamente e de difícil rompimento em virtude de seu caráter de dominação psicológica, se perpetuando no imaginário africano mesmo após a descolonização, como aponta Frantz Fanon² em sua obra "Pele Negra, Máscaras Brancas":

Se ele se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa

² Frantz Fanon, médico, intelectual e psiquiatra. Nascido em 20 de Julho de 1925 na Martinica - Bethesda Washington 6 de dezembro de 1961. Fora um assíduo militante na luta pela independência da Argélia. Sua obra aqui citada "Pele Negra Máscaras Brancas", publicada inicialmente em 1952, faz referência ao processo de colonização européia na África e os desdobramentos deste, principalmente no que tange a psique humana.

dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica. (FANON, 1986. p. 95)

Marion Brepohl, em seu livro "Imaginação Literária e Política: Os Alemães e o Imperialismo 1880/1945" realizou uma extensa análise refletindo sobre as diversas facetas deste agente, indo desde o Karl Peters ainda jovem, atraído pelo imperialismo inglês por meio de artigos jornalísticos que propagandeiam o projeto colonial, ao Peters maduro, que por meio de uma reunião de suas memórias buscara ser retratado como uma figura de destaque na História, e ainda o oficial visto através da ótica do autor Balder Olden (BREPOHL, 2010). Nessa comunicação trabalharei apenas com a fase de Peters enquanto agente colonial, executor da política racial e imperialista nas regiões que virariam colônias de ocupação alemã.

Segundo Brepohl, Peters era um assíduo leitor da imprensa colonial inglesa, porém não tinha experiência prática, nem apoio do Estado, apenas uma ambição individual. Essa mesma ambição definiu sua atuação, tentando convencer os governos a financiá-lo na conquista da África oriental, e, desta forma, realizar seu desejo de tornar a empresa colonial em um ato exclusivo de realização pessoal. Porém, com o passar do tempo seu envolvimento com uma política racista de dominação e sua vivência iria despertar uma segunda fase de atuação,

agora para além de um sujeito desenvolvendo suas ambições pessoais e o caráter "civilizatório" do imperialismo inglês, mas da prática de uma ideologia com que já tinha contato e da qual ele via-se embebido: o racismo. Assim, iria se desenvolver um longo período em que o agente teve por intuito desumanizar o negro. Em 1886, ao ser investigado por conta de diversas denúncias de violência enviadas diretamente ao parlamento, fora afastado de seu cargo com a justificativa de ter cometido atrocidades contra africanos, dentre estes, incluíam-se sua concubina e um dos seus criados. Passando a ser conhecido como Hängepeters, Peters, o enforcador, ou ainda "*Mikono wa Damu: o homem que tinha sangue nas mãos*", como era conhecido em Tanganica. (BREPOHL, 2010. pp. 174 e 187).

o agente colonial, apesar de conviver com o nativo cotidianamente, tornou-se indiferente ao povo que governava, uma vez que o fazia em nome dos interesses econômicos e militares de sua nação, uma nação que por direito de origem era vista como tendo o nível mais alto de civilização. (BREPOHL, 2010. p 156)

Peters e seu “ódio civilizador”

Karl Peters deixa três conjuntos de atos discursivos, nos quais faz desde a propaganda colonial alemã e de suas práticas, até uma alusão a sua memória, que seria uma memória voluntária, uma criação do passado, produzida com certo intuito: o de fazer da memória, fazer história. (SEIXAS, 2004. p. 42). A partir deste conjunto de fontes mobilizadas, tratadas dentro do marco teórico levistraussiano, identifica-se que há nelas, para além da propaganda colonial, uma disseminação da ideia de superioridade de uma raça branca e um fomento ao ódio ao homem negro, africano. Na forma como se constroem os atos discursivos do autor, busca-se a desqualificação do nativo africano, definindo-o com características similares a um animal: desprovido de razão ou moral, dotado de "bestialidade". Nelas observam-se as ações práticas do agente colonial, as quais mais tarde seriam consideradas uma espécie de base do laboratório nazista experimentado na África a partir de sua primeira expedição em 1884. Alguns trechos são transcritos pela historiadora Brepohl.³

Sobre a questão do trabalho africano

³ As fontes foram utilizadas a partir da obra *Imaginação Literária e política: Os alemães e o imperialismo 1880-1945* em que a autora faz uma análise sobre a literatura de Peters.

Eu tenho repetido que a população africana é dotada pela natureza de força muscular muito resistente, estando apta e exercer trabalho braçal como nenhum outro povo do mundo [...] Mas se nós temos a obrigação de servir ao Estado, porque não prever as subespécies alguns deveres, porque desaprovar isso, se elas há mil anos anos se acostumaram ao trabalho e foram predestinadas ao trabalho braçal?

Como tratar os negros do jeito que os fanáticos por negros querem, se os negros mesmo se deixam tyrannizar por déspotas?[...] Como aos pretos, que são moral e racialmente inferiores, sejam e eles dadas certas vantagens? [...]

[...] Não é possível empregar força militar na África usando os africanos. Os negros não tem coragem moral. Sua coragem física também é fraca. Eles só se encorajam ao som de seus gritos e seus tambores. [...] São cheios de bestialidade e brutalidade, são sanguinários. Indiferença com respeito a dor do outro também [...] é característica desta raça.

Ele é escravo nato que precisa de seu déspota como um viciado em ópio precisa de seu cachimbo. É mentiroso, ladrão, falso e pérfido [...]”. (BREPOHL, 2010, p. 169-171)

A questão racial na África do sul

O que se quer reparar, do ponto de vista histórico, e que o preto e produto de sua terra; a ele e não aos europeus pertence a África, como ao elefante e ao hipopótamo, aos diversos felinos. E os etíopes berram " a terra dos pretos para os pretos" . [...] No entanto até o liberalismo inglês, que inicialmente deu de presente a auto-administração,

retirou rapidamente esta proposta, anunciando a prevalência do elemento bôer... Porque os bôer tem o direito natural de se estabelecer ali, pela lei do mais forte[...] Eu nao digo África para. Os africanos, mas África para os africânders " (BREPOHL, 2010, p.170).

Além de tais afirmações, Peters ainda afirma que os negros são os culpados pela miscigenação, a partir do momento em que estes *“estupram as mulheres brancas”* que, segundo ele, teriam aversão natural aos negros. *“[...] Como evitar a miscigenação? Proibir legalmente os casamentos mistos? Mas quão frágeis são as leis face aos instintos naturais[...] E evidente que os bancos repelem, naturalmente, em seus sentimentos os negros, mas os negros violentam as mulheres e meninas brancas.”*. Vemos nitidamente que o intuito das obras de Peters não é só propagandar a ideologia racial, ou o colonialismo alemão, mas também a ideia explicita de desumanizar o negro, e assim também justificar a atitude do branco. Para Peters, quando o branco age de forma violenta com o negro, visto pelo agente como "objeto negro", ele está exercendo um direito natural e tem total autonomia, suas ações que são legitimadas por uma ideologia que o respalda: o “projeto civilizatório”. A atuação de Peters parte de uma visão que considera o indivíduo negro como inferior, subjugável, desta forma, para ele é necessário o totalitarismo do déspota. Como já

observamos, a questão vai além do darwinismo social, é muito mais uma questão de fomentar deliberadamente o sentimento de ódio ao que o agente caracteriza como “raça negra”.

Relacionado a este ponto (também tomando com referência analítica Lévi-Strauss) parte-se do entendimento de que Peters não condiz com a especificidade de um déspota louco, ou a de um ator social violento e com prazer em atuar enquanto homicida. O entendimento é que Peters era agente de uma estrutura: o imperialismo europeu, um imperialismo marcado a "ferro e fogo", que constituiu suas bases nas atuações de figuras como Karl Peters, instrumentos diretos do maquinário imperialista e que se constituíram na África através da justificativa ideológica da teoria do darwinismo social. Um suposto “racismo científico”, que nas décadas de 30 e 40 do século XX será propagado pela ideologia nazista.

A insustentabilidade da raça como categoria biológica

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, publicou em 1952 o ensaio “Raça e História”, (traduzido ao português em 1983) a pedido da UNESCO para contribuir ao programa de luta contra o racismo, devido ao contexto pós-segunda Guerra Mundial e em meio ao processo de

descolonização da África, aponta para a impossibilidade de dialogar com o passado utilizando conceitos evolucionistas e, assim, criar linhas genealógicas que estabelecessem uma hereditariedade entre a sociedade greco-romana e a sociedade europeia, a qual, por sua vez, pudesse justificar qualquer superioridade biológica ou imposição e violências, exemplificadas pelo autoritarismo de Peters, a outras sociedades e culturas, consideradas “primitivas” ou inferiores. O autor defende um argumento chave para a essa discussão: *“Não é da competência de um etnólogo tentar dizer o que é, ou o que não é, uma raça...”*. (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 21) No entanto, observa que existem algumas linhas de pensamento divergentes entre os antropólogos a respeito dessa afirmação. A primeira destas linhas de pensamento, segundo Lévi-Strauss, acredita que a espécie humana se dividiu em “subespécies”, com mescla de traços, antigos e modernos, gerando esta diversidade étnica que permanece atualmente. A segunda visão, por sua vez, defende que o isolamento genético é mais recente e que as diferenças observáveis não tinham sua origem dada por *“desvios acidentais entre traços desprovidos de valor adaptativo”* (LÉVI-STRAUSS, 1983, p.20).

Entretanto, Gobineau, autor ligado à primeira hipótese, já defendia que a diferença racial era um fenômeno não observável. Após

diversas discussões posteriormente aceitas concluiu-se que este debate não era de fato sobre a diversidade das raças e sim a respeito das culturas. Há um equívoco no qual se confundiu a noção biológica com a sociológica. Lévi-Strauss defende que a diversidade existe paralela a questões biológicas, argumentando que *“Todos os traços sucessivamente invocados para definir diferenças raciais se revelaram, uns a seguir aos outros, ligados a fenômenos de adaptação [...]”*. (LÉVI-STRAUSS, 1983, p.24) Desta forma ele questiona a interface entre cultura e raça, pois precisamente pode-se definir cultura, mas não raça. Ele cita, então, a diversidade de culturas e a diferença entre os aspectos físicos existentes entre estas. O antropólogo argumenta que é impossível estabelecer a existência de uma relação entre diferenças físicas e diferenças culturais, pois nem os geneticistas são capazes de fazer esta ponte entre condutas complexas, que conferem diferenças “físicas” e cultura. Segundo Lévi-Strauss, não necessitamos desse tipo de comparações.

Outra questão trazida pelo autor é referente ao uso de um “patrimônio genético”, para legitimação da superioridade de certa cultura, que explanamos acima a partir de Banton. No capítulo “Raça e História”, o autor Lévi-Strauss, julga impossível a análise das culturas sob a ótica evolucionista, citando que o desenvolvimento é, inclusive,

incentivado com as relações (contatos) de umas com as outras. Ressalta, também, a dificuldade da classificação racial/social, que pode nos remeter a conceitos racistas, reacendendo-os. No tópico “Etnocentrismo”, o autor argumenta sobre a complexidade da aceitação da diversidade cultural, o que pode levar a uma abordagem em termos evolucionistas, de superioridade ou a generalização. Não há a possibilidade de colocá-los em uma linha de igualdade, pois, devido à pluralidade e diversidade social/cultural, cada cultura tem comportamentos específicos e suas particularidades, bem como seu desenvolvimento próprio. O autor faz, ainda, ressalvas quanto à interpretação dessas culturas nas sociedades contemporâneas, principalmente nos casos onde a possibilidade de diálogo com as culturas estudadas não mais existe, por estarem, muitas vezes, já extintas. Questiona também a ideia de progresso, traçando uma série de exemplificações que negam este evolucionismo cultural. Com esta análise, fica nítido que as questões colocadas pelo racismo “científico”, e propagandeadas por Karl Peters, que apontam para a “bestialidade” do negro, sua selvageria, violência e seu encorajamento apenas ao som de seus tambores, são exemplos evidentes da visão e da ideia desenvolvimentista, etapista e progressista do período em que o agente atuou e de como ele se via imbuído por esta ideologia.

Quanto à análise da Arte Rupestre, Lévi-Strauss afirma ser “[...] *uma das interpretações mais populares, entre as que se inspiram o evolucionismo cultural*”, fazendo ainda o seguinte comentário:

Podemos ficar tentados a ver neste último traço a origem da arte europeia; mas mesmo isto seria inexato, já que, no mesmo território a arte paleolítica foi seguida por outras formas que não tinham o mesmo caráter; a continuidade da localização geográfica não altera em nada o fato de que, no mesmo solo, se tenham sucedido populações diferentes, ignorantes ou descuidadas das obras de seus antecessores, e trazendo, cada uma, crenças, técnicas e estilos opostos. (LÉVI-STRAUSS, 1976)

O autor afirma, na sequência que, mais importante que catalogar os traços das sociedades, é entender suas relações e buscar interpretá-las, como o caso da cultura “estacionária”, caracterizada pelo autor como uma complexidade de sistemas. Lévi-Strauss também escreve em “A Colaboração das Culturas” sobre a importância do contato intercultural para uma suposta “evolução” das mesmas, afirmando que a ausência de tal contato reduz a diversidade, gerando a homogeneização. Outro tópico que cabe a essa problematização, seria o “Lugar da Civilização Ocidental”, onde o autor discute a ideia de superioridade da cultura ocidental, e a imposição dela sobre as outras culturas. Sem pretender desenvolver uma análise de temas já bastante explorados,

tanto por Lévi-Strauss, quanto por diversos antropólogos e sociólogos, bem como por outros campos que têm os estudos sociais e culturais como seu objeto de pesquisa, remeto-me a parte da discussão de três tópicos abordados pelo autor.

A análise do antropólogo aponta para os problemas nas interpretações sobre as sociedades antigas. Através dessa crítica, podemos identificar o uso do passado e de algumas interpretações que promovem a legitimação da superioridade, tanto cultural, quanto racial de certas sociedades e culturas, as quais, muitas vezes, encobririam objetivos político-ideológicos. O que é seguramente ilustrado no caso de Peters. Portanto, para Lévi-Strauss, o uso dos conceitos de “patrimônio genético”, “racialização”, “progresso” e “evolucionismo cultural”, além de todo o darwinismo social que está envolvido em tais pensamentos, e que foram propagandeadas de maneira aberta por Karl Peters durante sua vida como agente colonial, legitimando uma superioridade cultural eurocêntrica, a qual justificaria toda a empresa imperial, seriam desde um ponto de vista antropológico, injustificável. Ao contrário de classificar as sociedades em conceitos raciais, deve-se priorizar o entendimento destas sociedades em todas as suas pluralidades, diversidades e complexidades. Peters, ao fazer uma apropriação do discurso racista e reproduzi-lo de tal maneira até se

tornar no conhecido "Hangepeters", atuava apenas legitimando uma política historicamente repleta de exemplos, a política imperialista praticada na África.

O discurso e atuação do agente Karl Peters se relacionam com a estrutura imperialista vigente na época, bem como com sua ideologia e também ao darwinismo social e conceitos desenvolvidos a partir dele. Peters não representa uma figura isolada: suas ações são agenciamentos de uma estrutura imperialista desse período. A sua convicção a respeito de uma superioridade racial do homem branco em relação ao homem negro e as outras raças, consideradas pelo agente como incivilizadas e ou biologicamente inferiores, construídas a partir de teorias relacionadas ao darwinismo social, fez de Peters um exemplo a ser seguido no período de ascensão nazista na Alemanha, momento em que ele era considerado um herói.

Bibliografia

BANTON, M. **A idéia de Raça**. São Paulo. Edições 70. Martins Fontes, 1977

BREPOHL, M. **Imaginação Literária e Política: os alemães e o imperialismo 1880-1945**. Uberlândia EDUFU, 2010

BRUNDSCHWIG, H. **A partilha da África negra**. Perspectiva, São Paulo, 1974

FANON. F. **Pele Negra. Mascaras Brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1986

GALLAGHER, J. & ROBINSON, R. "**The Imperialism of Free Trade**". In *The Economic History Review*, Second series, Vol. VI, no. 1, 1953, pp. 1-15

HINSLEY, F. H. **Nationalism and the International System**. Oceana Publications, New York, 1973.

LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural Dois: Raça e História, o duplo sentido do progresso**. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1976

_____. **O Olhar Distanciado**. Lisboa Eds. 79, 1983.

_____. **Tristes Trópicos: Como se faz um Etnógrafo**. São Paulo: Anhembi, 1957

MAMDANI, Mahmood. **Ciudadano y Súbdito: África contemporánea y el legado Del colonialismo tardío**. Editorial Siglo XXI, México 1998.

MAUSS, M. **Sociedad y Ciencias Sociales**. Barcelona: Breve Biblioteca de Reforma Barral Editores, 1972

SEIXAS, J. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M. Stella; NAXARA, M. **Memória e ressentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, pp. 37-58

UZOIGWE, Godfry N. “Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral”. In: BoaHen, Albert Adu (Ed.): **História Geral da África**, Vol. VII. São Paulo: Ática/UNESCO, 1991, pp. 21-50.

WESSELING, H.L **Dividir para dominar: a partilha da Africa (1880-1914)**. Editora : UFRJ: Editora Revan. Rio de Janeiro, 1998

**MOBILIDADE COMPULSÓRIA E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DE JOVENS MOÇAMBICANOS NA “ESCOLA
DA AMIZADE” DE STASSFURT - REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA ALEMÃ**

Igor Viana Müller

Resumo: A partir de relatos de educadores e professores e outros colaboradores (espões) redigidos pelos funcionários do Ministério de Segurança (“Stasi”) das delegacias de Magdeburg, derivamos os constrangimentos corporais e subjetivos, bem como os legislativos, territoriais e semânticos, que acometeram os alunos moçambicanos enviados para formação técnico-científica e humana (instauração do *homem novo*) na “Escola da Amizade”, em Stassfurt, como diretriz dos projetos ideológico-nacionais empreendidos entre a República Democrática Alemã e a República Popular de Moçambique. Os alunos eram incentivados a participar de grupos juvenis de engajamento que promoviam discussões da política e do socialismo e projetos sociais e de cooperação entre as nações e os países, visando reforçar a cultura do trabalho como veículo da solidariedade e da cidadania. Este trabalho faz parte do primeiro estágio de uma pesquisa de iniciação científica.

Palavras-chave: formação profissional, República Democrática Alemã, República Popular de Moçambique

Abstract: From reports of educators and teachers and other employees (spies) drafted by officials of the Ministry of Security ("Stasi") of Magdeburg precincts, we derive the bodily and subjective constraints, as well as the legislative, territorial and semantic ones, which affected the Mozambican students sent to technical-scientific and human (introducing the *new man*) formation in the "School of Friendship", in Stassfurt, as a guideline of ideological-national projects undertaken between the German Democratic Republic and the People's Republic of Mozambique. The students were encouraged to participate in engagement youth groups that promoted discussions on policy and socialism and social projects and cooperation among nations and countries, to strengthen the work culture as a vehicle of solidarity and citizenship. This text is part of the first stage of an undergraduate research.

Keywords: vocational training, German Democratic Republic, People's Republic of Mozambique

Introdução

Com a independência do estado de Moçambique, em 1975, a saída abrupta e massiva dos portugueses que haviam preenchido a maior parte da administração e do aparelho econômico deixou um vazio que deveria ser ocupado pela Frente pela Libertação de Moçambique, doravante FRELIMO, mas as mudanças operadas pelo sistema português no fim do período colonial não foram suficientes para criar uma elite preta. Na época da independência, Moçambique contava com 90% de analfabetismo e um número reduzido de técnicos e pessoas com formação superior, preparadas para ocupar os lugares deixados pelos portugueses. (GUERRA, 2009)

Em 1977, a FRELIMO realizou seu terceiro congresso e declarou-se marxista-leninista, definindo o caminho centralmente planejado como modelo de desenvolvimento para a nação em construção. Dentre os países socialistas daquele período, a República Popular da China e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas apresentavam, respectivamente, bases econômicas – rural e operária – dificilmente aplicáveis a Moçambique. Assim, a República Democrática Alemã, que naquele momento constituía-se uma das maiores economias do mundo socialista, foi vista como um modelo

ideal e, sobretudo, como uma parceira estratégica para a implementação do projeto de desenvolvimento que o partido idealizara, principalmente, pelo seu líder naquele momento: Samora Machel.

A estratégia econômica preconizada pela FRELIMO se assentava na modernização rural a partir da coletivização das unidades de produção agrícolas tradicionais (*machambas*), incentivando a mecanização do processo produtivo, no qual o Estado passava a fazer a acumulação (COLAÇO: 2001), em tentativa de inverter o processo de exploração colonial dos portugueses. Com a introdução do camponês no processo produtivo mecanizado, além das atividades de mineração, a FRELIMO inscrevia em seu discurso unificador da nação o método segundo o qual o sujeito precário é colocado em situação de descobrir a consciência de classe necessária para tornar-se sujeito da transformação socialista esperada (GUERRA, 2009).

A independência de Moçambique levou a África do Sul a diminuir o fluxo de trabalhadores moçambicanos às minas do país austral, bem como a cancelar unilateralmente a “Gold-option” - forma como estavam estipulados os acordos em torno dos salários dos trabalhadores moçambicanos ocupados nas minas do Transvaal.

A jovem república não provia de capacidade industrial que abarcasse a mão de obra excedente, e a opção por enviá-la à RDA,

inicialmente recusada, mostrou-se como uma alternativa econômica e social mais viável. Desta feita, em 1979, foi assinado o acordo de “amizade e cooperação” entre as duas repúblicas, o qual significou, entre outros, o envio sistemático de moçambicanos para formação técnico-profissional no país europeu. Nesta nova migração se destacaram dois tipos de enviados: um contingente de jovens entre 18 e 25 anos para formação e trabalho nas fábricas alemãs, com caráter contingencial para poder preparar uma mão de obra que estivesse à altura dos projetos de industrialização pensados nos acordos assinados entre os dois países; um contingente de crianças entre 8 e 12 anos enviados para a “Escola da Amizade”, projeto que visava formar, sobretudo, quadros políticos, mas, também, técnico-profissionais que pudessem ser ocupados, depois, nas fábricas idealizadas em solo moçambicano, por este projeto de desenvolvimento em parceria.

Pelo lado dos enviados, para muitos, migrar fazia parte do imaginário das suas comunidades, e estava integrado a algumas dinâmicas e contingências pessoais, como era o caso da migração para trabalho nas minas do outro lado da fronteira. Certamente estas dinâmicas e circunstâncias pessoais eram mais importantes do que os motivos econômicos e ideológicos instalados nas diretrizes do Estado. Mesmo assim, muitos deles encararam o recrutamento compulsório

como análogo ao serviço militar patriótico. Aurélio Simango, um dos enviados a estudo na RDA, narrava a sensação da viagem:

Trata-se, de fato, de uma subgeração do grande movimento dos respondentes aos diferentes chamamentos da Pátria, outrora, mais bem Amada e querida. Era o chamamento para o exército, o chamamento para a educação, o chamamento para a formação. Enfim, a Pátria chamava por tudo e por todos, não tivesse ela sido deixada naquela necessidade toda. (ICMA, 2005)

Por sua vez, a República Democrática Alemã tinha como parceiros estratégicos em África a Etiópia e Angola (DÖRING, 1999), todavia, estas não gozavam da unidade ideológico-partidária da FRELIMO daquele momento. Pela sua condição de país socialista, embora com uma economia forte, a RDA sofria com as trocas internacionais. Nações do chamado, à época, Terceiro Mundo forneciam as matérias-primas às nações manufactureiras, destacando-se carvão, têxteis, algodão, café e trigo (DÖRING & RÜTSCHHEL, 2005).

A “Escola da Amizade”: a construção do *Homem Novo*

A Escola da Amizade foi um acordo empreendido entre os partidos políticos governantes da República Democrática Alemã e da

República Popular de Moçambique. O acordo previa o intercâmbio estudantil e profissionalizante para a formação de quadros políticos e técnico-profissionais. Esta situação, na leitura do partido FRELIMO, colaboraria para acabar com a alienação das pessoas. A alienação seria oriunda das bases étnicas, arraigadas em uma tradição perpassada pelo colonialismo. A intenção seria formar quadros dinamizadores na construção de um país baseado em diretrizes modernas, racionalistas e científicas.

No período de 1980 a 1988, mais de 21.000 moçambicanos foram enviados à Alemanha Oriental, como parte do primeiro tipo de contingente. Da mesma forma, foram enviados mais de 800 crianças entre 8 e 12 anos para a formação, referida mais acima, na Escola da Amizade.

A pesquisa focou especificamente o período e os assuntos referentes à estadia dos aprendizes moçambicanos na Escola da Amizade, no município de Stassfurt. Distrito de Magdeburg, estado de Saxônia-Anhalt. A investigação tomou como fonte cerca de 300 documentos do arquivo do Ministério da Segurança do Estado (Ministerium für Staatsicherheit, a “Stasi”) da República Democrática Alemã, da delegacia do distrito de Magdeburg. Os documentos, datilografados, cujos nomes foram borrados, em proteção judicial de

seus envolvidos, são relatórios elaborados por funcionários da “Stasi” a partir das informações dos educadores, professores e colaboradores não oficiais (os “informantes”).

A não identificação dos sujeitos nos documentos consultados faz parecer estarmos tratando genericamente dos fatos ocorridos, mas não nos impede de verificarmos os constrangimentos corporais e morais, bem como os legislativos, territoriais e semânticos que acometeram estes sujeitos e que geralmente são pouco explorados quando a história é baseada apenas em suas categorias tradicionais (GUERRA, 2009). Os relatos evidenciam os constrangimentos e ambivalências entre o projeto modernizador, de ímpeto doutrinário, e a construção das subjetividades, tanto dos aprendizes, quanto dos educadores, professores e cidadãos.

Aparte dos princípios morais e filosóficos de suas lideranças, tanto a RDA (1949-1990) quanto a RPM – República Popular de Moçambique (1975-1987) – eram governadas por partidos que policiavam a unidade epistemológica e doutrinária de seus membros, e, portanto, unilaterais em suas decisões, e jamais foi prescindido o caráter econômico de seus acordos. As políticas ideológicas também tinham como comum fim resolver problemas de legitimidade governamental com seus próprios cidadãos, dentro de suas próprias fronteiras, em ambos os países.

Nominalmente, a formação na Escola da Amizade visava, além da aprendizagem técnica e da língua alemã, sobretudo, a “desalienação colonial” através da cultura do trabalho e da doutrina do socialismo. Os alunos eram incentivados a participar de grupos juvenis de engajamento que promoviam discussões da política e de construção do socialismo e projetos sociais e de cooperação entre as nações e os países, visando reforçar a cultura do trabalho como veículo de emancipação, solidariedade e de cidadania.

Partindo desta constatação, o foco da pesquisa foi o processo de construção dessas subjetividades, centrando a atenção no estranhamento que provocou essa experiência tanto para os alunos como para seus tutores. A discussão, além de centrar a atenção nos relatórios oficiais, dedicou particular zelo aos relatos de memória dos sujeitos envolvidos nessa experiência. Procurou-se identificar e compreender os problemas de convivência intercultural. Observando as suas construções semântica e linguística, por um lado, e nos silêncios e omissões nos estatutos legislativos, jurídicos, políticos e ideológicos, por outro.

O que se pretendeu fazer através dos comandos pedagógico-militares, progressistas e desenvolvimentistas contrastou com o que de fato veio a acontecer nas relações reais entre os indivíduos, no seio destas relações marcadamente assimétricas. Os alunos foram aportados

inicialmente com idades entre 8 e 12 anos. As dificuldades de adaptação incluíram o condicionamento ao novo clima, à convivência com os próprios colegas, embora do mesmo país, advindos de regiões e estruturas originárias diversas, à nova língua, à ordem, às regras do internato e à disciplina nas aulas.

Na adolescência, os alunos recebiam quantias em dinheiro para aprenderem a cultivar as finanças. Muito dos habitantes da pequena cidade alemã nunca tinham visto pessoas de pele preta, e a entrada em grupo dos aprendizes da escola em estabelecimentos comerciais teria provocado sobressalto a muitos cidadãos alemães. Estes constrangimentos por parte dos cidadãos alemães foram relatados em conferências municipais e, também, nos documentos, que discutiam as visões dos moradores acerca da escola e de seus aprendizes. Na transcrição de tais reuniões, há uma diferença categórica entre os alemães, descritos como cidadãos (Bürger), e os imigrantes, como aprendizes, visitantes, trabalhadores estrangeiros (Fremdearbeiter) ou trabalhadores contratuais (Vertragsarbeiter).

Outrossim, os alunos relatavam insatisfação com a forma de tratamento recebida nas lojas. Eles demonstravam fascínio pelas mercadorias e desejavam consumir mais, chegando mesmo a tentar negociar as frutas destinadas à alimentação, em troca de dinheiro ou

mercadorias. Os documentos informam o esforço de educadores e professores em disciplinar os alunos, ensinando o valor simbólico do dinheiro, e de que ele é fruto do trabalho. São discriminados problemas como o consumo de tabaco e bebidas alcoólicas e outros hábitos “pequeno-burgueses” - no jargão dos informantes e escrivães -, como conseguir dinheiro ocidental, roupas ocidentais e falar em inglês – segundo os estudantes, útil para “fazer dinheiro” na África do Sul. O esforço pedagógico também incluía a “desalienação colonial” e a informação dos fatos ocorridos no país natal, que passava por uma destrutiva guerra civil e constantes tensões com a vizinha África do Sul.

Na juventude, os alunos que receberam formação técnica profissionalizante e, ainda na RDA, passaram por estágios em setores da infraestrutura de diversas cidades e no campo. Os documentos denotam, a partir de então, problemas de indisciplina: alunos que se envolveram em agressões verbais e físicas aos colegas, educadores e professores, e danos à infraestrutura da escola. A convivência com alunos alemães de outras escolas suscitou discussões de ordem nacional e racial. Os conflitos internos eram somados às notícias vindas de Moçambique – o avanço da guerra civil, a preocupação com seus parentes e conterrâneos na terra natal e o futuro econômico e profissional incerto que os alunos enfrentariam. Embora as moças

europeias se mostrassem mais ousadas com relação aos moçambicanos, as mulheres moçambicanas eram impedidas pelos seus próprios nacionais de se relacionarem, e muitas, as vindas do norte de Moçambique, eram muçulmanas - o que não impediu que muitas voltassem grávidas.

Destacam-se aqui as emanções dos conflitos provenientes de ressentimento advindo da frustração do desejo sexual e afetivo, como pelo desejo de consumo, por ambas as nacionalidades. As gerações de estudantes iam à Alemanha na mesma faixa etária que as gerações anteriores costumavam ir a trabalho nas minas da África do Sul, uma idade de descobertas, do poder criativo e sexual, que acarreta em decisões que selam o futuro dos indivíduos, como a procriação não planejada, os vínculos matrimoniais e o envolvimento em casos de violência verbal, corporal e material.

Durante a idade adulta, acirraram-se os conflitos com os trabalhadores alemães. O principal motivo era que, como recebiam em divisas¹, os trabalhadores estrangeiros podiam eventualmente trocá-las por moeda estrangeira e, deste modo, ter acesso aos produtos ocidentais, ofertados nas lojas Intershop, os chamados produtos “esquisitos”, no jargão local, que não eram fabricados no território

¹Valutas Mark, “moeda” que poderia ser trocada por outras moedas, possibilidade não fruída pelos alemães-orientais.

socialista. Porém, do salário dos moçambicanos, 40% era retido na fonte, sob a justificativa de que seriam restituídos quando eles voltassem a Moçambique. O valor seria uma previdência para que eles pudessem subsistir nos primeiros anos de regresso e montar seus próprios negócios.

Depois da primeira turma, os grupos seguintes que chegavam à Alemanha eram imediatamente informados de que seriam utilizados como mão de obra em tarefas que os trabalhadores alemães não aceitavam. Ademais, o maquinário socialista era antigo e exigia um número maior de trabalhadores a operá-las. Além dos moçambicanos, a força de trabalho da Alemanha Oriental contou, dentre outras nacionalidades dos outros “países irmãos socialistas”, desde 1960, com poloneses e húngaros e, a partir de 1974, vietnamitas, cubanos e angolanos.

Quando da queda do Muro de Berlim, em 1989, as medidas de expatriação da República Federal Alemã foram unilaterais, ditados por princípios não expurgatórios, mas civil-humanos, em defesa dos imigrantes, que foram imediatamente vítimas de atentados e manifestações xenófobas por parte da população civil alemã. Os contratos de estudo e trabalho, tanto antes quanto após a queda do Muro, selam negociações políticas a fim de resguardar o retorno do

imigrantes a seu país natal. Reenviados ao país natal, apesar da educação internacional e da competência técnica e profissional, os formados da Escola da Amizade não puderam aplicar seus conhecimentos, o país já tinha aderido a uma economia de mercado, neoliberal, e muitos foram incorporados ao *front* da guerra civil.

Palavras finais

A presente análise dos relatos documentais e o cruzamento das informações com diversos autores permitem-nos identificar claramente o caráter ideológico da educação oferecida na Escola da Amizade. Um dos formados, Sergio Clemente Taero, tendo visto que a ideologia e a política estatais de Moçambique tinham mudado nos anos de guerra civil, depois retornado a trabalho à Alemanha, escreve, em seu relato “Ich bin ein Stassfurter” – “Sou um stassfurtiano” - : “*Tornei-me socialista demais para meu país*” (ICMA, 2005).

Os objetivos da construção de identidades estatais, tanto da Alemanha, no caso, a do Leste, e do Moçambique pós-guerra de libertação colonial, possuem muitos pontos em comum que confluíram na chamada Escola da Amizade. Dentre eles, a preocupação em construir um governo dissociado das políticas racistas, pelo lado

alemão, do III Reich, da URSS, e da permanência das políticas imperialistas e neocoloniais, dos russos e dos governos da coalizão dos aliados ocidentais; pelo lado moçambicano, da colonização portuguesa, decorrente da libertação tardia, e da vizinhança com a África do Sul, relativamente independente do Reino Unido desde 1910 e proclamada república em 1961, cujo sistema de segregação racial legalmente institucionalizado (1948) perdurou até 1991.

O sistema de intercâmbio, porém, sofreu diversas críticas, ainda durante sua implantação. Os professores moçambicanos questionavam o sistema de ensino local que não estava em equidade com o alemão para o subsequente nivelamento e que não tinham material didático conveniente, bem como de que os melhores alunos poderiam não querer retornar ao país de origem, principal objetivo de tal intercâmbio pedagógico. Os objetivos econômicos e financeiros da Alemanha Oriental também perduraram nas discussões dos acordos firmados entre as duas repúblicas. A RDA enfrentava o problema interno de a teoria marxista-leninista já não mais responder aos problemas decorrentes da concorrência com a Alemanha do Oeste, naquele momento com uma política de *Welfare State*, e a produção industrial em um país menos estruturado iluminava um caminho de inserção na disputa global por mercados – a produção de divisas a baixo custo -, questões que

podemos relacionar com a atual conformação do sistema mundial de trocas: enquanto as indústrias pesadas são mobilizadas aos países estruturalmente menos industrializados, as repúblicas mais desenvolvidas, herdeiras do passado colonial e neocolonial, mantêm o oligopólio de educação e pesquisa. A indústria, apesar do disseminado discurso de progresso e desenvolvimento social, evolui *vis-à-vis* a colonização cultural e dependência intelectual e técnica, além da temerosa “fuga de cérebros” dos estudantes que, por falta de estrutura tecnológica, informacional e política, não conseguem desenvolver na prática os saberes adquiridos nos países pós-industriais. Apesar da globalidade dos sistemas de produção e consumo, a educação, a pesquisa, a cultura e as artes mantêm os liames coloniais, agora, presentes na vida intelectual e afetiva dos indivíduos afetados por este processo modernizador planejado centralmente.

Embora ideologicamente socialistas, as intenções tanto do governo da SED –Partido Socialista Unificado Alemão (Sozialistische Einheitspartei Deutschlands, em alemão) quanto o da FRELIMO foram de elites, sancionando medidas unilaterais e centradas nas relações comerciais entre os países. Devido à vultosa dívida financeira entre a RPM e a RDA, os constrangimentos se intensificaram quando da queda do muro e das medidas, conservadoras e unilaterais, do processo de

reunificação alemã. Paralelamente, o projeto representou uma estratégia de constituição nacional para ambos partidos com problemas de legitimidade frente à população.

Sendo, a princípio, com fins educativos, os jovens foram enviados basicamente para fins produtivos. O retorno destes estudantes se deu quando eles estavam na faixa etária compreendida entre 18 e 20 anos. A mesma faixa etária em que as gerações anteriores migravam para as minas da África do Sul. Estas experiências análogas assumidas nas suas comunidades, em um processo de adaptação às novas formas econômicas implementadas progressivamente na região, como ritos de passagem – pois era nessas viagens que estes jovens conheciam outros grupos longe dos constrangimentos familiares e tribais, namoravam, engravidavam e casavam – para produzirem divisas suficientes, para quando retornassem à terra natal, era para estes jovens, fator de negociação.

A ida a trabalho na África do Sul, apesar de sofrida, propiciava os recursos necessários ao casamento, compra de gado e prosseguimento das atividades tradicionais, além de escapar ao trabalho escravo imposto pelos portugueses, no qual eram vítimas de maus-tratos, durante o período da administração colonial. Os estudantes enviados à RDA, ao retornarem a Moçambique, encontraram o país em

situação calamitosa, o que dificultou sua reinserção na sociedade natal. A situação dos estudantes retornados piorou quando o patrimônio adquirido na Alemanha se esgotou. Neste momento, estas pessoas foram relegadas à indigência, sendo desprezadas principalmente pela mesma elite governamental que os teria enviado à Alemanha.

Estes estudantes passaram por constrangimentos tanto em sua adaptação em Alemanha quanto ao seu retorno em Moçambique. Apesar de, através da educação e do trabalho, almejarem a instauração do *homem novo*, nunca gozaram plenamente da vida civil em ambas as sociedades. Retornados e “reintegrados”, somando sua interpretação nostálgica do estado-nação a um conjunto de referências trazidas desse país do norte, foram desaparecendo, em decorrência do novo estilo de vida que tiveram que assumir na sua sociedade de origem, destruída pela guerra.

Finalizo com o relato de Adevaldo S. F. Banze (2005):

Ah! Bons tempos passei na Alemanha, um país que me acolheu, deu-me esperanças de uma vida melhor com o trabalho, esperanças essas retiradas todas no meu país porque nem indenizações de um trabalho justo e duro que tive. Apenas desprezo, chamboqueadas e desumanização, sim, porque aqui, sim, nós, os pobres trabalhadores da Alemanha somos e fomos simples escravos dos dirigentes que nos roubaram. A Europa ficou para trás na história de um homem que experimentou a

revolução econômica, na história de um homem que navegou mares de distância para tão longe da sua terra e descobriu a amizade de um povo carismático e trabalhador.

Ah! Tenho certeza, gritam em mim vozes estranhas que falam de regresso, porque o que deixei para trás é uma segunda pátria, a pátria onde minha vida foi feliz com amizade, respeito e dignidade humana. A saudade mora onde há felicidade e a memória sempre guarda um abraço de amizade e amor.

A partir de tal experiência, podemos, talvez, concluir esboçando alguns questionamentos que, embora não sejam novos, poderiam servir para outras reflexões, como por exemplo qual a função da educação e do trabalho na desalienação dos cidadãos e sua indução à participação social, principalmente no concernente ao doutrinamento ideológico? Como perceber quando as ideologias de massa transmutam-se para justificar e legitimar a permanência de grupos no poder? Como negociar as responsabilidades dos jovens decorrentes de decisões unilaterais das cúpulas das gerações anteriores? Como a formação de gerações para os interesses do Estado guarda um vínculo tão estreito com a ideia de progresso social? Acima de tudo, como uma experiência autoritária consegue quebrar laços de confiança, fraternidade e credibilidade nas instituições?

Referências

Abkürzungsverzeichnis: Häufig verwendete Abkürzungen und Begriffe des Ministeriums für Staatsicherheit. Berlin: Der Bundesbeauftragte für die Unterlagen des Staatsicherheit sdienstes der ehemaligen Deutschen Demokratischen Republik: 2007

COLAÇO, J.C. “Trabalho como política em Moçambique do período colonial ao regime socialista”. In FRY, P. (ed.) *Moçambique - ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001 pág. 91-108

DÖRING, H.J. „*Es geht um unsere existenz*“: Die Politik der DDR gegenüber der Dritten Welt am Beispiel von Mosambik und Äthiopien. Links, Berlin, 1999

_____ et RÜCHEL, U. (organização). *Freundschaftsbande und Beziehungskisten*: Die Afrikapolitik der DDR un der BRD gegenüber Mosambik. Impresso em Ljubljana. Brandes & Apsel, Frankfurt am Main, 2005

GUERRA, H. „*Die Buschmenschen kommen!*“: Trabalhadores moçambicanos na Republica Democrática Alemã. 2014. No prelo.

_____. *Do RAND à RDA?: Modernização compulsória e práticas sociais e estratégias de mobilidade social. (Con)textos: revista d'Antropologia i investigació social. Número 3, Barcelona, 2009, pp. 61-83*

ICMA. *Moçambique-Alemanha, Ida e Volta: Vivências dos Moçambicanos antes, durante e depois da estadia na Alemanha. Instituto Cultural Moçambique–Alemanha. Maputo, 2005*

SLOTERDIJK, P. *Zorn und Zeit. Suhrkamp, Frankfurt am Main, 2006*

Artigos

A CONDIÇÃO DA ZONA ATLÂNTICA NA HINTERLAND DE LUANDA, (C.1840-C. 1860).¹

Felipe Pires Vilas Bôas.²

Resumo: Esta composição busca expor a organização sociopolítica da hinterland de Luanda entre as décadas de 1840 e 1860, visando discutir a noção de Zona Atlântica em um contexto de profundas mudanças econômicas e políticas em Angola. Primeiramente, faz-se necessário uma breve explanação sobre a concepção de Zona Atlântica e sua intrínseca relação com a Economia Política Africana, em seguida, cabe a problematização destas concepções e suas interatividades por intermédio de um corpus textual produzido entre 1854 e 1867, intitulado Boletim do Conselho Ultramarino e posteriormente compendiado entre 1867 e 1869, sendo publicado com a designação de Annaes do Conselho Ultramarino (parte não oficial). Pelo exame crítico desta documentação referente a Angola, pretende-se explicitar acerca de mudanças sociais na relação entre africanos e não africanos, especialmente no que compete ao trato entre portugueses e autoridades africanas, objetivando compreender o estado em que se encontrava a Zona Atlântica.

Palavras-chaves: Zona Atlântica; Economia Política Africana; Centralização Política.

Abstract: The composition's aim is to expose the socio political organization of the hinterland of Luanda between the decades of 1840 and 1860, seeking to discuss the notion of Atlantic Zone in a context of major economic and political changes in Angola. First of all, it's necessary to explain the conception of the Atlantic Zone and its intrinsic relationship with the African Political Economy, then, make a problematization of these concepts and its interactivities through a textual corpus produced between 1854 and 1867, named Boletim do Conselho Ultramarino, later epitomized between 1867 and 1869, being published as Annaes do Conselho Ultramarino (parte não oficial). From the critical examination of this documentation

¹ Trata-se de apontamentos que circunscrevem a primeira parte de um trabalho monográfico que se encontra em desenvolvimento na Universidade Federal do Paraná.

² Graduando em História (memória e imagem) pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista/pesquisador pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, desde 2011.

of Angola, it's intended to explicit about social change in the relationship between African and non-African, especially in which competes in the tract between Portuguese and African authorities, in order to understand the current state of the Atlantic Zone.

Key-words: Atlantic Zone, African Political Economy, Political Centralization.

Pelejas bélicas e permutas comerciais: estes eram os pressupostos básicos de interação entre portugueses e comunidades africanas em Angola. Ao intimar-se com as relações comerciais, vislumbra-se, em boa medida, o cenário político da região angolana, como aponta Joseph Miller (1988), quando afirma existir uma mutualidade entre comércio e política em Angola.

Though firearms, liquor, and textiles thus had discernible applications for western central Africans as items of consumption and even for production in the narrow economic sense, their greater appeal lay in the crucial gains they gave their possessors in converting material goods into the fundamental values of the African political economy, into dependents and dependency (MILLER, 1988: 94).

Ao se referir a uma Economia Política Africana, Miller indica que, para além dos fins funcionais das mercadorias externas advindas do comércio com não africanos, havia uma profunda simbologia na aquisição, consumo e exibição dos artefatos. Tais materiais, nas mãos

dos angolanos, ganhavam um status social de distinção interna entre estes, permitiam a reafirmação de laços de dependência e criavam novas formas de submissão e atrelamento, sobretudo quando a moeda de troca por produtos eram seres humanos.

A Economia Política Africana, portanto, estava principalmente vinculada a circulação de pessoas. A troca de produtos por seres humanos legitimava as autoridades africanas devido aos signos culturais³ dos artefatos externos, que só tinham significado quando eram utilizados pela comunidade, ao mesmo tempo em que os mantinham dependentes de um embasamento externo para suas práticas governativas.

Esta circulação de pessoas e acúmulo de produtos corroborava para uma estratificação das estruturas sociais africanas, redefinindo hierarquias e potencializando comunidades em Angola (MILLER, 1988: 72) e na África escravagista como um todo (LOVEJOY, 2002). Afinal, o poder político entre os angolanos não estava presente apenas na posse da terra: fazia-se acima de tudo, pelo domínio das forças produtivas que utilizariam a terra, por intermédio do regime de escravidão doméstica (MEILLASSOUX, 1976: 65-67).

³ As relações entre comércio, política e cultura estão longe de ser uma característica específica da região angolana. Tal interação também pode ser vista em outras partes da África. Como os apontamentos de John Thornton (2004) sobre as regiões Central Ocidental e Ocidental da África. Claude Meillassoux (1995) também argumenta sobre, além de outros autores como Paul Lovejoy (2002) e José Curto (1999).

É consenso entre pesquisadores que o tráfico de escravos exerceu fortes pressões nas estruturas sociais na África por ele afetados direta ou indiretamente, como bem destacam Paul Lovejoy (2002), Joseph Miller (1997) e Claude Meillassoux (1995). Tais pressões de cerne político e comercial transformaram o ambiente angolano, suas sociedades e respectivas chefias, sobretudo na zona falante kikongo⁴ e na bacia do rio Kwanza⁵. Acerca das pressões que o tráfico exerceu sobre as comunidades e suas respectivas chefias ao longo do Kwanza, Miller explicita:

A pressão intensificada da escravização ao longo do Kwanza converteu esses chefes e outros ao estilo militarista dos imbangalas durante final do século XVI. Essa segunda fase de reação à escravidão seguiu-se a escalada de assaltos, quando os exércitos portugueses se juntaram a assaltantes imbangalas depois de 1610 para levar os imigrantes dos baixos rios para os altos vales mais remotos, para os primeiros afloramentos rochosos e para os redutos defensivos básicos cercando os planaltos (MILLER, 1997: 32).

⁴ Língua africana majoritária na região norte de Angola, identificada como referente aos membros da etnia *Kongo*. O *kikongo* também pode aparecer na documentação como língua da *Cabinda*.

⁵ Mais conhecido rio de Angola, o *Kwanza* nasce no *Nano* angolano e segue rumo ao Atlântico, passando por regiões como *Libolo* e *Kisama*. Nos séculos XIX e XX este rio foi explorado para fins colonizadores, devido ao seu leito navegável.

Dessa forma, as pressões exercidas pelo tráfico de escravos fizeram com que os conflitos envolvendo processos escravagistas se tornassem um ciclo que pressionou os sertões angolanos. Principalmente após 1758, quando o comércio com a *hinterland*⁶ foi aberto para qualquer indivíduo metropolitano ou colonial e houve a acentuação da permuta de armas de fogo como moeda de troca por cativos (MILLER, 1997: 32).

Embasado no que M. I. Finley (1968) observa como uma mudança no sentido da escravidão, Paul Lovejoy (2002) aponta que as pressões externas do comércio de cativos levaram a escravidão doméstica de algo incidental para um patamar institucional. A escravidão deixou de ser um aparato social ligado a círculos de poderes políticos para se tornar base da economia africana, deixando em segundo plano a agricultura.

A escravidão, então, é transformada como instituição quando os escravos desempenham um papel essencial na economia. Historicamente isso significou, em primeira

⁶ *Hinterland* ou *hinterlândia* trata-se de uma zona de influências que converge para um os mais pontos litorâneos ou não através de ligações terrestres e viárias. Neste caso, Luanda seria o ponto de convergência que influenciava parte do interior, também referido na documentação pelo termo coevo de Sertão. Impossível definir seguramente a extensão da *hinterland* de Luanda, haja vista que muitas vezes esta zona de influência se fazia de forma não territorial, no entanto, o recorte geográfico no qual o *corpus* documental utilizado centra-se entre os rios *Loje* ao norte, *Kwanza* ao sul e *Kwango* ao leste.

instância, seu papel na agricultura [...] (FINLEY, 1968: 310. Apud. LOVEJOY, 2002: 39).

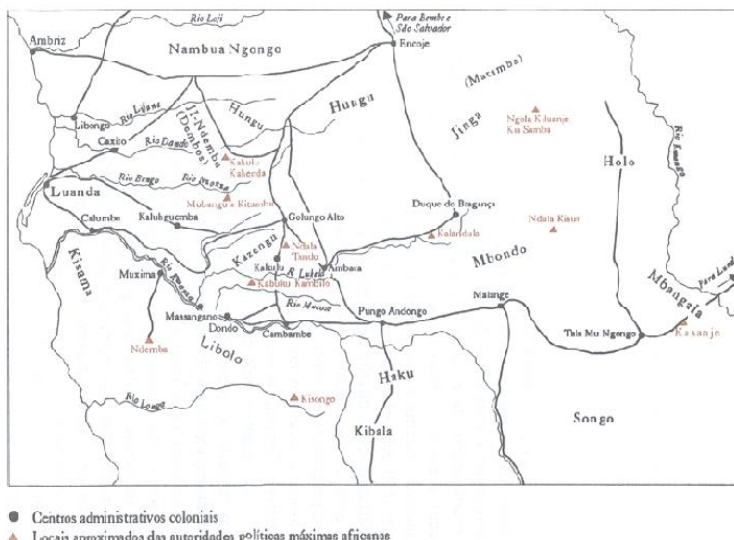
O encontro das forças internas africanas com as externas, sobretudo as europeias, transformou a escravidão em uma instituição básica da formação social africana. As sociedades africanas acabaram por se organizar em torno do comércio de escravos com os europeus, surgiram sociedades burocráticas voltadas quase que exclusivamente para o comércio de escravos (AJAYI, 2010: 907-909). Estas sociedades passaram a viver em constante conflito com seus vizinhos, adquirindo cativos e comerciando com europeus. A escravidão perdia o seu caráter incidental, periférico, para atingir uma institucionalização e ocupar o cerne de inúmeras sociedades africanas (LOVEJOY, 2002: 54-56).

Desta forma, existia uma concomitância entre comércio e conflito bélico. Pode-se observar esta característica na intensa relação entre a cidade de Luanda e as comunidades do Ndongo⁷ (PANTOJA, 2003:190). Conforme os portugueses pressionavam o Ndongo, as sociedades que lá estavam recuavam rumo ao interior até se estabelecerem na região de Matamba⁸, (BIRMINGHAM, 1992: 75-79).

⁷ Neste caso faz referência a uma ampla região localizada além-litoral de Luanda, que se estende até as proximidades do rio *Lukala*. Não obstante, o mesmo termo pode aparecer para designar um sub-grupo *Mbundu* de circulação na região autointitulada.

⁸ Potentado de origem no confronto entre lusos e *Mbundu* durante o século XVII, quando os titulares *Ngola*, sobretudo *Nzinga Mbandi*, foram se afastando do planalto do *Ndongo* até as terras além *Lukala*.

Junto com Kasanje⁹, Ndongo-Matamba¹⁰ se tornou um grande aliado comercial português (LOVEJOY, 2002: 130-131).



Mapa extraído em: DIAS, Jill. *Mudanças nos padrões de poder no hinterland de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c.1845-1920)*. Penélope, n.º14, 1994, p.44.

⁹ *Kasanje*, *Cassanje* ou ainda *Jagado*, foi um grande potentado *Mbangala* ao sul da região de *Matamba*, na conhecida depressão de *Kasaje*, além da escarpa de Luanda. *Kasanje* foi o grande exportador de cativos para as feiras portuguesas, sendo a própria feira de *Kasanje* a maior negociadora de escravos. Muito da vocação escravocrata da região vinha de sua posição estratégica entre a presença lusa e as comunidades *Lunda*.

¹⁰ Os conflitos entre portugueses e *Mbundu* do *Ndongo* ocorriam desde os primeiros contatos no século XVI, no entanto durante o período de *Nzinga Mbandi* e a presença flamenca, os conflitos foram acentuados e *Mbandi* foi recuando até as regiões a leste do rio *Lukala*, estabelecendo o potentado de *Matamba*, também referido como *Ndongo-Matamba*. Para um melhor entendimento desta complexa rede de interesses políticos e comerciais envolvendo *Nzinga Mbandi* ver: GLASGOW, Roy. *Nzinga: Resistência africana à investida do colonialismo português em angola, 1582-1663*. São Paulo, Perspectiva, 1982; PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

Tradicionalmente, desde os primeiros vínculos comerciais em Angola entre portugueses e Mbangalas¹¹ no século XVII (LOVEJOY, 2002: 128-129), as relações ocorriam através de permutas realizadas pelos afro-portugueses e concentravam-se majoritariamente no comércio de cativos, seja por caravanas ou pela política das feiras (MILLER, 1988: 582-583).

Os contratantes – detentores de créditos do litoral – investiam capital em produtos atlânticos desejáveis aos africanos como: tabaco, tecido e álcool. Tais produtos não eram artigos isolados, mas compendiados e levados ao interior por afro-portugueses, salvo algumas exceções de comitentes – pequenos comerciantes litorâneos que se arriscavam no interior (FERREIRA, 1997: 80). Uma vez que os banzos¹² ou fazendas se encontravam nos sertões de Angola, eram distribuídas às autoridades africanas na compra de cativos ou levadas às feiras na quais os cativos eram comerciados. Ou seja, o comércio de

¹¹ Sociedade angolana que surgiu através da fragmentação de títulos de poder de *Kinguri Lunda* e da apropriação de estruturas militares do *kulembe*, o tradicional *kilombo* dos *Ovimbundu*. O vocábulo *Mbangala* é uma adaptação do termo *umbundu* – *vangala* (valente). Os *Mbangala* foram os primeiros da região ao sul dos *Kongo* a estabelecer laços comerciais com os lusos no início do século XVII. O termo *Mbangala* pode aparecer também com a grafia *imbangala*. Para maiores detalhes sobre este grupo, consultar: MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: AHN, 1995.

¹² Também conhecido como fazenda, os *banzos* eram compêndios de produtos voltados ao comércio de escravos como tecidos, geribita e tabaco. Agiam como semi moeda de troca nos sertões de Angola.

cativos era uma atividade de alto risco, haja vista a não garantia de retorno dos bens, no entanto, extremamente valorosa se bem fadada (FERREIRA, 1997: 81-82).

Até o início do século XIX a política das feiras ainda era atuante dentro da lógica comercial de Angola, sobretudo na hinterlândia de Luanda. As feiras eram organizadas em torno dos presídios e ali eram comercializados produtos sob a jurisdição portuguesa, especialmente o comércio de cativos (FERREIRA, 1997: 78).

A organização do comércio em feiras foi uma tentativa lusa de diminuir a presença afro-portuguesa no trato do comércio. A partir da segunda metade do século XVII, observam-se conflitos entre interesses de portugueses, brasileiros e afro-portugueses (CURTO, 1999: 69-70). Estas tensões ocorreram pelo fato da presença brasileira e afro-portuguesa gerar grande concorrência para com os lusos, colocando os comerciantes, traficantes, contratantes e comitentes portugueses em situação de desvantagem comercial em determinados casos (MILLER, 1999).

A partir de 1810, com a paulatina queda do comércio de escravos de Angola para o Brasil – em vistas do século XVIII – o tráfico de escravos se voltou às regiões fora dos núcleos de Luanda e Benguela (FERREIRA, 1997: 78), sendo que em Luanda produtos como marfim e cera passaram a ganhar mais espaço (VENÂNCIO,

1996: 146-147). No decorrer do século XIX, principalmente no período da ilegalidade do tráfico, as regiões do Ambriz¹³ e Cabinda¹⁴, tornaram-se polo do tráfico ilegal e entrada principal de produtos franceses e ingleses contrabandeados (FERREIRA, 1999: 147).

A mudança de destino de mercadorias – sobretudo os cativos – implicou em alterações no trato do comércio. A política das feiras perdia espaço para os antigos libandos¹⁵ e as milongas¹⁶, que foram os primeiros mecanismos conhecidos de escoamento comercial na região (FERREIRA, 1997: 78-79).

O governo de Luanda visando maximizar os lucros do comércio na hinterland e fortalecer os comitentes da cidade reestruturou a política das feiras a partir de 1839, sobretudo nas feiras do Ndong, Beja, Lukamba¹⁷ e nos arredores do presídio de Mbaka¹⁸ (FERREIRA,

¹³ Região litorânea de Angola entre os rios *Loge* e *Dande*. Com uma presença lusa inexpressiva, esta região majoritariamente *Kongo*, foi o destino de muitos embarques de mercadorias ilegais, sobretudo os de cativos comprados por ingleses e franceses.

¹⁴ Região litorânea na bacia do rio *Zaire*. Assim como o *Ambriz*, *Cabinda* tem importante papel no comércio ilegal, no entanto, a presença lusa, ainda que tímida, era superior nesta localidade no que em *Ambriz*.

¹⁵ Faz referência a uma caravana comercial hidrográfica.

¹⁶ Faz referência a uma caravana comercial terrestre. O termo milonga(s) pode também fazer referência a ervas medicinais ou a preparados de cura espiritual e clínica.

¹⁷ *Ndong*, *Beja* e *Lukamba* eram feiras localizadas na região falante *Kimbundu*, no planalto do *Ndong*.

¹⁸ Assim como as feiras acima, *Mbaka* também se localizava – e ainda se localiza – na região do *Ndong*, no entanto, *Mbaka* ou *Ambaca*, foi a região pré-colonial e colonial

1997: 79). Em meados do século XIX, caravanas e feiras ainda são os principais mecanismos de trato comercial, não obstante, observa-se um movimento tímido do comércio monetarizado nas regiões de Mbaka e Npungu Ndongo.¹⁹ Além disso, as caravanas passaram cada vez mais a serem geridas pelas chefias africanas Mbundu²⁰ (FERREIRA, 1997: 90), que acabam por controlar as rotas interioranas (VELLUT, 2010).

Práticas comerciais e políticas estão profundamente conectadas em Angola. Quando o trato comercial se alterava, não ocorria apenas uma mudança econômica, mas também política. O cenário angolano de meados do XIX é marcado por mudanças nos aspectos econômicos e políticos. Com a queda do tráfico legal, o pequeno aparelho colonial estatal português em construto em Angola – nos termos de Michel

de Angola mais influenciada pela presença lusa, fazendo ali florescer uma cultura mestiça e aportuguesada mais marcante do que nas demais regiões de Angola.

¹⁹ Também grafado como *Pungo Andongo*, localizava-se entre *Mbaka* e *Malange*, ao sul do rio *Lukala*, e a norte do *Kwanza*. Ainda sobre esta região, João Guilherme Pereira Barbosa, em relato de viagem datado de 1847, afirma já existir uma tímida circulação de moedas fracas nas trocas com os sobados locais. Para mais informações ver: Angola, Cazengo: descrição d'este districto feita pelo Sr. João Guilherme Pereira Barbosa, e pedida pelo Sr. João de Roboredo – 20 de junho de 1847. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

²⁰ Macro-grupo localizado nas regiões da bacia do *Kwanza*, no planalto do *Ndongo* e regiões circunvizinhas em menor número como no *Libolo*. Os *Mbundu* são desde os séculos antes da chegada portuguesa o grupo predominante no que se entende por *hinterland* de Luanda, sendo, portanto que, as referências aqui as chefias africanas serão sempre visando contemplar este grupo, que a partir do século XVII sofreu forte influência dos *Mbangala*. A autoridade central dos *Mbundu* era referida pelos portugueses como *Soba*.

Cahen (2005), buscou alternativas legais como cera e marfim, sobretudo após o fim do monopólio sobre a cera nos anos 1830 (DIAS, 1994: 50). Para recolha de tais produtos, fazia-se necessário a existência de abundante mão-de-obra, o que fomentaria a partir da década de 1840, uma repressão interna ao tráfico de escravos e consequentemente um crescimento das relações de escravidão na região (FERREIRA, 1999: 156).

Entendendo comércio e política como elementos em constante diálogo, volta-se o olhar para o corpus documental de textos acerca de Angola, publicados nos Annaes do Conselho Ultramarino. Nota-se nesta documentação determinadas recorrências que vão além da organização textual do relato²¹, indicam posturas discursivas que levam a questionamentos sobre o estado da estrutura e relações políticas e sociais estabelecidas em Angola em meados do século XIX. Da mesma forma, o silêncio das fontes em relação a determinados assuntos e grupamentos também abrem caminho para uma série de reflexões.

²¹ Quantidade significativa dos relatos apresenta um aspecto construtivo semelhante. Pode-se dizer quando o relato trata-se de uma expedição, sua estrutura ou é por dias e seus respectivos acontecimentos ou por um texto introdutório, uma descrição da paisagem, um campo reservado aos usos e costumes dos *indígenas* e por fim um fechamento, em geral, no destino final da viagem. Quando o relato é encomendado por algum chefe de distrito para fins de levantamento, a escrita tende a ser mais detalhista, com o intuito de escutar não apenas os mecanismos lusos no sertão, mas também os dos africanos relatados, sendo que a presença de comentários do próprio autor é mais abundante do que quando se trata de uma expedição.

Uma das características discursivas que mais predomina é a da fragilidade física da presença portuguesa para além dos núcleos de Luanda e Benguela. Em 1855, João Francisco Régio Lima, destacava que na recém-criada Moçamendes havia dificuldades no estabelecimento das edificações lusas, muito devido à carência de mão-de-obra qualificada à construção civil e a falta de materiais construtivos. Em 1858, João Baptista de Andrade, Governador do Ambriz, chamava a atenção para as ruínas do Encoge²², afirmando que “Em geral, tudo necessita de muitos concertos” (João Baptista de Andrade, 1858: 514). A menção a falta de recursos materiais e humanos foi vista pouco mais de uma década antes, quando em 1844, José Joaquim Lopes de Lima já frisava a fragilidade portuguesa na região de Pungo Andongo.

Há n'aquelle presídio uma falta absoluta de officios mechanicos; não há quem serre uma taboa, quem faça uma panella, etc., etc., de maneira que se acha despresado e em abandono o melhor local de todas as nossas possessões africanas. Quanto seriam felizes milhares de portuguezes se fossem empregar alli seus braços!!! A natureza os recompensaria de seus trabalhos e viveriam satisfeitos. O presídio tem bastantes casas de pedra e cal, e muitas cubatas (cabanas de pretos); porém alli não havia um medico, nem um cirurgião, nem um botica, objectos de primeira necessidades. Promover estas commodidades será um serviço feito á humanidade, e um acto de justiça e

²² Região ao norte de *Cazengo*, a leste da costa norte de Luanda, *Ambriz*.

de beneficencia. (José Joaquim Lopes de Lima, 1844: 138).

Em 1846, J. B. de Sampaio, Alferes Ajudante d'Ordens do Governador Pedro Alexandrino da Cunha, frisava o estado de ruína das edificações lusas nas regiões de Muxima e Massangano. Segundo o Alferes, havia um motivo para além da falta de matérias e mão-de-obra: a má administração era o grande responsável pelo estado de abandono. Em seguida, de Sampaio aponta que no passado, as edificações encontravam-se em melhores condições.

No mesmo ano do relato de J. B. de Sampaio, Manoel Alves de Castro Francina, chamava a atenção para o decrépito estado da presença lusa no sertão angolano, mais especificamente na hinterland de Luanda. Assim como João Lima, Francina apontou a escassez de materiais e mão-de-obra como motivadores de um fracasso da materialidade construtiva da presença portuguesa. Não obstante, Francina indicou que a situação decrépita do sertão em seu tempo não era conhecida durante a segunda metade do século XVIII. O que Francina fez foi apontar problemas administrativos em Angola, sobretudo nos sertões. Assim como de Sampaio, Francina mostrou um saudosismo a Angola setecentista. Sobre Muxima, Francina escreveu:

Hoje póde dizer-se que está quase abandonado, ou pelo menos maltratado, sendo aliás um rico ponto de defeza,

quando guarnecido; a calçada e a praça do forte achei-a com bastante capim:[...] (Manoel Alves de Castro Francina, 1847: 445).

Em 1847, em relato de viagem de Luanda até o Cazengo, o mesmo Francina enfatizava sua posição anterior e indicava, assim como João Lima, que a boa vontade dos administradores dos sertões são a única responsável pelo singelo desenvolvimento da presença portuguesa.

Outras regiões de Angola como: Pungo Andongo, Duque de Bragança, Huíla, Golungo Alto, Caconda e Massangano, também aparecem nos textos com a característica de declínio da presença portuguesa, seja através de edificações ou da presença humana. A queixa comum acerca da mão-de-obra e dos recursos iam desde as plantações de Bernadino Freire de Figueredo Abreu e Castro, em Moçamendes, que reclava em 1854 da falta de recursos para a construção de prédios e estruturas para a sua lavoura açucareira, até as queixas lamuriosas de Sebastião de Almeida Saldanha da Fonseca, que em 1847 indicava a fragilidade das construções no Dondo.

A recorrência desta fragilidade portuguesa nos sertões pode indicar de imediato um conflito político entre as elites metropolitanas e coloniais, no que compele a distribuição de recursos financeiros (TORRES, 1991: 34-35). Tal peleja, passava de certa forma pelo crivo

do discurso colonialista, que dividia opiniões em Portugal sobre quais as vantagens da ocupação efetiva da África (MARQUES, 1999: 361-362).

Não obstante, além de apontar um confronto externo que excede o território angolano, perpetrado por um discurso liberal comum entre as elites portuguesas oitocentistas (MARQUES, 1999), as observações sobre a fragilidade da presença lusa apontam para relações de sociabilidades em reconfiguração em Angola no século XIX, especialmente em relação às chefias africanas e portuguesas.

Nas relações entre portugueses e autoridades africanas em Angola, observamos condicionantes que apontam para um quadro de intensas trocas sociais, comerciais e consequentemente políticas entre estes e indivíduos mestiços. Este ambiente de cultura crioula é apontado por Joseph Miller (1983) como Zona Atlântica, noção no qual o comércio exercia funções mais que econômicas, mas também políticas.

Trading diaspora arose still later to draw slaves from within a consolidated "Atlantic zone" where commerce had supplemented the more "political" or "social" relations common on the inland side of the slaving frontier (MILLER, 1988: 242).

Em Angola – sobretudo nas regiões de contato mais contínuo – estas características que montam a estruturas mestiças são marcantes

como nos sistemas de créditos das “senhoras mestiças de Luanda”, na cultura e resignificação da língua portuguesa e nas relações políticas e comerciais nos sertões (FERREIRA, 1997).

O relato anteriormente referido de Manoel Alves de Castro Francina, datado de 1846, revela aspectos bastante concisos sobre a presença lusa no sertão angolano, sobretudo no que compete aos redutos de cultura mestiça, que são de grande valia para compreender as transformações sociais durante o século XIX.

O Alferes Francina se refere à região de Mbaka como reduto de decadência da presença portuguesa em seu tempo, fazendo alusões a um saudosismo da Angola dos tempos de D. Sousa Coutinho. Esta decadência do estado português pode ser vista não apenas na falta de recursos humanos, mas no decrépito estado das construções e na crescente influência de camundelles no trato do comércio.

Estes camundelles – como eram chamados os indígenas²³ que se autointitulavam brancos, segundo o Alferes – ganharam espaço político e comercial em Mbaka devido ao contato mais estreito com os lusos – especialmente nas trocas comerciais – recusando submeter-se ao serviço de carregadores e gerando atrito com relação ao recrutamento de mão-de-obra, que no século XIX, foi a principal forma de condução de mercadorias rumo ao litoral. Ao mesmo tempo em que critica a

²³ O termo indígena foi o escolhido por Francina para classificar estes indivíduos.

postura dos camundelles no comércio e nas suas atitudes de meirinho – cobrando tributo dos locais para seu próprio sustento – Francina aponta as boas relações e governança das chefias de Mbaka para com os lusos.

Para Francina, os ambaquistas são os mais prósperos entre os angolanos – muito devido a sua assimilação parcial da cultura lusa, como se observa na criação de arquivos, aceitação do português e hábitos culturais marcadamente lusos. Com relação às chefias, aponta que são leais e prestativos aqueles que mantêm uma agricultura de qualidade e oferecem serviços, como no caso do recrutamento de carregadores, feito diretamente pelas chefias em um ato de dever para com a política lusa. Observa-se neste ponto, uma mescla de características pré-coloniais no que compele a subjugação de sociedades ao trabalho e de novas formas sociais, referindo-se a chefia africana como um agente interlocutor entre africanos e portugueses.

Estes apontamentos de Francina nos levam a reflexão sobre quem estava subordinado politicamente: as sociedades da região de Mbaka como um todo ou apenas as chefias locais? Levando em consideração que as observações de Francina aparecem em outros relatos e textos sobre a região de variados viajantes, tende-se a apontar que o controle português na região faz-se de forma indireta, com o domínio político das chefias, que eventualmente, enfrentam intempéries na hierarquia social, como no caso dos camundelles, que se entendem

como independentes tanto dos chefes como dos portugueses, mas se mantém inseridos em uma lógica de diálogo nesta sociedade.

Segundo Jill Dias (1994) os camundelles ou ainda moradores, eram um grupo muito vasto, composto desde africanos até mestiços. Estes indivíduos agiam independentes da presença portuguesa e da tutela das chefias, movimentando o comércio e tencionando as relações sociais, sobretudo no que compele o trato comercial, no qual atuavam muitas vezes como intermediários, alavancando os preços (DIAS, 1994: 51-52).

Enquanto a relação de autoafirmação dos camundelles expõe um fenômeno de diálogo cultural (FERREIRA, 2006), a decadência do estado luso exhibe a soberania dos locais, criando um ambiente onde a ideia de Zona Atlântica está em processo de bancarrota ou de reestruturação. É difícil apontar com certeza a origem destas mutações, mas uma possibilidade para estas tensões na hinterland de Luanda pode ser entendida melhor pelo estudo das transformações das formas de comércio e trabalho na região de Angola após a ascensão do trabalho livre e do comércio legítimo de produtos para além do tráfico.

Roquinaldo Ferreira (1997) sustenta que as redes do tráfico e o sistema de crédito dos sertões, corroboraram para um comércio legítimo de produtos para além do tráfico precoce em Angola, fazendo com que o trabalho livre ascendesse na região em paralelo a filões de escravidão.

Se avaliarmos o cenário descrito por Francina, observamos certa precocidade nas relações de trabalho livre e de comércio nesta região, com o cultivo de produtos agrícolas para exportação e a respectiva remuneração do trabalho aos indígenas, como afirma Francina: que os ambaquistas recebem do chefe distrital 1\$000 de réis mensalmente para a manutenção das dependências administrativas da autoridade portuguesa e para o cultivo da roça.

Francina nos revela um universo em mutação, não apenas nos seus aspectos visuais e paisagísticos, mas também no que compele a organização e reconhecimento de jurisprudência entre portugueses, africanos e mestiços. Até meados do século XIX, a ideia de controle sobre as chefias não era recorrente entre os portugueses, que mantinham contato muito mais com as autoridades paralelas circunscritas às comunidades, no caso dos Mbundu, os makota²⁴ eram a conexão entre chefes e portugueses. ²⁵De certa forma, o que ocorria eram alianças frágeis que visavam à manutenção de um ambiente sereno e de tratamento equânime para o desenvolvimento do comércio (LIMA; BENTHIEN, 2008).

²⁴ Os *makota* eram um grupo bastante significativo dentro das comunidades *Mbundu*, principalmente ao norte do Kwanza. Para adquirir o estatuto de *kota* era preciso ser um *lemba* – homem mais velho de uma linhagem de preponderância de prole feminina. Os *Lemba/Kota* compunham o conselho de apoio aos *Sobas* – os chefes das comunidades. Tradicionalmente eram os *makota* que negociavam com os lusos durante os séculos XVII e XVIII.

²⁵

A pergunta inicial sobre quem controlava quem, pode ser entendida também como uma indagação acerca de qual o estado da hinterland de Luanda em meados do século XIX? Um reduto crioulo marcado e inserido plenamente na Zona Atlântica, uma região de soberania africana ou ainda uma região marcada pelo crescente domínio português sobre as autoridades locais?

Entre as décadas de 1840 e 1860, não foram poucas as investidas portuguesas sobre as comunidades Mbundu (TORRES, 1991), com o intuito de estabelecer uma política de indirect rule²⁶ sobre as comunidades Mbundu. Da mesma forma, as chefias aglutinavam uma série de novos papéis políticos, sobretudo no que compele ao controle das rotas do interior (VELLUT, 2010), atuante diretamente na valoração e escoamento de mercadorias (FERREIRA, 1997: 90). Desta maneira, houve um incentivo a fragmentação política dos grandes potentados regionais, como a autoridade dos Jagas de Kasanje (DIAS, 1994: 51-52) ou ainda Ndala Tando, entre Golungo Alto e Mbaka, sendo que ao mesmo tempo, as pequenas comunidades resultantes deste processo adquiriram características centralizadas ao redor dos chefes.

²⁶ O *indirect rule*, é concebido como um governo indireto, ou seja, um elemento político externo não possui o domínio sobre a sociedade em si, mas detém influência ou ainda controle sobre suas estruturas e figuras de representação política. No caso da Província de Angola, os portugueses exerceram forte influência sobre os pequenos chefes durante meados do século XIX. Esta forma de político opressora fora largamente utilizada pelos britânicos na África e Ásia durante os séculos XIX e parte do XX.

Além do crescimento político das chefias devido aos incrementos comerciais e o ativo controle das rotas interioranas, pode-se aferir que o silêncio das fontes com relação aos makota e o reaparecimento de um antigo comércio interno de sal, ferro, alimentos e carnes (DIAS, 1994: 55-56), reavivou o poder das chefias, que monopolizavam o quanto podiam a circulação destes produtos. Outro índice que remete a uma centralização pode ser visto no contato direto entre portugueses e autoridades, cada vez mais comum e dotado de reconhecimento mútuo de poderes, sendo inclusive incentivado a Sobas de maior poder político, submeter os demais em prol do livre comércio, criando um misto de concepções típicas do século XVIII e novas formas de relacionamento de meados do XIX, muito calcadas na mestiçagem cultural, ao mesmo tempo em que se buscava diminuir a participação dos moradores ou *cammundelles* no comércio e consequentemente na política. Tais elementos difusos podem ser observados quando Francina se refere ao Soba Bango e sua expressão política.

“[...] a banza do Soba Bango, singular entre os mais Sobas em todo o seu tratamento, dignidade, e forma de governo – a sua casa é grande, e maior que a de alguns Chefes, que tenho visto; em circulo da banza tem, segundo fui informado pelo Chefe, 780 fogos, e na verdade é bem de acreditar, porque se vêem mui grande numero de pequenas cubatas, e todos lhe rendem cega obediencia.

Este Soba é casado, e traz a mulher de vestido, e bem trajada. Elle tem tanta força phyzica, e moral sobre os seus subordinados, que a exceção do Dembo Caboco de Cambembe, é o único que apresenta carregadores, sem que seja preciso mandar-lhes encarregado para os tirar por meio de amarrações, porque não admite em suas terras Camundelles [...] (Manoel Alves de Castro Francina, 1846: 14).

Mesmo com uma maior presença lusa entre os anos de 1840 e 1860, não se observa uma submissão plena dos Mbundu, haja vista que a vasta gama de medidas lusas não afetou profundamente a organização dos Mbundu a ponto de se submeterem plenamente ao controle de cunho colonizador de Luanda, como se observa no fracasso da política agrícola de produção dos sobados neste mesmo período (DIAS, 1998: 455). Será apenas no último quartel do século XIX que as investidas portuguesas passam a ganhar espaço político e aos poucos retirar a autonomia das autoridades Mbundu (DIAS, 1994). A expedição política-comercial de Capelo e Ivens em 1877 contrasta muito com as investidas de meados do século XIX, extremamente tímidas, comparado a esta (TORRES, 1991: 52).

Difícil apontar o estado em que se encontrava a Zona Atlântica apenas com o material empírico aqui analisado, mas é visível que em meados do século XIX observam-se mudanças e permanências sociopolíticas coexistindo em um ambiente cada vez mais dinamizado

internamente, devido à reestruturação das rotas nas mãos das chefias e da constante interferência dos lusos, gerando atritos políticos, que ficam mais evidentes quando mestiços acabam por interagir na organização do trato político entre portugueses e autoridades africanas, dificultando a lógica do indirect rule para os lusos e diminuindo o controle das chefias sobre o comércio no interior.

Referências

Fontes

De Loanda ao districto de Ambaca, 22 de junho de 1846, por Manoel Alves de Castro Francina. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Sobre o sertão de Cassanje, 20 de abril de 1853, Francisco de Salles Ferreira, Major de Infantaria. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Viagem feita de Loanda com destino as cabeceiras do rio Sena, ou aonde for mais conveniente no interior do continente. De que as tribus são senhores, principiadas em 24 de abril de 1843, 23 de fevereiro de

1846, por Joaquim Rodrigues da Graça. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Exploração do rio Quanza, 10 de agosto de 1857, Segundo o Tenente José Joaquim Borja de Moraes e João Climaco de Carvalho. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Viagem ao Cazemgo pelo Quanza, e regresso por terra, 6 de fevereiro de 1847, pelo Srº Manoel Alves de Castro Francina. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Angola, Cazengo: descrição d'este districto feita pelo Srº João Guilherme Pereira Barbosa, e pedida pelo Srº João de Roboredo, 20 de junho de 1847. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Relação de uma jornada de Loanda ao presídio de Pungo Andongo, província de Angole no anno de 1847, 27 de outubro de 1847, pelo Srº Sebastião de Almeida Saldanha da Fonseca. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

De uma viagem do Bembe ao Encoge, 6 de julho de 1858, pelo Srº João Baptista de Andrade, Governador do Ambriz. In: Annaes do Conselho Ultramarino, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Diário de viagem para São José de Encoge, dezembro de 1854, por Francisco de Salles Ferreira. In: Annaes do Conselho Ultramarino, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Jornada de Loanda para Muxima, 17 de dezembro de 1846, pelo Alferes J. B. de -Sampaio. In: Annaes do Conselho Ultramarino, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Presídio Duque de Bragança, 17 de janeiro de 1848, por Vicente José Duarte. In: Annaes do Conselho Ultramarino, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Distrito de Ambaca, 18 de fevereiro de 1848, por Oliveira Chaves. In: Annaes do Conselho Ultramarino, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Presídio de Pungo Andongo, vulgarmente chamado de Pedras Negras, 1844, por José Joaquim Lopes de Lima. In: Annaes do Conselho Ultramarino, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Distrito de Massangano, 7 de Dezembro de 1847, Tenente Comandante Alexandre Thomaz de Moraes Sarmiento. In: Annaes do Conselho Ultramarino, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Estado do Districto, 7 de outubro de 1861, por João Jacinto Tavares, Tenente-Coronel e Governador interino. In: Annaes do Conselho Ultramarino, Tomo III (Janeiro de 1862 a Dezembro de 1862). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Notas diversas; guerra de Cassage. In: Annaes do Conselho Ultramarino, Tomo III (Janeiro de 1862 a Dezembro de 1862). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Bibliografia

ADE AJAYI, J. F. Conclusão: a África as vésperas da conquista europeia. In: *História Geral da África, VI: África do século XIX a década de 1880* / editado por J. F. Ade Ajayi – Brasília: UNESCO, 2010.

BIRMINGHAM, David. *A África central até 1870*. Luanda: ENDIPU/UEE, 1992.

CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular. In: *Africa studia*, nº 8, 2005, FLUP, p. 39-67.

CURTO, José. Vinho verso cachaça: a luta luso-brasileira pelo comércio de álcool e de escravos em Luanda, c.1648-1703. In: *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. PANTOJA, Selma e SARAIVA, J. F. S. (orgs). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, p. 69-97.

DIAS, Jill. Mudanças nos padrões de poder no hinterland de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c.1845-1920). *Penélope*, nº14, 1994, p. 43-91.

_____. Angola. In: *Nova história da expansão portuguesa, volume X, O império africano (1825-1890)*. Direcção: Joel Serrão e A. H. de Oliveira, (coor) Valentin Alexandre e Jill Dias. Lisboa: Estampa, 1998.

FERREIRA, R. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. In: *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. PANTOJA, Selma

e SARAIVA, J. F. S. (orgs). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.

_____. Fazendas em troca de escravos: circuitos de créditos nos sertões de Angola, 1830-1860. *Estudos Afro-Asiáticos*, 32, dez, 1997, p. 75-96.

FINLEY, M. I. Slavery. *International Encyclopedia of the Social Sciences*, 14, 1968: 307-13.

GLASGOW, Roy. *Nzinga: Resistência africana à investida do colonialismo português em angola, 1582-1663*. São Paulo, Perspectiva, 1982.

LIMA, Carlos A. M.; BENTHIEN, R. F. Exigir prudência e bom governo: diálogos entre antigos e modernos com base no pensamento político nos ibéricos. In: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S.; SILVA, L. G. *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 163-181.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS, 1999.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1995.

_____. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1976.

MILLER, Joseph, C. Angola central e sul por volta de 1840. *Estudos Afro-Asiáticos*, 32, dez, 1997, p. 7-54.

_____. The paradoxes of impoverishment in the Atlantic zone, In: *David Birmingham and Phyllis Martin* (eds.), *History of Central Africa*. London and New York 1983, II, pp. 118-159.

_____. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. PANTOJA, Selma e SARAIVA, J. F. S. (orgs). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, p. 11-68.

_____. *Way of death: Merchant capitalism and the Angola slave trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

_____. MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: AHN, 1995.

PANTOJA, Selma. *O litoral angolano nas vésperas da independência do Brasil*. Textos de história, vol. 11, nº ½, 2003, p. 187-215.

_____. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Trad. Marisa Rocha Morta; Coord. editorial Mary del Priore; Rio de Janeiro, Editora Campus / Elsevier, 2004,

TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

VELLUT, Jean-Luc. A bacia do Congo-Angola. In: *História Geral da África, VI: África do século XIX a década de 1880* / editado por J. F. Ade Ajayi – Brasília: UNESCO, 2010.

VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa: Estampa, 1996.

**JULIO VERNE E A VOLT AO MUNDO EM OITENTA DIAS.
UMA REFLEXÃO SOBRE O ORIENTALISMO NA
LITERATURA OITOCENTISTA.**

Eduardo José de Araújo

Maybel Sulamita

Willian Funke

Resumo: Partindo do pressuposto de que a história como conhecimento é uma representação do passado, e que toda fonte documental que produz esse conhecimento também é, procuraremos apresentar aqui algumas reflexões acerca das relações estabelecidas entre a história e a literatura e sobre a utilização de fontes literárias na pesquisa histórica. Nesse sentido, inserimos a obra de Júlio Verne “A Volta ao Mundo em 80 dias” buscando um panorama histórico influenciado pelo século XIX, a história de uma dupla de europeus que faz uma viagem ao redor do globo correndo contra o tempo. Podemos perceber um convite a desbravar terras desconhecidas ou uma apologia ao desenvolvimento técnico e, observamos a representação do período, que inclui o Imperialismo e o Eurocentrismo, analisando conceitos sobre o tema, percebemos discursos de superioridade justificadores de algumas atitudes e as incorporações do outro enquanto inferior.

Palavras-chaves: Imperialismo; Literatura; Julio Verne.

Abstract: Assuming that history as knowledge is a representation of the past and all documented source that produces this knowledge is also, through this study will try to present some reflections on the relations between history and literature and the use of literary sources in historical research. In this sense, the work of Jules Vernes Around the World in 80 days is a story influenced for nineteenth century, it is the story of an adventure about two mens, passing through various difficulties, making a trip to around the globe, racing against time, we can see an invitation to brave unknown lands or an apology for technical development. In this work of Jules Verne, can be see a representation of your period, which - among other things - include Imperialism and Eurocentrism, to analyze concepts pertaining to this issue, it is possible to realize discourses of superiority by which to justify attitudes and the incorporation of other lower settings.

Keys-words: Imperialism, Literature, Jules Verne.

“Tudo que uma pessoa pode imaginar, outras podem tornar real.” Julio Verne

Introdução

Ao lermos o livro “A Volta ao Mundo em 80 dias” podemos ter diversas impressões. Lendo apenas por mera diversão teremos uma aventura de uma dupla dinâmica, que passando pelas mais variadas dificuldades, faz uma viagem ao redor do globo correndo contra o tempo, ou a favor, dependendo do ponto de vista. Lendo como alguém do século XIX, podemos ver a obra como um convite a desbravar terras desconhecidas ou uma apologia ao desenvolvimento técnico. Como estudantes de história do presente, vemos nesse livro de Júlio Verne a representação de seu período, que - entre outras coisas - inclui o Imperialismo.

Vemos o Imperialismo em alguns aspectos, destacando os discursos de superioridade pelo qual se justificam algumas atitudes e se incorpora o “outro” enquanto inferior. Não se esquecendo do avanço tecnológico, mote do livro e que também pode ser lido de modo a corroborar nossa interpretação, além da burocracia, que também tem papel importante na trama.

Na sequência apresentamos uma breve discussão sobre o uso de literatura como fonte histórica. Passamos para algumas informações e reflexões sobre a vida do autor. Chegando então à discussão da problemática proposta. Encerrando com algumas considerações à guiza de conclusão.

Literatura e História

Partindo do pressuposto de que a história como conhecimento é uma representação do passado e que toda fonte documental que produz esse conhecimento também o é, procuraremos apresentar aqui algumas reflexões acerca das relações estabelecidas entre a história e a literatura sobre a utilização de emprego das fontes literárias na pesquisa histórica. Em diversos estudos atuais, percebemos a ligação do estudo historiográfico em paralelo com obras literárias como fontes, mas antes de uma simples abordagem há que se reforçar a própria obra como uma precursora de algo em si mesmo, implicada em seu momento de produção e sua transmissão de ideias.

A recepção de uma obra é particular, ou nas palavras de Chartier:

(...) devemos romper com a atitude espontânea que supõe que todos os textos, todas as obras, todos os gêneros, foram compostos, publicados, lidos e recebidos segundo

os critérios que caracterizam nossa própria relação com o escrito¹.

Identificar o contexto e também relacionar a obra com discussões pertinentes do presente se mostra como uma tarefa, pois vários elementos construtivos que formam um todo, ou seja, o contexto social, moral e político estão inseridos de maneira intrínseca, a partir destes pontos podemos chegar ao seu foco.

Assim a literatura, como testemunho histórico, é fruto de um processo social e apresenta propriedades específicas que precisam ser interrogadas. Resta a nós descobrir, ponderar e detalhar sobre as condições de sua produção².

Júlio Verne e sua obra

Júlio Verne nasceu em Nantes (1828 -1905), filho mais velho dos cinco filhos de Pierre Verne, advogado, e Sophie Allote de la Fuÿe. Sua adolescência transcorreu entre contínuos choques com o pai, para quem os desejos exploratórios e literários de Júlio pareciam totalmente ridículos. Quando adulto conseguiu mudar-se para Paris onde entrou em

¹ CHARTIER, Roger. *Literatura e História*. Conferência proferida em 5 de novembro de 1999, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, que abriu o debate que se segue com João Adolfo Hansen. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_debate01.pdf pg. 197

² BORGES, Valdeci Rezende. “História e Literatura: Algumas Considerações”. *Revista de Teoria da História* Ano 1, Número 3, junho/ 2010. pg. 103

contato com os mais prestigiados literatos da época, como por exemplo, Alexandre Dumas. Em 1850 concluiu seus estudos jurídicos e, apesar da insistência do pai para que voltasse a Nantes, resistiu firmemente na decisão de tornar-se um profissional das letras. Durante essa época que Verne, influenciado pelas conquistas científicas e técnicas da época, decidiu criar uma literatura adaptada à idade científica. Assim, vertendo todos estes conhecimentos em relatos épicos, enaltecendo o gênio e a fortaleza do homem em sua luta por dominar e transformar a natureza seguiu o conselho de um amigo, o editor P. J. Hetzel, que seria seu editor *in eternum*, e converteu um relato descritivo da África na obra *Cinco semanas em um balão* (1863), obtendo êxito imediato. Firmou um contrato de vinte anos com Hetzel. E assim, por mais de quarenta anos, as Viagens Extraordinárias, como são chamadas as obras desse período do escritor, apareceram em capítulos mensais na *Magasin D'éducation et de Récréation* (Revista de Educação e Recreação).

Julio Verne é considerado por críticos literários o precursor do gênero de ficção científica, tendo feito predições em seus livros sobre o aparecimento de novos avanços científicos, como os submarinos, máquinas voadoras e viagem à Lua, até hoje Verne é um dos escritores cuja obra foi mais traduzida em toda a história, com traduções em 148

línguas, segundo estatísticas da UNESCO, tendo escrito mais de 100 livros³.

Poderíamos então dizer que Verne era um homem a frente de seu tempo? Acreditamos que não. Na verdade consideramos o francês alguém de seu próprio tempo, o que parece óbvio. Mas não deixamos de atribuir ao literato uma sensibilidade digna de nota, tendo em vista que consegue captar com maestria o que podemos chamar de espírito de seu tempo. Faz uso de acontecimentos, locais e condições verídicas - no mínimo verossímeis - para ambientar suas histórias e as conta de modo envolvente. Não podemos deixar de sentir o sangue correr mais rápido quando Phileas Fogg se compromete com a aposta. Além das qualidades narrativas, o sucesso editorial de Verne é resultado da relação que se estabelece entre o que o público deseja consumir e o autor consegue produzir, atendendo aos anseios de seu público.

Antes de passarmos a um breve resumo do livro, outra questão que nos chamou a atenção foi o fato de Julio Verne, um francês, eleger para personagem principal desse seu relato um inglês, em posição de superioridade hierárquica em relação ao criado francês. Acreditamos que, ao longo do livro, apesar da diferença existente entre inglês e francês, patrão e empregado, o que os torna iguais é o fato de serem europeus e estarem juntos na jornada, na qual o criado só se engaja

³ Disponível em: <http://juliovernebrasil.blogspot.com.br/p/quem-foi-julio-verne.html> acesso em 20 de julho de 2013.

verdadeiramente quando já está em curso. Uma análise mais livre pode nos apresentar ainda a possibilidade de haver uma complementação entre elementos do inglês e do francês, para vencer as dificuldades e conquistar o mundo seria necessário reunir a frieza britânica ao ímpeto galicano, mas isso fica para outras viagens.

Quanto à obra literária analisada, o livro *A volta ao mundo em 80 dias*, escrita na metade do século XIX, trata-se da história de um inglês bem-educado, culto e rico chamado Phileas Fogg. No início do livro, o Sr. Fogg recebe em sua casa o seu novo criado particular, o francês Fura-Vidas. Nesse mesmo dia, enquanto jogava whist com outros membros do Reform Club e discutia o recente assalto ao banco de Inglaterra, Fogg afirma que seria possível ao ladrão em fuga dar a volta ao mundo em oitenta dias. Esta afirmação causou uma discussão entre os jogadores que acabam por fazer uma aposta com Phileas Fogg: Stuart, Fallentin, Sullivan, Flanagan e Ralph apostaram quatro mil libras contra vinte mil libras de Fogg em como este não conseguiria dar a volta ao mundo em oitenta dias. Feita a aposta, Phileas partiria nessa mesma noite, no dia 2 de Outubro, e regressaria a Londres dia 21 de Dezembro, quando faltassem exatamente quinze minutos para as nove da noite. E foi assim que, acompanhado por seu criado, o herói inicia sua grande aventura.

Após ter ultrapassado Paris, Turim e Brindisi, foi em Suez que Fogg se tornou suspeito do teimoso detetive da Scotland Yard, Sr. Fix,

que encontrou várias semelhanças entre o Phileas e o assaltante do banco de Inglaterra. O detetive imediatamente pede um mandado de captura para Londres. A partir daqui, Phileas Fogg foi permanentemente perseguido pelo detetive Fix. Os dois companheiros seguem viagem desde o Egito à Índia, depois a China, o Japão, os Estados Unidos e, finalmente regressam a Inglaterra. Na sua jornada usam diferentes meios de transporte da época: vapores, comboios, carruagem, e até mesmo um elefante. São também várias as personagens com quem se cruzam e criam amizade. É o caso de Aouda, uma bela indiana que seria sacrificada, o que exploraremos adiante. Os sentimentos entre Fogg e Aouda vão crescendo ao longo da viagem. Desconhecendo o verdadeiro assaltante do banco de Inglaterra, o detetive Fix prende Fogg quando este chega ao cais de Liverpool. Este acontecimento acaba por atrasar o nosso herói. Após ter sido libertado, acaba por verificar que perdera a aposta por cinco minutos; desanimado segue para casa com Aouda e Fura- Vidas. No dia seguinte, Fura-Vidas dirige-se ao Reverendo Samuel Wilson para marcar o casamento entre Fogg e Aouda. É então que descobre que estão no Sábado e não Domingo, assim não teriam perdido a aposta. Como a viagem fora feita sempre em direção a Oriente, isto é, contra o sol, os dias diminuíram tantas vezes que acabaram por ganhar um dia! Fogg ganha à aposta e o coração da mulher amada.

Análise

Dentro de *A volta ao mundo em 80 dias*, podemos perceber o ponto de vista europeu sobre o restante do mundo, que se tornava cada vez mais próximo devido as relações políticas e econômicas crescentes. Esse “novo mundo” se apresenta no livro como uma construção de um paradigma de hierarquização entre as sociedades que se encontram um mundo em formação e desconhecido para a maioria. E a partir desse desconhecido cria-se e propaga-se um discurso que estigmatiza o outro, o coloca em posição de inferioridade e em condição de ser dominado. Este processo é proposto e desenvolvido por Edward Said em seu livro *Orientalismo*.⁴

Nosso entendimento deste conceito será um dos norteadores da análise que segue. Outra autora que embasou nossa leitura foi Hannah Arendt, principalmente seus conceitos de raça e burocracia, os quais ficam mais bem explicados nas palavras da própria autora:

a raça foi descoberta na África do Sul e a burocracia na Argélia, Egito e Índia; a primeira foi inicialmente a reação quase inconsciente diante de tribos cuja humanidade atemorizava e envergonhava o homem europeu, enquanto a segunda resultou da aplicação de princípios administrativos através dos quais os europeus haviam

⁴ SAID, Edward W. Introdução. In.: *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 13-39.

tentado dominar povos estrangeiros considerados carentes e de sua proteção especial.⁵

Notadamente uma das primeiras características da obra de Júlio Verne, é a marcação de divisas entre dois mundos: o romance se inicia na cidade Londres no século XIX, mostrando a atuação de nobres, empresários e cavalheiros, ou seja, “tipos ideais” em um clube elegante e suntuoso, as regiões que eram ou tinham sido domínios ingleses na época também aparecem na obra com grande e clara influência britânica por todos os continentes. Através de recortes geográficos baseados nesse domínio o autor nos apresenta um mundo exótico e absolutamente diferente do qual se vivia moldado pelos padrões ingleses, nas páginas desta obra registra-se o olhar europeu e toda curiosidade e assombro dos europeus que a conheciam.

Personagens e a visão sob os “outros”

Na obra de Júlio Verne, também percebemos que alguns personagens específicos orientam a obra acerca da problemática proposta neste trabalho. Pela visão deles observamos o que compreendemos como orientalismo, esse olhar de estranhamento frente ao “outro” é perceptível na figura do servo de Fogg: o francês Fura-

⁵ ARENDT, Hannah. Raça e burocracia. In: *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p 224.

vidas. Através de seu olhar conheceremos os diversos países, e encontraremos as diversas descrições ligadas ao exótico e diferente desse “novo mundo” dominados pelo poder inglês; esse domínio ao longo do livro é citado várias vezes como benéfico e liberal, como observamos no trecho a seguir, a entrada de visitantes calçados em templos sagrados na Índia, o governo inglês teria o controle para não haver desrespeitos, e assim o narrador afirma: “devemos ainda notar que, em virtude de razões de boa política, o governo inglês, respeitando e fazendo respeitar até nos seus mais insignificantes pormenores a religião do país, pune severamente todo aquele que lhe ofende as práticas”⁶.

Ou seja, o domínio inglês selecionava em quais costumes locais iria intervir, a lógica era sempre a do paternalismo e a da subordinação, costumes religiosos eram considerados “curiosidade” e tolerados primeiramente enquanto não propiciassem qualquer tentativa de mudança no quadro de dominação, não promovessem nenhuma forma de resistência ou ainda, apesar de isso estar em segundo plano, quando não causassem afronta à moral europeia:

ideias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos, a noção incomodamente familiar de se fazia necessário o açoitamento, a morte ou um longo castigo

⁶ VERNE, Júlio. *A Volta ao Mundo em 80 Dias*. Companhia Distribuidora de Livros São Paulo, 1970 pg. 51.

quando 'eles' se comportavam mal ou se rebelavam, porque em geral o que 'eles' melhor entendiam era a força ou a violência; 'eles' não eram como 'nós', e por isso deviam ser dominados (SAID 1995: 11-12).

Na visita a Índia temos destaque também para outro personagem central da trama, a indiana Auoda, resgatada de um sacrifício pertencente à cultura, intitulada *sutty*, definido por Fogg como um costume bárbaro, percebemos nessa parte que Auoda apesar de indiana é descrita na obra com aparência de uma “jovem, clara e européia”⁷, nesse sentido a única mulher presente na trama é inserida por se aproximar dos padrões europeus do contexto da viagem realizada por Fogg.

No enredo a burocracia é encarnada por mais de um personagem secundário, como os fiscais dos portos, juízes na Índia, mas nenhum outro serve melhor ao nosso propósito que o inspetor Fix. O agente da polícia Metropolitana de Londres acredita firmemente na culpa de Fogg no caso do roubo ao banco, assim persegue a partir de Londres dando a volta em todo globo em 80 dias na tentativa de capturar o excêntrico apostador. Nas áreas de sua jurisdição, sob domínio do Império Britânico (nomeadamente no Egito, na Índia e na China), Fix faz o que está ao seu alcance para atrasar a viagem de Fogg e Fura-Vidas, de

⁷ Ibidem, pg. 64.

modo que o mandado de prisão que mandou expedir o alcance e possa encarcerar o seu suspeito⁸.

Temos aqui, de modo sutil, a possibilidade de agência de um elemento britânico, o agente Fix, em áreas fora de seu país, mas que estavam sob domínio da Coroa, de modo a garantir a justiça e a segurança em todo o mundo, ao menos o subordinado à Rainha. Da mesma forma que Fix expediu um mandado de prisão para Fogg, poderia tê-lo feito para um indiano do qual suspeitasse. Quando impossibilitado de agir por estar fora de terras de sua majestade, o detetive se esforçará para que o apostador retorne a Inglaterra no prazo e lá possa prendê-lo.

Ao longo da viagem não podemos deixar passar o avanço técnico e tecnológico que possibilita aos viajantes completarem a jornada no prazo estipulado. Eric Hobsbawm comenta a história de Verne em um capítulo de *A Era do Capital*, sugestivamente chamado “O mundo unificado”⁹. O historiador inglês enfatiza a importância da expansão das estradas de ferro na possibilidade da consecução dos objetivos do protagonista da trama, uma vez que a velocidade das máquinas (trens e vapores) não teria se modificado tanto no quarto de século que vai de 1848 a 1872. Se considerarmos que o Imperialismo

⁸ O mandado de prisão é solicitado no capítulo VIII chamado Fura-Vidas fala demasiado, e as intervenções do detetive Fix se repetem em diversos capítulos seguintes.

⁹ HOBBSAWM, Eric. O mundo unificado. In.: *A Era do Capital. 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 1982. 63-82.

consiste em dominar territórios na intenção de dominar outros ainda, a expansão da rede ferroviária, e consequentemente das comunicações, terá papel importante na realização desse fim, uma vez que reduz o tempo gasto para o deslocamento entre um ponto e outro do Império Britânico, por exemplo.

No nível do discurso, ainda que não envolva dominação, algo que nos chama a atenção e a forma como são descritos os estadunidenses, turrões, brigões e mais corajosos que inteligentes.¹⁰ Um arrogante militar americano consegue tirar nosso impávido inglês do sério, chegando mesmo a ocorrer confronto físico. Fura-Vidas é sequestrado por índios selvagens. E o mesmo Fura-Vidas não é ouvido quando da resolução de um problema, no qual as características dos ex-colonos se tornam mais evidentes. O trem no qual estavam a bordo para diante de uma ponte que estava para cair. Inicia-se um impasse, pois não se sabia o que seria feito para transpor a ponte, uns dizem que não é possível, outros afirmam que é viável, até o maquinista dar a ideia que passando pela ponte a todo vapor o trem estaria do outro lado antes que a construção ruísse. Os passageiros concordam alguns hesitantes, e no fim a previsão do maquinista se confirma, mas a ponte desaba. Fura-Vidas reconhece o êxito, mas fica perplexo por não terem pensado em

¹⁰ A parte da história que se passa nos Estados Unidos é contada entre os capítulos XXV “Comício em São Francisco” e XXXI. “Em trenó à vela”.

esvaziar o trem, atravessando os passageiros e as bagagens e depois o veículo, bem mais leve.¹¹

Por fim gostaríamos de destacar o posicionamento do personagem principal, Phileas Fogg ao longo do livro. É mais evidente identificar o estranhamento em relação ao outro e os conflitos que isso gera. Mas é de extrema relevância a atitude do inglês. Ele não se interessa pelos lugares, pelos costumes, pelas culturas, a não ser quando entram em jogo valores, como quando coloca em risco sua aposta, e mesmo a vida para salvar Aouda e Fura-Vidas.¹² Mas Fogg volta logo em seguida ao estado normal, correndo apenas para chegar ao Reform Club no dia combinado para o fim da aposta. Quando chegam ou passam por algum lugar, sempre se menciona que o apostador ficará em sua cabine, foi direto ao hotel, ou se entretiveu em uma partida de cartas. Consideramos que esse comportamento demonstra como não é importante para o senhor Fogg a viagem em si, ela é apenas um meio, mas o interesse dele se inicia e se encerra em Londres, não sendo nem mesmo vantagens materiais:

A vida nativa forrava esses eventos fantasmagóricos com aparente garantia contra quaisquer consequências, uma vez que os nativos pareciam a esses homens 'mero movimento de sombras. Sombras em movimento, a raça

¹¹ Essa descrição está presente no capítulo XXV “Comício em São Francisco”.

¹² Capítulos XII “Através da floresta” e XIII “A fortuna sorri aos audaciosos” no primeiro caso e XXX “Phileas Fogg cumpre seu dever” no segundo.

dominante podia caminhar entre elas impunemente e sem ser percebida, em busca de seus incompreensíveis propósitos e necessidades ('Heart of darkness')¹³.

Conclusões

Apesar de todo o “franco triunfalismo”¹⁴ do autor, os conflitos com nativos que são muito presentes na narrativa deixam entrever a capacidade desses povos de se rebelarem contra a dominação:

O contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo ocidental inerte ou passivo; *sempre* houve algum tipo de resistência ativa e, na maioria esmagadora dos casos essa resistência acabou preponderando.¹⁵

O conflito com os nativos da América do Norte, a prisão de Fura-Vidas no templo e a perseguição por ocasião do “resgate” de Aouda na Índia são exemplos de que mesmo os europeus do séc. XIX não confiavam completamente nas propagandas das empresas coloniais e dos governos dessas potências que dominavam o mundo, vemos pelo contrário, o terror que qualquer ação enérgica dos colonizados causavam a essa Europa vencedora que buscava por qualquer meio aniquilar qualquer resistência.

¹³ ARENDT, Hanna. *Origens do Totalitarismo*. Companhia das Letras 1989, pg.220.

¹⁴ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Companhia das Letras 1995, pg 18.

¹⁵ *Ibidem*, pg. 12.

Procuramos dar nesse trabalho um panorama contextual do séc. XIX a partir das lentes da literatura nos utilizando dos conhecimentos que são possíveis com os acúmulos políticos e teóricos alcançados no séc. XXI, nosso país também esteve inserido nos processos de hierarquização política, racial, social e cultural em relação a esse Ocidente e obras como “A volta ao mundo em oitenta dias” estão amplamente disseminadas no nosso meio. Longe de propormos aqui qualquer tipo de censura a ela, acreditamos que a reflexão sobre essa possível interpretação que demonstramos nesse trabalho é muito necessária no sentido de propiciar primeiro o melhor conhecimento sobre a nossos processos constitutivos, segundo o reconhecimento das possíveis continuidades de discursos que Júlio Verne apresentou ainda em dias atuais.

Baseados em Edward Said compreendemos que a produção cultural e nesse caso, a literatura não está separada do contexto da vida prática na História e um dos objetivos desse trabalho também é o de nos contrapormos às ideias de “arte pela arte” ou, “cultura pela cultura” que estão tão em voga em tempos de produção cultural mercadológica e em massa.

Pensando em Carlyle ou Ruskin, ou mesmo em Dickens e Thackeray, a meu ver os críticos com frequência tem relegado as ideias desses escritores sobre a expansão colonial, as raças inferiores ou os 'negros' a um departamento muito diferente do que da cultura, sendo

esta a área elevada de atividades a que eles 'realmente' pertencem e em que elaboram suas obras 'realmente' importantes. A cultura concebida dessa maneira, pode se tornar uma cerca de proteção: deixe a política na porta antes de entrar¹⁶.

Não vivemos senão, as consequências do colonialismo assim a hierarquização ainda é utilizada como justificativa para exploração econômica, intervenções violentas e mesmo a manutenção do status de certos países nesse período do Capitalismo globalizado.

Referências

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Companhia das Letras 1989

CHARTIER, Roger. *Literatura e História*. Conferência proferida em 5 de novembro de 1999. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_debate01.pdf pg. 197

BORGES, Valdeci Rezende. “História e Literatura: Algumas Considerações”. *Revista de Teoria da História*. Ano 1, Número 3, junho/ 2010

¹⁶ Ibidem, pg. 14

HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital. 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 1982

SAID, Edward W.. *Cultura e Imperialismo*. Companhia das Letras 1995

SAID, Edward W. Introdução. In.: *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VERNE, Júlio. *A Volta ao Mundo em 80 Dias*. Companhia Distribuidora de Livros São Paulo, 1970.

Revista Vernáculo, nº 30, 2º sem/2012

Publicado em maio de 2014.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>